

IONE DE SOUZA COELHO

**PARTICIPAÇÃO E DESENVOLVIMENTO LOCAL EM
TERRITORIALIDADE SOCIETÁRIA DE RISCO: O CASO DO JARDIM
SAYONARA DE CAMPO GRANDE -MS**

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL
MESTRADO ACADÊMICO
CAMPO GRANDE – MS
2006**

IONE DE SOUZA COELHO

**PARTICIPAÇÃO E DESENVOLVIMENTO LOCAL EM
TERRITORIALIDADE SOCIETÁRIA DE RISCO: O CASO DO JARDIM
SAYONARA DE CAMPO GRANDE -MS**

Dissertação apresentada como exigência parcial para obtenção do título de Mestre do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Local – Mestrado acadêmico, sob a orientação do Prof. Dr. Vicente Fideles de Ávila.

**CAMPO GRANDE – MS
2006**

Ficha catalográfica

Coelho, Ione de Souza
C672p Participação e desenvolvimento local em territorialidade societária
de risco: O caso do Jardim Sayonara de Campo Grande –
MS / Ione de Souza Coelho; orientador Vicente Fideles de Ávila.. 2006
134 f.. il.; 30 cm+anexos

Dissertação (mestrado) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo.
Grande, Mestrado em Desenvolvimento Local, 2006.
Inclui bibliografia

1. Associações, instituições, etc 2. Comunidade 3. Territorialidade. 4.
Desenvolvimento local I. Ávila, Vicente Fideles de. II. Título

CDD-338.98171

Bibliotecária responsável: Clélia T. Nakahata Bezerra CRB 1/757

FOLHA DE APROVAÇÃO

Título:

Área de concentração: Desenvolvimento Local em dimensões sócio-comunitárias com atenção em comunidades tradicionais.

Linha de Pesquisa:

Dissertação submetida à Comissão Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Local – Mestrado Acadêmico da Universidade Católica Dom Bosco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Local.

Dissertação aprovada em: 21/03/2007.

BANCA EXAMINADORA


Prof Dr Vicente Fideles de Ávila- orientador
Universidade Católica Dom Bosco


Prof Dr Sérgio Ricardo Oliveira Martins
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul


Profª Drª Cleonice Alexandre Le Bourlegat
Universidade Católica Dom Bosco

Dedico a presente dissertação àqueles que amo e aos que contribuíram de diferentes formas para a execução desta.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter iluminado o meu caminho e me proporcionado chegar até aqui.

Ao meu orientador, **Prof. Dr. Vicente Fideles de Ávila**, pela compreensão, paciência e orientação segura e firme em todo o decorrer deste trabalho, assim como um exemplo a ser seguido.

Aos componentes da banca examinadora, **Prof^a Cleonice Alexandre Le Bourlegat** e **Prof. Dr. Sérgio Ricardo Oliveira Martins**, que contribuíram para a qualificação deste estudo.

À minha mãe Bela e irmãos Carlos Humberto Souza Coelho, Renato de Souza Coelho e Odete Souza Coelho, pelo companheirismo e amor a mim dedicados.

Ao Prefeito Municipal de Campo Grande – MS, Dr. Nelson Trad Filho, pelo incentivo operacional.

Às amigas **Antonia Magali Lorencinho Lins, Márcia T. Ratti e Jussara Jacques de Almeida**, pela solidariedade em todos os momentos deste trabalho.

Aos **colegas do PLANURB**, que me apoiaram diariamente e incentivaram esta conquista acadêmica.

Ao **Corpo Docente** do Mestrado em Desenvolvimento Local, pela competência e pela dedicação ao ampliar nossa visão e conhecimento do Desenvolvimento Local.

A **Ariane de Lima Zarate**, que de forma especial, orientou-nos e auxiliou-nos em momentos burocráticos que fizeram parte de nossa história.

Aos colegas de mestrado, pela cumplicidade e constante troca de experiências, em especial: **Roseni Aparecida Pereira de Macedo, Carla Maria Maciel Salgado e Vera Lúcia Ferreira Santos**.

“Caminhante, não há caminho. O caminho se faz ao caminhar”.

(MACHADO, Antônio)

RESUMO

A participação no seio do Jardim Sayonara em Campo Grande-MS foi o cenário de investigação, conhecimento e análise dos tipos e potencialidades de participação nas relações cotidianas de seus moradores, bem como seus reflexos nas ações coletivas tendo em vista a implementação do Desenvolvimento Local. A metodologia aplicada nesta dissertação foi a pesquisa qualitativo-descritiva. A aplicação de formulários, visitas *in loco*, observações e entrevistas semi-estruturadas instrumentalizaram a análise desta pesquisadora para a compreensão e interpretação das performances da comunidade, com enfoque fenomenológico. Os referenciais conceituais que fundamentaram as análises foram: a participação, comunidade e território, Desenvolvimento Local e potencialidade. A territorialidade do Jardim Sayonara foi identificada pela construção territorial do bairro, sua localização e o ambiente social de risco em área urbana. No diálogo com as lideranças e na interpretação dos dados coletados junto aos agentes internos e externos, identificaram-se as performances e a socialização das potencialidades e dos tipos de participação, assim como, as principais iniciativas de participação junto à comunidade-localidade. Em termos de conclusões, sobressaem-se as grandes lógicas decorrentes das diferentes performances comunitárias e das potencialidades de participação divergentes e convergentes dessa “Comunidade” em relação ao Desenvolvimento Local.

Palavras Chaves: 1. Participação 2. Desenvolvimento Local 3. Comunidade 4. Campo Grande-MS

ABSTRACT

The participation inside Jardim Sayonara in Campo Grande-MS has been the scenery of the investigation , the knowledge and the analysis of types and potentialities of the participation in the daily relations of its inhabitants and their reflections in the collective actions as well, focusing the implementation of the Local Development.

The methodology applied on this dissertation was the descriptive-qualitative research. The application form used , the *in loco* visits the observations and the semi-structured interviews have instrumented the researcher's analysis toward the comprehension and the interpretation of the community performances on an phenomenological view.

The concept references which founded those analysis were their participation, the community and the territory, Local development and their potentiality.

Jardim Sayonara's territory has been identified by the construction of the district itself, its localization and the social environmental risk in an urban life. Through dialogues with their leaders and with the data interpretation collected from the internal and external agents, the performances and the socialization of the potentialities and the types of participation have been identified like the major initiatives of participation with the local community.

As a conclusion, the great logical data from different community performances and the potentialities of divergent ant convergent participations from that "Community" related to the Local Development have been surpassed.

Key-words: 1. Participation 2. Local Development 3. Community 4. Campo Grande-MS

LISTA DE FIGURAS, FOTOS, GRÁFICOS E QUADROS

Figura n. 1: Participação Social	25
Figura n. 2: Regiões Urbanas de Campo Grande-MS, destaque para a localização do Bairro Jardim Sayonara	32
 Foto n. 1: Avenida Júlio de Castilho (L.H.B. Al-Contar, , 5/09/2006)	33
Foto n. 2: Córrego Serradinho (L.H.B. Al-Contar, 5/09/2006)	34
Foto n. 3: Estabelecimento de prensa do lixo reciclável (L.H.B. Al-Contar, 5/09/2006)	37
Foto n. 4: Atividade de coleta de lixo reciclável e residência de catadores (L.H.B. Al-Contar, 5/09/2006)	38
Foto n. 5: Serviços de oficina de conserto de bicicletas (L.H.B. Al-Contar, 5/09/2006)	38
Foto n. 6: Serviços de mecânica de motocicletas e ambulante (vendas de toalhas, calças, camisas em varal) - (L.H.B. Al-Contar, 5/09/2006)	39
Foto n. 7: Equipamento público Centro de Educação Infantil Sayonara (L.H.B. Al-Contar, 25/09/2006)	40
Foto n. 8: Sede do Centro Comunitário Associativo São João Bosco – Jardim Sayonara (Al-Contar, L.H.B, 5/09/2006)	40
Foto n. 9: Incubadora Municipal Zé Pereira, espaço de capacitação e comercialização dos Produtores regionais. (L.H.B. Al-Contar, 25/09/2006)	41
Foto n. 10: Campo de Futebol do Jardim Sayonara – área cedida (L.H.B. Al-Contar, 25/09/2006)	42
Foto n. 11: Reservatório para depósito e a coleta do lixo no Jardim Sayonara/ “Pulo do Sapo” (L.H.B. Al-Contar, 25/09/2006)	45
Foto n. 12: Córrego Serradinho o encontro com o córrego Imbirussu nos buritizais (L.H.B. Al-Contar, 25/09/2006)	47
Foto n. 13: Palanque Político montado no Jardim Sayonara com a presença de lideranças e candidatos ao poder legislativo municipal	53
Foto n. 14: Mutirão de construção da sede da Associação de Moradores	70
 Gráfico n. 1: Representação dos líderes	49
Gráfico n. 2: Tempo de residência na área	50
Gráfico n. 3: O meio de acesso às informações cotidianas	51
Gráfico n. 4: Representatividade dos líderes	52
Gráfico n. 5: Participação nas Reuniões do Conselho Regional Urbano da Região do Imbirussu	55
Gráfico n. 6: Ocupação de cargo representativo	56
Gráfico n. 7: Participação social desperta interesse por questões ligadas ao exercício da cidadania	56
Quadro n. 1: Tipos e potencialidades de participação	74
Quadro n. 2: Potencialidades de participação divergentes e convergentes dessa “comunidade”	78
Quadro n. 3: Brechas para a projeção de iniciativas de Desenvolvimento Local na Comunidade	80

LISTA DE SIGLAS

- ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas
- BIRD – Banco Interamericano para Reconstrução e Desenvolvimento
- CEINF – Centro de Educação Infantil
- CF – Constituição Federal
- CMDU – Conselho Municipal de Desenvolvimento e Urbanização
- CRAS – Centro de Referência de Assistência Social
- CRRUI – Conselho Regional da Região Urbana do Imbirussu
- DL – Desenvolvimento Local
- DpL – Desenvolvimento para o Local
- DnL – Desenvolvimento no Local
- EMHA – Empresa Municipal de Habitação
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- MOVA – Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos
- PDLI – Plano de Desenvolvimento Local Integrado
- PLANURB – Instituto Municipal de Planejamento Urbano
- PMCG – Prefeitura Municipal de Campo Grande – MS
- PSI – Projeto de Saneamento Integrado
- PTS – Plano de Trabalho Social
- SEMRE – Secretaria Municipal de Arrecadação
- SESOP – Secretaria Municipal de Serviços e Obras Públicas
- SIT – Sistema Integrado de Transporte
- SMP – Sistema Municipal de Planejamento
- UCDB – Universidade Católica Dom Bosco
- UNIDAS – Unidade Descentralizada de Assistência Social

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 PARTICIPAÇÃO E DESENVOLVIMENTO LOCAL: REFERENCIAIS CONCEITUAIS	16
1.1 SOBRE DESENVOLVIMENTO LOCAL	16
1.2 SOBRE COMUNIDADE E TERRITÓRIALIDADE	20
1.3 SOBRE PARTICIPAÇÃO	24
1.4 SOBRE POTENCIALIDADES	28
2 TERRITORIALIDADE DO JARDIM SAYONARA	30
2.1 JARDIM SAYONARA: O LUGAR E AS PESSOAS	30
2.2 TERRITORIALIDADE EM AMBIENTE DE RISCO	35
2.3 DIMENSÃO ECONÔMICA E DE INFRA-ESTRUTURA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS	36
2.3.1 Dimensão econômica	37
2.3.2 Ambiente construído de uso coletivo	39
2.3.3 Ambiente natural	46
3 POTENCIALIDADE DE PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA NA ÓTICA DAS LIDERANÇAS	48
3.1 PERFORMANCES DOS LÍDERES FORMAIS E INFORMAIS	48
3.2 SOCIALIZAÇÃO DE POTENCIALIDADES PELAS LIDERANÇAS	52
4 POTENCIALIDADE DE PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA NA ÓTICA DOS AGENTES INTERNOS E EXTERNOS	58
4.1 POR DEPOIMENTOS DE AGENTES INTERNOS	59
4.1.1 Sujeito 1	59
4.1.2 Sujeito 2	60
4.1.3 Sujeito 3	62
4.2 POR DEPOIMENTOS DE AGENTES EXTERNOS	63
4.2.1 Sujeito 4	64
4.2.2 Sujeito 5	66
4.2.3 Sujeito 6	67
4.3 PRINCIPAIS INICIATIVAS DE PARTICIPAÇÃO NA COMUNIDADE	69
5 PRINCIPAIS LÓGICAS IDENTIFICADAS NO PERCURSO DA COMUNIDADE JARDIM SAYONARA	73
5.1 A DAS DIFERENTES PERFORMANCES COMUNITÁRIAS NO AMBIENTE DA “COMUNIDADE” ESTUDADA	73

5.2 A DAS POTENCIALIDADES DE PARTICIPAÇÃO DIVERGENTES E CONVERGENTES DESSA “COMUNIDADE” EM RELAÇÃO AO DESENVOLVIMENTO LOCAL	76
5.3 A DAS POSSÍVEIS BRECHAS PARA A PROJEÇÃO DE INICIATIVAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL NA “COMUNIDADE”	79
CONSIDERAÇÕES FINAIS	82
REFERÊNCIAS	84
APÊNDICES	87
A – Formulário de caracterização da comunidade	88
B – Roteiro para entrevista	92
C – Transcrição das entrevistas	93
ANEXOS	112
A – Cópia do Estatuto da Associação de Moradores	113
B – Cópia do Estatuto do Clube de Mães	124

INTRODUÇÃO

Em 2005, a Prefeitura Municipal de Campo Grande-MS criou o Programa Comunidade Viva, com a finalidade de otimizar a participação da comunidade na gestão democrática no município; fortalecer o Sistema Municipal de Planejamento, valorizar a atuação dos conselhos regionais urbanos e dos demais conselhos em conjunto com ao SMP; efetivar a gestão democrática com a participação da comunidade e fomentar iniciativas para a efetivação dos objetivos do desenvolvimento do milênio.

Esta organização propicia o desenvolvimento de estudos sobre as formas de participação da população, por meio dos Conselhos Municipais no exercício do controle social e na elaboração do orçamento público. Considerando esta investigação realizada no Programa de Mestrado em Desenvolvimento Local, no contexto de territorialidade sócio-comunitária e empresarial, com atenção às comunidades tradicionais e às micro e pequenas empresas, delimitou-se geograficamente o Jardim Sayonara, como local de pesquisa.

A escolha da localidade, para esta pesquisa/dissertação foi motivada pela participação desde 2005, no Grupo de Pesquisa denominado Comunidade e Desenvolvimento Local, que desenvolve o Projeto: “Essência Constitutiva de Comunidade no Prisma do Desenvolvimento Local”, da Universidade Católica Dom Bosco, que estimulou o aprofundamento no estudo e a definição do Jardim Sayonara como área a ser investigada.

A participação no Grupo direcionou os estudos em busca das performances de convergências e divergências internas e externas da comunidade do Jardim Sayonara, elementos que demarcaram o levantamento das características da comunidade.

Para realizar esse trabalho, no que se refere aos limites geográficos, foi utilizado, inicialmente, a observação, mediante visitas à área, coleta de dados por meio de relatos e em reuniões com moradores, para, posteriormente, proceder a aplicação de formulários e a realização de entrevistas.

As entrevistas foram semi-estruturadas, acrescentando informações a respeito do surgimento da comunidade e das potencialidades das lideranças existentes no local e para compreensão de como se procedia a participação dos seus integrantes no processo de desenvolvimento, o que permitiu complementar os resultados obtidos por intermédio dos formulários.

A história do Jardim Sayonara foi levantada por meio de pesquisa bibliográfica e nos registros da Prefeitura de Campo Grande-MS, complementada com base nos relatos e depoimentos coletados com as lideranças formais e informais, entre os antigos moradores da comunidade e em reuniões das comissões de moradores. Houve diversas reuniões com os moradores do Jardim Sayonara, coordenadas pela equipe técnica da prefeitura de Campo Grande-MS e pela equipe da consultora Latim Consult, contratada para elaboração de um Plano de Desenvolvimento Local Integrado (PDLI) para a Região Urbana do Imbirussu, que sinalizou a remoção de parte das famílias residentes às margens do córrego Serradinho, para o Jardim Aeroporto.

A pesquisa bibliográfica foi realizada no Instituto Municipal de Planejamento Urbano (Planurb), assistida pela equipe de consultores que elaboraram o Plano de Desenvolvimento Local Integrado (PDLI), financiado pelo Programa Nacional de Saneamento do Ministério das Cidades (PAT/PROSANEAR) e pela equipe da Empresa Municipal de Habitação (EMHA), que contribuíram para a obtenção das informações utilizadas no presente trabalho.

Observa-se que a coordenação e a elaboração do PDLI seriam realizadas por uma equipe de fora do município e, mesmo assim, as propostas para a elaboração do plano seriam construídas com a comunidade. Esse fato contribuiu para a escolha do Jardim Sayonara como área de investigação para essa dissertação.

As inquietações foram aumentando, até delimitar o problema para esse estudo, em busca de resposta para a questão: **Que tipos potencialidades de participação, no âmbito da territorialidade Jardim Sayonara, em Campo Grande-MS, se configuram mais adequadas para efeito de implementação de Desenvolvimento Local?**

Para responder a essa questão surgiram diversas variáveis e, assim, partiu-se da importância do Desenvolvimento Local, nas formas de participação e na organização da sociedade. Para tanto, temos o aporte de Pedro Demo (1988, p. 23) afirma que: “[...] a organização política é, na verdade, o primeiro canal de participação, seja ao nível da aglutinação de interesses (grupos de interesse), seja ao nível de composição localizada (comunidades)”.

A participação alinha-se em diversas formas de manifestação e os canais para sua solidificação devem ser dimensionados como espaço aberto, abrangente e includente. Conhecer as formas de participação sinaliza novos rumos de superação dos níveis de participação individual e calculista, objetivando o alcance da participação ativa, que busque atingir um nível de efetivação política e ideológica: a participação cidadã.

As razões anteriormente descritas motivaram a realização desta pesquisa, norteada pela problematização para este objetivo geral: **conhecer e analisar os tipos e potencialidades de participação, como manifestação da territorialidade do Jardim Sayonara também denominado “Comunidade” Jardim Sayonara localizado na Região Urbana do Imbirussu de Campo Grande-MS, que se coadunem com a implementação do Desenvolvimento Local.**

Na perspectiva de aprofundamento investigativo deste estudo, os objetivos específicos implicaram na **definição dos canais de participação existentes no Jardim Sayonara, das iniciativas oriundas desse processo e suas características no que tange ao desenvolvimento local e, consequentemente, como os representantes formais e informais se vêem no processo de desenvolvimento local.**

A elaboração desse trabalho se pautou no procedimento da pesquisa qualitativo-descritiva com visitas *in loco*, observações, registros, análises, classificações e interpretações dos fatos, por meio da aplicação de formulários e entrevistas semi-estruturadas gravadas e transcritas. A análise foi baseada na ótica do investigador, na realidade estudada e consubstanciada no que se refere à visão de mundo dos pesquisados e suas interações, tanto quanto possível em prisma de análise fenomenológica, retro-prospectiva.

Segundo Masini (1999, p. 66), “[...] o enfoque fenomenológico constitui-se, pois, como etapas de compreensão e interpretação do fenômeno, que pode ser retomado e visto sob nova interpretação”.

A interpretação deste estudo direcionou as discussões junto às principais lideranças, quando da coleta e posterior análise dos dados, bem como da aplicação dos formulários e entrevistas. Implicou, portanto, em um movimento coletivo, pelo *feedback* junto aos pesquisados e legitimação da análise dos resultados.

A amostra, selecionada na pesquisa, foi de vinte moradores antigos, principais lideranças indicadas pelos moradores e agentes externos de desenvolvimento com atuação na área de intervenção. Foram analisados quatorze formulários e seis entrevistas gravadas e

transcritas, cujo modelo do formulário e o roteiro utilizado para as entrevistas encontram-se no apêndice A e B.

Os dados foram coletados em 2005 e 2006. A estrutura da presente dissertação está organizada conforme descrição abaixo.

No primeiro capítulo encontram-se os referenciais conceituais sobre Desenvolvimento Local, Comunidade e Território, Participação e Potencialidade que subsidiaram a análise e a formulação desta dissertação.

A partir desse marco referencial, foi construído o segundo capítulo, que apresenta a territorialidade do Jardim Sayonara abordando a construção territorial do bairro, o ambiente social de risco, as atividades econômicas e serviços públicos pertinentes à realidade local.

No terceiro capítulo foram descritas as potencialidades de participação pela ótica das lideranças, por meio das performances dos líderes formais e informais e da socialização de potencialidades pelas lideranças, analisadas à luz do referencial teórico, sinalizando os tipos e potencialidades que se aproximam do Desenvolvimento Local.

No quarto capítulo, foram analisadas as potencialidades de participação social na ótica dos agentes de desenvolvimento internos e externos, por meio de frações de depoimentos transcritos das entrevistas, identificando os tipos de participação com o foco nas dificuldades, facilidades e principais conquistas comentadas na perspectiva do processo de Desenvolvimento Local no Jardim Sayonara, em Campo Grande-MS.

Finalmente foram apresentadas propostas gerais, subsidiando novos estudos a respeito do processo analítico existente entre comunidades, ressaltando: Participação, Desenvolvimento Local e Comunidade.

1 PARTICIPAÇÃO E DESENVOLVIMENTO LOCAL: REFERENCIAIS CONCEITUAIS

A dimensão educativa e integrativa do processo de participação e do Desenvolvimento Local são vitais para conhecer e analisar os tipos e potencialidades de participação, que se coadunem com a implementação do Desenvolvimento Local.

Isto posto, as referências teóricas foram fundadas nos enfoques temáticos sobre Desenvolvimento Local, Comunidade e Territorialidade, Participação e Potencialidades. As análises dos tipos e potencialidades de participação são imprescindíveis para se compreender o Desenvolvimento Local da comunidade do Jardim Sayonara, em Campo Grande-MS.

1.1 SOBRE DESENVOLVIMENTO LOCAL

O desenvolvimento é uma terminologia pertinente às diferentes comunidades e sociedades mundiais, regionais e locais. Para tanto, Baptista (1979, p. 15) afirmou que o “[...] desenvolvimento como um processo macro-sociológico, caracterizado por mudanças qualitativas das condições vigentes em uma sociedade”.

Nessa perspectiva, Souza (2000, p. 19) sinalizou: “[...] desenvolvimento é, antes que uma mudança qualitativa das relações sociais, acima de tudo uma expansão quantitativa nos marcos qualitativos essenciais e inquestionados do modelo social capitalista”.

Portanto, o desenvolvimento enquanto fenômeno social pressupõe um processo de mudanças, com metas a serem alcançadas no tocante à elevação da qualidade de vida e ao bem comum dos indivíduos que se relacionam, respeitando a eqüidade nas relações sociais.

O desenvolvimento local nos países “desenvolvidos” tem como expectativa a geração de emprego e renda e o aproveitamento das vantagens comparativas, baseadas nas especificidades do lugar, diferentemente dos mundos subdesenvolvidos, devido ao estágio de desenvolvimento em que se encontram.

A política de desenvolvimento local é recente. Os estudos no Brasil estão centrados na observação e análise da convivência da população e/ou comunidades, marcada pela exclusão sócio-econômica com profundas consequências no espaço urbano.

Especificamente, o estudo do processo de Desenvolvimento Local tem como escopo as relações interpessoais, as formas de organização social, a economia e os investimentos locais e o desenvolvimento das capacidades e das competências dos integrantes de dada comunidade, que são convertidos em favor da coletividade.

De acordo com Ávila (2003, p. 17-21), há três óticas relacionais do desenvolvimento que podem ser consideradas como pressupostos para se estruturar a definição de Desenvolvimento Local (DL):

[...] - **A da relação do mundo desenvolvido com suas próprias periferias, carências e pobrezas internas e socioeconomicamente desequilibradoras;**

- **A da atual relação de dependência e subjugo do mundo subdesenvolvido ao mundo desenvolvido;**

- **a da relação do mundo subdesenvolvido com suas próprias chances de efetiva e emancipadamente se desenvolver (tornando-se capaz de romper as amarras tanto internas quanto externas que o prendem ao subdesenvolvimento), a partir de comunidades-localidades concretas e bem definidas¹.**

O eixo fundamental dessas óticas, para efeito de definição de DL é a promoção do desenvolvimento com organização, planejamento e integração dos agentes locais para o empuxo do processo de desenvolvimento local nas comunidades.

Os agentes locais de desenvolvimento podem ser caracterizados como agentes internos e externos que interagem nos âmbitos econômico, social e político buscando a superação da mentalidade de dependência dos integrantes de uma comunidade em evolução.

De acordo com Ávila, (2001, p. 67),

[...] o agente de desenvolvimento local de fato age, [...] trabalhando e influenciando para que a comunidade mesma desabroche capacidades, competências e habilidades de desenvolvimento, sem a imediatista pretensão de querer levar o desenvolvimento **para** a comunidade ou de querer erigir iniciativas desenvolvimentistas **na** comunidade, que não fluam de seu real estágio de cultura, condições e política de progresso coletivo.

¹ O grifo é do autor

Nessa perspectiva, o DL pode ser alcançado de forma contínua e democrática, em um processo de relações primárias e secundárias, cujo enfoque é a valorização dos interesses individuais e coletivos de uma comunidade, e que essa promova a metabolização de suas capacidades na vertente de que seus membros sejam sujeitos na construção do desenvolvimento.

O eixo fundamental destas óticas, para efeito da conceituação de DL, prende-se na prospecção de promover um desenvolvimento com organização, planejamento e integração dos agentes locais para o empuxo do processo de desenvolvimento local nas comunidades.

Nesta perspectiva, o DL passa a ser alcançado de forma contínua e democrática, por meio de relações primárias e secundárias, e mais, processando a racionalidade dos interesses individuais e coletivos de uma comunidade concreta.

Segundo Ávila (2000, p. 68), a definição de desenvolvimento local:

[...] o ‘núcleo conceitual’ do desenvolvimento local consiste no efetivo desabrochamento das capacidades, competências e habilidades de uma ‘comunidade definida’ (portanto, com interesses comuns e situada em determinado território ou local com identidade social e histórica), no sentido de ela mesma se tornar paulatinamente apta a agenciar e gerenciar (diagnosticar, tomar decisões, agir, avaliar, controlar, etc.) o aproveitamento dos potenciais próprios assim como a “metabolização” comunitária de insumos e investimentos públicos e privados externos, visando à processual busca de soluções para os problemas, necessidades e aspirações, de toda ordem e natureza, que mais direta e cotidianamente lhe dizem respeito.

Nesse prisma, conjuga-se tanto a ampliação do conhecimento do indivíduo acerca de universalização de direitos, de descentralização político-administrativa e de gestão democrática, quanto à ação do indivíduo como integrante de um grupo social, no qual a sua participação ativa na solução de problemas da comunidade abre a perspectiva do rompimento do *status quo* em que se encontram o indivíduo e a comunidade.

Um dos elementos fundamentais dessa abordagem é o fato de estar voltada para o cidadão, que passa a ser agente de sua história quando estabelece relações em comunidade que busca o desenvolvimento.

A inclusão do exercício da democracia como elemento integrante do conceito de Desenvolvimento Local está fundamentada com base na observação do movimento de interiorização da realidade vivida nas comunidades, identificando-se processo de cunho endógeno e exógeno em dupla acepção, conforme explanou Ávila (2001, p. 79-80) “[...] se o processo efetivamente funcionar como de endogeneização, os resultados dele decorrentes

emergirão de dentro (no interior de) para fora da respectiva comunidade-localidade, configurando-se efetivamente como de caráter endógeno”.

O enfoque do DL propõe um modo diferenciado de promover o desenvolvimento, a partir do movimento de dentro para fora e de baixo para cima. Esse movimento de caráter endógeno leva em conta a presença dos agentes locais como indutores em um território determinado e, além do mais, contando com os recursos (materiais, naturais e humanos) existentes nas comunidades.

O Desenvolvimento Local, quanto mais endógeno, pressupõe que as capacidades, competências e habilidades de uma comunidade-localidade se processam com mais eficiência, de tal forma que as comunidades locais promovam o convívio com mais integração com outras comunidades-localidades, ampliando o campo de ação de seus atores.

Para Martín (2000, p. 80):

[...] El Desarrollo Local está en un espacio entre simplificaciones e idealizaciones. Cada vez más, se sabe que el Desarrollo Local es el resultado de la acción articulada del conjunto de los diversos actores (o agentes) sociales, culturales, políticos y económicos, públicos y privados, existentes en el espacio local (municipio o comarca) en la construcción de un proyecto estratégico que orienta sus acciones a largo plazo y que la promoción del Desarrollo Local depende principalmente de la capacidad de organización de los Actores Locales para la gestión de los recursos locales y de su capacidad de afrontar los factores externos. De tal manera, que el Desarrollo Local debe entenderse como un proceso de mobilización que tiene como base la participación de la población para la conquista de un desarrollo sustentable que armoniza los cambios, la elevación de las oportunidades de las personas y de las poblaciones, el crecimiento económico, la conservación de los recursos naturales y la igualdad social.

A participação de agentes internos e externos servem de “cunha”² nos processos de mudanças de comunidades que buscam a elevação da qualidade de vida de seus membros, por meio de suas próprias capacidades, competências e potencialidades, porque o desenvolvimento local acontece também pela metabolização desses recursos.

Portanto, não é possível aderir a um desenvolvimento que não esteja calcado na extensão de direitos para todos os cidadãos de uma sociedade, que venha surgir de forma endógena, por meio da participação ativa, cooperada e solidária dos agentes da comunidade.

² Peça de ferro ou de madeira que se introduz numa brecha para fender pedras, madeira, etc; ou servir de calço (Ferreira, 2000, p.198).

Entende-se por direitos a elevação da qualidade de vida, a distribuição da renda, a participação nas decisões de forma democrática (relações primárias e secundárias), o acesso aos serviços públicos, aos bens culturais, à tecnologia e ao ambiente preservado.

1.2 SOBRE COMUNIDADE E TERRITORIALIDADE

Os diferentes estudos desenvolvidos no sentido de elucidar o que é comunidade tem focalizado aspectos relacionais (relações primárias e secundárias), geográficos de localização espacial, dentre outras características de identificação, que vislumbram por meio de suas performances.

Segundo Houaiss (1979, p. 213), a comunidade é o “[...] agrupamento social que se caracteriza por acentuada coesão baseada no consenso espontâneo dos indivíduos que o constituem”.

No site da encyclopédia livre Wikipedia, o conceito é: “[...] comunidade é um conjunto de pessoas com interesses mútuos que vivem no mesmo local e se organizam dentro dum conjunto de normas”.

Na concepção de Baptista (1979, p. 44-45), “[...] comunidade é uma unidade social dinâmica, em que se destacam os fatores de relacionamento, de delimitação geográfica e de função, este último, refere-se ao papel desempenhado pela unidade social, face às unidades circundantes”.

Segundo Tönnies, (apud Couto e Fonseca, 2006) “[...]a comunidade é estabelecida por meio das relações de amizade, vizinhança e laços afetivos entre os membros, como os de uma família”. Assim, apresenta uma organicidade vinculada por sucessivas interações entre seus membros. Desses interações, despontam valores sociais que orientam a ação social para a coletividade, cujos estatutos são guiados por crenças, hábitos e costumes.

Quanto aos conceitos de comunidade e Desenvolvimento Local, faz se necessária a interpretação de Ávila (2001, p. 31-33), que conceituou:

[...] a comunidade se configura por grupo de pessoas que se convergem, articulam e interagem através de “*relacionamentos primários*” e a *sociedade* também se constitui de grupo de pessoas que se convergem, articulam e interagem só que, ao inverso da *comunidade*, por “*relacionamentos secundários*” (grifos do autor).

Nessa ótica, o conceito de comunidade enaltece o princípio jurídico de que todos são iguais perante a lei e são por meio de relações primarizadas e secundarizadas que se solidificam as comunidades. Os territórios relacionais se consolidam no âmbito da vizinhança para os bairros, e por meio de regras formais de controle externo à individualidade de cada um.

Assim, cabe refletir o processo de relacionamento do Desenvolvimento Local e a essência constitutiva da comunidade Jardim Sayonara, por meio da contribuição do grupo de estudo Projeto de Pesquisa “Essência Constitutiva de Comunidade no prisma de Desenvolvimento Local”. O grupo de estudo vem se aprofundando no conceito teórico-metodológico do DL e Comunidade. Seu objetivo é verificar os fluxos de divergências e convergências no processo de vigência e cruzamento dos relacionamentos primários e secundários em diferentes territórios relacionais e geograficamente localizados.

Contudo, existem pontos comuns a toda e qualquer comunidade, não podendo generalizar as variáveis culturais, temporais e territoriais. As categorias conceituais de território, territorialidade, lugar, cotidiano e vizinhança são de relevância para a compreensão da comunidade-localidade.

Fernandes, (1973, p. 123), conceituou comunidade “[...] é, pois, uma área de vida social assinalada por certo grau de *coesão social*. As bases da comunidade são *localidade* e *sentimento de comunidade*”.

Cabe ressaltar que as organizações das comunidades e da sociedade se materializam por meio dos territórios e das ações definidas como territorialidades. As comunidades e as sociedades se diferem por: localização, recursos, acesso, limites, distâncias e territorialidades.

Neste sentido, Martins (2005) esclareceu que: “[...] território, de fato, é mais que base para existência humana. No cotidiano as pessoas se relacionam. Constroem suas casas, transitam, perambulam e sonham, em nenhuma dessas atividades deixa de envolver o território direta e indiretamente”.

Para o entendimento da territorialidade e do desenvolvimento local não é possível dissociar as relações humanas cotidianamente construídas, estabelecidas junto aos cidadãos em uma comunidade-territorializada.

De acordo com Dias (1994, p. 121-126): “[...] a territorialidade envolve a posse e o controle exclusivo do espaço por um indivíduo ou grupo de indivíduos”. Já o lugar é onde acontecem os fenômenos naturais e humanos, portanto, indispensável à própria vida.

As relações em comunidade e a participação podem ser mais bem compreendidas quando refletidas em uma comunidade de existência completa. Desse modo, pode-se conhecer o seu modo de ser no cotidiano de sua existência, ou seja, entendê-la como territorialidade. A territorialidade é vista aqui, portanto, como a manifestação do modo de ser de uma comunidade em seu território existencial, este compreendido como a própria organicidade estabelecida pela relação entre os atores da comunidade, sua forma de perceber e conceber a realidade apropriada e vivida, como também sua forma de agir, como estrutura e como dinâmica. A territorialidade expressa, portanto, um mundo multidimensional, concretamente determinado de uma comunidade ou sociedade.

O território emerge como unidade social estabelecida por uma rede de relações entre diferentes atores que tenham um projeto comum de vida (RAFFESTIN, 1993) e, portanto, apresentam o mesmo interesse, aspirações e desejos. A vida de relações estabelecidas no mesmo suporte físico de referência, ou seja, num mesmo lugar, cria ali o seu campo de forças (SOUZA, 1995).

O Jardim Sayonara, de existência concreta apresenta-se como território vivido da comunidade, objeto desse estudo, sendo ainda seu suporte físico de referência e o seu campo de forças. Os limites desse território são dados pelos pontos de atuação de cada ator inserido no tecido da rede de relações ali estabelecidas (RAFFESTIN, 1993). O que interessa analisar aqui, não é o território em si, mas a territorialidade, ou seja, o modo de ser, de se manifestar dessa comunidade ali territorializada. Santos (1995) alerta que o interesse da ciência social não é pela compreensão do território em si, mas pela forma que se da o seu uso.

A territorialidade ao ser vista como fruto a apropriação coletiva, no modo como o termo “apropriação” é concebido por Serfaty-Garzin (2003), expressa a forma de uso das capacidades e competências humanas historicamente construídas dos atores locais para adaptar no lugar de vida os recursos disponíveis (materiais e imateriais) a fins previamente definidos.

Desse modo, a participação aparece nesse estudo como uma forma de agir e de ser dos seus atores, visando um projeto comum de vida, na interação com a comunidade e desta com o território construído e vivido, como também na relação deste território com suas escalas

superiores de organização e ainda com outros territórios. Interpretar um território na “era global”³, é interpretar um território relacional.

E, nesse sentido, a participação dos agentes de desenvolvimento expressa apenas um dos elementos que se combinam na constituição do campo de forças coletivamente criadas na complexidade de um território relacional. As potencialidades dessa participação, por seu turno, nascem das capacidades e competências construídas historicamente e que permitem perceber e conceber o território como campo de forças este visto como fruto da interação ativa dos atores para adaptar o meio vivido, assim como para olhar os recursos disponíveis (materiais e imateriais) como potencialidade na realização de suas necessidades aspirações e desejos superando dificuldades. Como forma de ser dos atores a participação como potencialidade e forma de agir se expressa, portanto, como territorialidade.

Só é possível interpretar a participação no local como potencialidade e como força manifestada, quando se é capaz de captá-la como força social manifestada ao longo do tempo e na combinação com outras dimensões da trama que compõe a complexidade do bairro. Como afirma Morin (2000) para se entender o complexo é preciso captar o que foi tecido junto.

Como micro território, o Jardim Sayonara insere-se na trama da organização de escalas territoriais mais amplas e que constituem seu contexto. Para Morin (2000, p. 42), “[...] um conhecimento só é pertinente na medida em que se situe num contexto”. Contextualizar, para esse pensador é situar o que se pretende conhecer num conjunto organizado. Assim, a interpretação do modo de ser do Jardim Sayonara será facilitado, ao inserir o território do bairro nesses contextos multiescalares da ordem territorial, especialmente o do território da cidade e do Município.

No território fragmentado e funcionalizado da cidade de Campo Grande, o Jardim Sayonara aparece na representação coletiva como “periferia da cidade” e manifesta o modo de ser de um ambiente social de risco, numa sociedade urbana regidos por princípios do chamado “capitalismo selvagem”, geradores de grandes desigualdades sociais e, por conseguinte, territoriais. Trata-se de um bairro apropriado por meio do movimento de moradores “sem teto”, como também sem chão para construir esse teto. Como periferia o Jardim Sayonara é o lugar do abandono e de todo tipo de carência na estrutura da cidade. Portanto, a área do bairro serviu de suporte inicial a esse processo de apropriação coletiva exigindo força solidária dos

³ Termo utilizado por Edgar Morin para se referir a era da mundialização do planeta.

atores envolvidos no movimento, vindo de diferentes origens, e dotados de diferentes saberes e competências construídos historicamente em outros territórios dentro do Estado.

Para Le Bourlegat (2000, p. 18), “[...] os lugares sediam os acontecimentos coletivos e individuais. É onde a vida se desenvolve, permitindo o estabelecimento de diferentes redes e circuitos que possibilitam a interação com as diferentes realidades e mundos”.

Partindo da premissa de que a existência humana se dá no cotidiano, Martins (2002, p. 54) afirmou: “[...] a força do lugar (ordem local) reside no território compartilhado e identificado por uma consciência social e comunitária de entorno, cuja essência é a própria história vivida em comum”.

Le Bourlegat (2000, p. 18) afirmou que: “[...] o conteúdo do lugar oferece condições para o acontecer”. “[...] que nesse atual mundo globalizado, em que as relações entre o lugar e o mundo, mediadas pelos territórios políticos-institucionais, tornam-se cada vez mais relevantes, a ordem local transforma-se em força interna de desenvolvimento”.

1.3 SOBRE PARTICIPAÇÃO

Pela capacidade de interação e por toda a subjetividade presente nas relações humanas, com o entendimento de que a ordem local transforma-se em força interna de desenvolvimento, é que a participação vem propiciar as conexões horizontais e verticais estabelecidas entre as pessoas e as instituições. As articulações dos diferentes cidadãos e instituições são ferramentas que podem promover e desencadear o desenvolvimento local.

No entendimento de Bordenave, (1994, p. 22): “[...] participação é fazer parte, tomar parte e ter parte, que é próprio da natureza do homem, tendo acompanhado sua evolução desde as tribos e os clãs dos tempos primitivos, até as associações, empresas e partidos políticos de hoje, que se assemelha à democracia participativa”.

Partindo da conceituação de Bordenave (1994), apresenta-se o quadro abaixo com o intuito de facilitar de forma didática, a compreensão das formas de participação em destaque:

PARTICIPAÇÃO ATIVA	PARTICIPAÇÃO PASSIVA
<ul style="list-style-type: none"> - Objetiva a liberação e igualdade. - Facilita o crescimento da consciência crítica da população. - Fortalece o poder de reivindicações e prepara para adquirir mais poder na sociedade. - Intervém de forma ativa na construção, por meio da tomada de decisão e das atividades sociais em todos os níveis. - Permite o processo coletivo transformador. - Prepara cidadão engajado. 	<ul style="list-style-type: none"> - Mantém uma situação de controle de muitos por alguns. - apresenta recepção passiva dos benefícios da sociedade. - prepara cidadão inerte.

Ressalta-se, portanto, que em relação ao indivíduo, a participação pode ser voluntária e involuntária. Ela se verifica pelos tipos: ativa e passiva. Suas dimensões pressupõem tomadas de decisão, ações educativas, integrativas, expressivas e o controle social.

Nessa vertente, Ammann (1978, p. 60-62) definiu:

[...] A participação social é o processo mediante o qual as diversas camadas sociais tomam parte na produção, na gestão e no usufruto dos bens de uma sociedade historicamente determinada (p.61). [...] Se a sociedade garante a participação direta de seus membros através dos sistemas político e organizacional, a participação indireta, mediante as associações ou os grupos voluntários, adquirem menor relevo. Assim, pode existir participação social independentemente das associações como é possível a existência de associações que não ensejam a participação a nível societal⁴ (p.62).

A participação pode ser entendida sob duas óticas: a direta e a indireta. Entende-se que a produção de bens e serviços, gestão da sociedade e usufruto dos bens da sociedade caracteriza a participação direta, enquanto que o associativismo caracteriza a participação indireta. A figura n.1 ilustra a participação social.

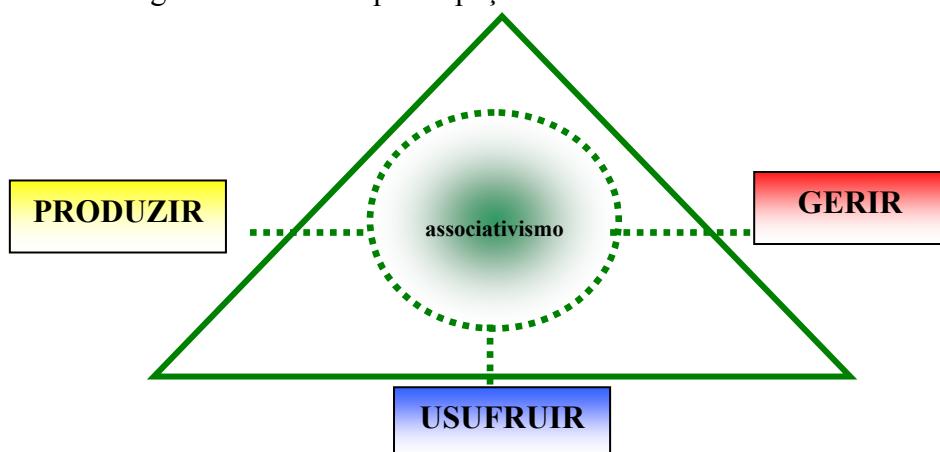


Figura n. 1: Participação Social

Fonte: Ammann, (1978, p. 62)

⁴ Que vive em sociedade; gregário (Houaiss, 1979, p. 786).

Há vários aspectos importantes para o entendimento da participação social, mas o aspecto relevante é verificar o que suscita à participação, e sem sombra de dúvida é a necessidade, a percepção da vantagem, o sentimento de pertença e a identidade de interesse, que conflitam entre os interesses individuais e coletivos.

Martins (2005, p. 111) afirma que: “[...] participação é muito mais do que uma conquista pessoal uma vez que para ela concorrem fatores históricos, sociais, culturais, econômico e espaciais”.

Para Teixeira (2002 p. 31-32), a participação cidadã pressupõe o caráter decisório ou de influência, e ainda a superação da contradição entre representação e participação, e mais, requalificou a participação popular quando referiu:

[...] a participação cidadã diferencia-se da chamada “participação social e comunitária”, desde que não objetiva a mera prestação de serviços à comunidade ou à sua organização isolada. [...] não se confunde também com a expressão “participação popular”, muito utilizada para designar a ação desenvolvida pelos movimentos – em grande parte de caráter reivindicativo – visando o atendimento de carências ou à realização de protestos, às vezes violentos, relativos à marginalização, compreendendo um posicionamento anti-Estado.

Nessa ótica, a participação cidadã versa entre dois elementos contraditórios, o “fazer ou tomar parte” no processo político-social e no elemento “cidadania”, no sentido “cívico” da universalidade e igualdade de direitos.

Assim, Teixeira (2002, p. 32) esclareceu:

[...] A participação cidadã é o processo social em construção hoje, com demandas específicas de grupos sociais, expressas e debatidas nos espaços públicos e não reivindicadas nos gabinetes do poder, articulando-se com reivindicações coletivas e gerais, combinando o uso de mecanismos institucionais com sociais, inventados no cotidiano das lutas, e superando a já clássica dicotomia entre representação e participação.

A participação cidadã pode estabelecer novos paradigmas nas relações entre o público e o privado, quando visa à tomada de decisões e à gestão local, em que o cidadão sai da condição de objeto para sujeito. A participação dos cidadãos locais passou a ser necessária em todos os estágios das discussões, demonstrando as reais necessidades e o grau de satisfação da sociedade.

Considerando-se que há diferentes tipos e formas de participação social e que a superação do medo dos homens à liberdade é uma constante busca no seio das relações societárias, e mais, entendendo a democracia como um estado de espírito, faz-se imperioso

esclarecer que a participação abre espaços para a tomada de decisões das comunidades e de seus membros.

Diante destes argumentos e conceituações, dar-se-á atenção às formas de participação que Ammann (1978, p. 122) conceituou:

[...] as formas de participação social postuladas, organizadas e postas em prática, revelavam-se, não só ineficazes em termos de contribuição real aos processos decisivos e decisórios da sociedade, como pareceram-nos assumir um caráter paleativo, mediatizado pela aparente participação na esfera local e pela não participação a macro-nível.

Dentre as muitas formas de participação social relevante, Dallari (1984, p. 39-80) sinalizou que: “[...] para a efetiva participação política, o primeiro passo deve ser dado no plano da consciência. Destacou as seguintes formas de participação: individual e coletiva; eventual e organizada; participação em reuniões, movimentos, associações e mobilização popular”.

A **participação individual**, na definição de Dallari (1984), é um compromisso de vida, exigida como um direito e procurada como uma necessidade e acontece por meio da fala, da escrita, da denúncia, da discussão, encorajando os adormecidos e indecisos para alertá-los a uma tomada de decisão. Já a **participação coletiva** ocorre por meio da integração em grupos sociais (lideranças; movimentos operários; luta das mulheres pelo direito de voto; grupos de favela, de vizinhos, profissionais liberais; negros).

As formas de **participação eventual e organizada** são igualmente válidas, desde que exercidas com a consciência e a responsabilidade exigidas pelo bem comum. A primeira pode estar simplesmente ligada a uma circunstância momentânea não inserida de forma contínua, enquanto a segunda se desenvolve através de uma clara definição de objetivos e procura o máximo proveito dos recursos disponíveis, assegurando a continuidade das ações (Dallari, 1984, p. 47-50).

As **reuniões, movimentos e associações**, enquanto formas de participação, possibilitam aos cidadãos exporem suas opiniões, sem necessariamente privilegiar algum ponto de vista, respeitando as opiniões divergentes, permitindo que estas sejam expostas e defendidas. As reuniões podem contribuir para a conscientização das pessoas e conjugação de esforços. Já os movimentos organizados trazem a eficiência da mobilização popular. O diferencial entre os movimentos e as associações: o agrupamento de pessoas enquanto

associação tem caráter permanente, organizado e são mais presas às formalidades do que nos movimentos (Dallari, 1984, p. 66-77).

Nesta perspectiva, Carvalho (1998, p. 8), afirmou que:

[...] todas as mobilizações e movimentos sociais são formas de participação popular, que se diferenciam segundo as questões reivindicativas, segundo as formas possíveis, definidas tanto pelos usos e costumes de cada época, pela experiência histórica e política dos atores protagonistas, assim como pela maior ou menor abertura dos governos ao diálogo e à negociação.

Entre estas diversas formas de participação, destacam-se as manifestações cidadãs, muitas vezes mais informais, como as redes de informação virtuais; contatos telefônicos; movimentos de consumidores e usuários, somados à participação formal e aos novos grupos culturais. Destacam-se, nesse sentido, os movimentos feministas, negros, gays, lésbicas e travestis, povos indígenas, portadores de deficiência, ecologistas, com movimentos voltados às mudanças culturais na sociedade.

Estes são tipos e formas de participação que se incorporam à opinião pública e se consolida por meio das relações vivenciadas na comunidade, permitindo, desta forma, verificar as potencialidades de participação social, sendo estes referenciais utilizados para efeito de análise interpretativa desta dissertação.

1.4 SOBRE POTENCIALIDADES

O dicionário Larousse (1979, p. 668), conceitua potencialidade como sendo “[...] a qualidade de potencial, sendo que potencial [...] é relativo à potência; virtual; que exprime possibilidade. E potência [...] é poder, força. Conjunto das aptidões ou elementos próprios para produzir um ato; virtualidade”.

Nessa vertente, Ávila (2001, p. 59) analisou:

[...] a necessidade da distinção conceitual entre potencialidade e condição. Sendo que no contexto de desenvolvimento local, [...] *Potencialidade* significa capacidade de ser de qualquer ente, [...] enquanto *condição* é objeto ou fato, portanto ente concreto em estado de ser em *ato*, mas também potencializado ou com potencialidade(s) para interferir ativa e positivamente no sentido de que determinada(s) potencialidade(s) de outro(s) ser(es) ou ente(s) saia(m) da situação de latência e deflagre(m) a evolução do(s) mesmo(s) rumo a novo(s) estado(s) de ser em ato (grifo do autor).

Contudo, o autêntico desenvolvimento local requer a identificação precisa das potencialidades e condições locais que propiciem o desenvolvimento endógeno e exógeno da comunidade. As potencialidades de desenvolvimento das comunidades pressupõem na ótica do Desenvolvimento Local, a consciência da existência de uma ordem interna nas relações inter-pessoais, gerando padrões de organização que refletem a vida em sua cotidianidade. No entanto, as comunidades é que devem assumir progressivamente os rumos e as responsabilidades do desenvolvimento da localidade.

O movimento da comunidade surge com a possibilidade de que os chamados agentes internos e externos de desenvolvimento interajam com as comunidades, tendo em vista o desvendamento de suas potencialidades, sem perder de vista a relação dos cidadãos com agentes de suas próprias histórias.

O entendimento do conceito de agente no contexto do desenvolvimento local, vem com Nóvoa (1992 apud Ávila, 2001, p. 65) quando ressaltou:

[...] para que a mobilização dos recursos e potencialidade locais seja efectiva, levando à promoção de actividades criadoras de empregos, importa dotar as comunidades locais ou as regiões com meios de apoio institucional (público ou privado) ao desenvolvimento. Os agentes de desenvolvimento constituem um dos meios ao dispor das colectividades tanto mais eficazes quanto mais consistente e específica for a sua formação para o desenvolvimento (grifo do autor).

No processo de investigação, os agentes internos e externos possibilitaram a identificação das potencialidades de participação como mola propulsora do desenvolvimento, conforme descrito no capítulo 4.

2 TERRITORIALIDADE DO JARDIM SAYONARA

Neste capítulo descreveremos as características do Jardim Sayonara, abordando a construção territorial do bairro, as territorialidades em ambiente social de risco, as atividades econômicas, sociais, ambientais, a infra-estrutura e os serviços públicos.

Dessa forma, o levantamento de dados realizado na comunidade demonstrou que há peculiaridades no processo de construção social e na dinâmica da população, que merecem ser estudados, porque se destacaram como elementos que contribuíram para o desenvolvimento da comunidade.

Nesse processo, iniciativas e ações identificadas junto à população possibilitaram o seu desenvolvimento por meio de atividades econômicas, sociais e culturais e deram sustentabilidade ao agrupamento social, de forma a se consolidar em uma localidade, com história e valores significativos para àqueles que participaram da criação do Jardim Sayonara.

2.1 JARDIM SAYONARA: O LUGAR E AS PESSOAS

O município de Campo Grande possui 8.096 km², está situado no centro do Estado do Mato Grosso do Sul, limitado por municípios de médio e pequeno porte, de baixa densidade populacional. Ao norte pelas cidades de Jaraguari e Rochedo; ao sul por Sidrolândia e Rio Brilhante; ao leste, Ribas do Rio Pardo e a oeste, por Terenos.

A área ocupada do seu território é predominantemente horizontal e corresponde a 353,03 km², contendo significativas quantidades de áreas não edificadas.

Em 1995, na elaboração do Plano Diretor de Campo Grande-MS, houve a participação da população, o projeto foi discutido em associações de bairros e em audiência na Câmara Municipal, culminando com a publicação da Lei Complementar n. 5, de 22 de novembro de 1995, que institui o Plano Diretor, a Política Urbana do Município de Campo Grande e a

Política de Desenvolvimento do Município de Campo Grande, que passa, atualmente, por processo de revisão.

De acordo com o mencionado Plano Diretor de Campo Grande-MS, a cidade está dividida em sete regiões urbanas (Figura n. 2) e o Jardim Sayonara está situado na Região do Imbirussu, que possui grande área privada de mata ciliar, aproximadamente, de sessenta hectares.



Figura n. 2: Regiões Urbanas de Campo Grande-MS, destaque para a localização do Bairro Jardim Sayonara.

FONTE: PLANURB, Campo Grande-MS 2004.

O Jardim Sayonara está localizado na região oeste da cidade, distante aproximadamente, sete quilômetros da região central, tendo como bairros limítrofes o Jardim Aeroporto, Vila Popular, Jardim das Reginas, Silvia Regina, Ana Maria do Couto, Jardim do Zé Pereira e Nova Campo Grande.

Situa-se nas proximidades do Aeroporto Internacional Antonio João, de instalações industriais, de distribuidoras de petróleo e dos Córregos Serradinho e Imbirussu, junto aos quais se encontra uma grande área de mata ciliar urbana, conhecida como “Mata do Otaviano”.

Podem ser observadas, na foto n.1, uma das vias de acesso ao Jardim Sayonara, pela Avenida Júlio de Castilhos e na foto n. 2, as casas que ladeiam o Córrego Serradinho.



Foto n. 1: Avenida Júlio de Castilhos (L.H.B. Al-Contar, 25/09/2006).



Foto n. 2: Córrego Serradinho (L.H.B. Al-Contar, 25/09/2006).

O surgimento do Jardim Sayonara decorreu do movimento migratório após a transformação do município de Campo Grande em capital do Estado, que apresentou, no período de 1970 a 1980, a taxa média de crescimento anual de 7,6% e, posteriormente, manteve médias relativamente elevadas de crescimento populacional, o que ocasionou alterações em seu perímetro urbano, apesar da existência de espaços vazios.

Sua origem relaciona-se com o movimento de moradores sem teto, originários do interior do Estado de Mato Grosso do Sul, que vinham para a capital, com a esperança do sonho de melhores condições de vida, a busca de tratamento médico para familiares e de escolas para seus filhos.

A ocupação de imóveis urbanos existentes naquela área por contingente de pessoas que não dispunham de poder aquisitivo para a compra de um terreno ou de uma casa, e dependiam do pagamento de aluguel ou do acolhimento por parte de familiares e amigos, teve o apoio de religiosos, que buscavam a organização e a efetivação da referida ocupação.

A busca de um lugar para se estabelecer foi o fator motivador para a consolidação da permanência no local pelos ocupantes.

Segundo depoimentos de antigos moradores, havia uma família de nacionalidade japonesa, que era proprietária da área e a partir da convivência com os ocupantes, passou a ser cumprimentada com a expressão ‘sayonará’, daí a origem do nome Jardim Sayonara.

O movimento de ocupação das áreas, objeto de invasão por parte dos moradores locais, não foi pacífico, muitas famílias foram retiradas do local pela Prefeitura, com apoio da força policial. No entanto, as famílias já instaladas e organizadas enfrentaram com resistência as ações que intentavam a desocupação dos imóveis.

Com o passar do tempo, surgiram organizações comunitárias que objetivavam melhores condições de vida para a comunidade, haja vista a falta de infra-estrutura e a carência de serviços públicos, tais como energia elétrica, água encanada e precariedade do local para a habitação das famílias ali abrigadas.

O acesso ao Jardim Sayonara é feito pela Avenida Júlio de Castilhos, que é um corredor de circulação para transporte coletivo, ciclistas, motoristas e pedestres. Há, alternativamente, acesso pela Avenida Duque de Caxias, nas proximidades do Aeroporto Internacional Antônio João, ou pelas propriedades industriais e também pela passagem de nível da antiga estrada de ferro que passava pelo local.

2.2 TERRITORIALIDADE EM AMBIENTE DE RISCO

O município de Campo Grande-MS, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), tem população estimada em 749.768 habitantes, dados de julho de 2005.

A Região Urbana do Imbirussu é constituída de 48,02 Km² e possui seu traçado demarcado pela Ferrovia Noroeste do Brasil, no sentido do município de Corumbá para Campo Grande.

De acordo com a publicação Campo Grande em Números, editada pelo Planurb, da população de 89.865 habitantes na Região Urbana do Imbirussu, 51,52% são do sexo feminino e 48,48% do sexo masculino. Tem densidade demográfica de 18,49 (hab/ha) e média de 3,57 moradores por domicílio.

O Jardim Sayonara é uma área urbana com lotes irregulares, georeferenciados pelo município e cadastrados pela EMHA da Prefeitura de Campo Grande-MS. A quantidade de moradias é de aproximadamente 406 residências, sendo que 107 famílias residentes passaram por experiência de iminente remoção do local.

Por volta de 1987, as famílias viveram situação de risco social pelo enfrentamento efetivo ao rompimento do ciclo da pobreza, considerando que não possuíam teto para moradia e deflagraram o movimento e a ocupação de área urbana, no Jardim Sayonara.

Assim iniciou o movimento dos sem teto que redundou na ocupação das terras do atual Jardim Sayonara deu-se no sentido de superar os riscos relativos às ameaças sofridas pelo ser humano sem moradia. Entretanto os efeitos dessa situação social geraram um novo risco, ou seja, a ocupação das margens do Córrego Serradinho, fato que deu origem a novas formas rápidas de intervenção como solução social.

A sociedade exposta a um ambiente de riscos que se constituem em ameaças para as pessoas, revelando um estágio da chamada modernidade, fruto dos excessos cometidos pela sociedade da produção industrial.

O perigo dessa condição, segundo Beck (1997) é quando ocorre uma percepção “distorcida” dos riscos, percebendo-se “o mundo como um risco” no lugar de identificar os “riscos do mundo”.

A trajetória das famílias que vivenciaram a ocupação da área urbana as margens do Córrego Serradinho na década de 1980, foi evidenciada por diferentes etapas de conflito com o Poder Público, desde a ocupação e demarcação territorial até a posse e controle do espaço.

2.3 DIMENSÃO ECONÔMICA E DE INFRA-ESTRUTURA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS

Em levantamento realizado pela Secretaria Municipal de Arrecadação (SEMRE), foram identificadas no bairro Jardim Sayonara, dentre os estabelecimentos cadastrados, atividades econômicas de comércio varejista de produtos alimentícios (açougue e bebida), de bebidas (bar), de prestação de serviços de moto-entregador e de outras atividades comerciais de vendedores ambulantes.

No entanto, observa-se que, em decorrência da informalidade, há diversificação de estabelecimentos e geração de emprego e renda, nas atividades econômicas de prestação de serviços de mecânica de motocicletas; consertos de bicicletas (biciletaria); transporte com carroças (carroceiros); catadores e prensadores de lixo urbano para reciclagem; encomendas de salgados (salgadeiras); cabeleireiras, bares, padarias, ambulantes (vendas de toalhas, calças, camisas em varal); venda de cosméticos; serviço de tapeçaria; comércio de materiais de construção, pequenos supermercados e comércio em feira livre.

O sistema territorial do Jardim Sayonara para efeito de apresentação de um território periférico da cidade de Campo Grande-MS foi identificado em três dimensões: econômica; ambiente construído de uso coletivo e ambiente natural.

2.3.1 Dimensão econômica

Exposta a uma maior situação de “marginalidade” e de exclusão social grande parte dos moradores do Jardim Sayonara sobrevivem de atividades econômicas informais, dentre as quais predominam os pequenos serviços urbanos e atividades relacionadas à coleta e prensa do lixo urbano.

As fotos n. 3, 4, 5 e 6 mostram atividades econômicas de comercialização/geração de emprego e renda no Jardim Sayonara.



Foto n. 3: Estabelecimento de prensa do lixo reciclável (L.H.B.

Al-Contar, 25/09/2006).



Foto n. 4: Atividade de coleta de lixo reciclável e residência de catadores (L.H.B. Al-Contar, 25/09/2006).



Foto n. 5: Serviços de oficina de conserto de bicicletas (L.H.B. Al-Contar, 25/09/2006).



Foto n. 6: Serviços de mecânica de motocicletas e ambulante (vendas de toalhas, calças, camisas em varal) – (L.H.B. Al-Contar, 25/09/2006).

2.3.2 Ambiente construído de uso coletivo

O ambiente construído em termos de infra-estrutura física e dos serviços coletivos, expressa a forma de ser de uma territorialidade periférica em cidades brasileira. O ambiente tende a reproduzir e a expor a risco de maior exclusão social, o conteúdo social em condições de maior carência, quando comparada ao ambiente estruturado nas áreas mais centrais ou que abriga segmentos sociais mais privilegiados.

Grande parte do que já foi construído como infra-estrutura física e de serviços resulta de conquistas das comunidades locais e do “Programa de Urbanização de Áreas Periféricas” da Prefeitura Municipal, cujo objetivo principal tem sido o de inserir o bairro na trama das principais vias de circulação da cidade. Os maiores problemas tem sido a infra-estrutura de saneamento básico (esgotos), de serviço postal e daqueles que possibilitem a inclusão digital.

No que concerne às atividades econômicas e sociais, o Jardim Sayonara conta com apoio das igrejas, possui um Centro Comunitário com a finalidade de capacitação e geração de renda e um Centro de Educação Infantil (ver fotos n. 7 e 8).



Foto n. 7: Equipamento público Centro de Educação Infantil Sayonara (L.H.B. Al-Contar, 25/09/2006).



Foto n. 8: Sede do Centro Comunitário Associativo São João Bosco – Jardim Sayonara (L.H.B. Al-Contar, 25/09/2006).

A comunidade local dispõe do Centro de Formação Profissional denominado Incubadora Municipal Zé Pereira (ver foto n. 9), situada no bairro limítrofe de mesmo nome,

que faz o manejo e processamento de produtos naturais e nativos da região, destacando-se matérias-primas como: couro, chifre, folhas e frutos da palmeira buriti e fibras naturais.



Foto n. 9: Incubadora Municipal Zé Pereira, espaço de capacitação e comercialização dos produtores regionais. (L.H.B. Al-Contar, 25/09/2006).

A sede da Associação de Moradores do Jardim Sayonara também é utilizada no período noturno, oferecendo aulas do Programa de Educação de Jovens e Adultos, em parceria com a Secretaria Estadual de Educação, executado pelo Projeto MOVA-MS.

O ensino fundamental e médio é prestado por escola localizada em bairros próximos, Vila Eliane e Vila Popular, uma vez que não existe escola instalada no local.

O atendimento de saúde pública é realizado pela Unidade Básica de Saúde “Dra. Eleonora Moura Quevedo Gomes” e pela Policlínica Odontológica, ambos localizados na Vila Sílvia Regina, distante aproximadamente mil metros do Jardim Sayonara.

Quanto à política de Assistência Social, esta se dá mediante atendimento à população pela Unidade Descentralizada de Assistência Social (UNIDAS) “Valéria L. da Silva” e pelo Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) “Albino Coimbra Filho”, localizados, respectivamente, nos bairros Vila Popular e Jardim Aeroporto.

As ruas são utilizadas para as atividades de cultura, esporte e lazer. Há parceria com a Igreja Católica local, que permite o uso de área livre para a prática esportiva de futebol (ver

foto n. 10). As práticas de esporte e lazer realizadas são brincadeiras com pipas, torneios de vôlei, jogo de tacos com garrafa pet, passeios de bicicleta e jogo de sinuca em bares.



Foto n. 10: Fotografia do Campo de Futebol do Jardim Sayonara – área cedida (L.H.B. Al-Contar, 25/09/2006).

O sistema de abastecimento de energia elétrica que atende a cidade de Campo Grande e região encontra-se atualmente incorporado ao "Sistema Interligado Sul/Sudeste/Centro-Oeste" do país.

Em dezembro de 2004, o município contava com 5.183 km de rede de energia elétrica, com 105.491 postes e 640.520 KW de potência instalada total, atendendo a 226.362 ligações domiciliares urbanas e 2.677 na área rural do município.

A capital conta com um anel de tensão elétrica de 138 KW, que interliga as subestações de rebaixamento, em operação com a finalidade de atendimento local, possibilitando o fornecimento de energia elétrica às famílias dessa comunidade.

Dados da empresa concessionária de energia elétrica registram um percentual de 90% das moradias do Jardim Sayonara têm instalações de energia elétrica regularizadas, no entanto, são visíveis, em residências situadas em até 50m das margens dos córregos

Serradinho e Imbirussu, ligações clandestinas de energia elétrica realizadas pelos próprios moradores.

O serviço de iluminação pública é de responsabilidade da Secretaria Municipal de Serviços e Obras Públicas (SESOP). É um órgão integrante da administração pública direta, porém, foi repassado o gerenciamento à empresas contratadas, mediante concorrências públicas, existindo, aproximadamente, 50 luminárias públicas na área total do bairro sendo considerada de boa qualidade os serviços prestados nessa área, após consulta realizada.

Há o tele-atendimento que recebe solicitações da população em geral, vinculado à Gerência de Manutenção de Vias Públicas, da SESOP, que responde pela programação, controle e fiscalização da execução dos serviços específicos.

O sistema de abastecimento de água tratada de Campo Grande-MS atende, atualmente, cerca de 98% da população (dados de 2004) e tem uma produção média mensal de 6,2 milhões de metros cúbicos em face de um consumo médio de 2,8 milhões de metros cúbicos.

A diferença entre o total produzido e o total consumido corresponde à perda no sistema de abastecimento, estimado em torno de 45%. A empresa concessionária do serviço de fornecimento de água tratada e canalizada do município tem projeção para reduzir essa perda para 25% até o ano 2010.

Em relação ao Jardim Sayonara, o percentual de moradias com água canalizada é de 90%, porque existem famílias que estão instaladas às margens do córrego existente no local, que não se beneficiam do saneamento básico devido a dificuldade de acesso ao local.

Enquanto na cidade o índice de conexão à rede de esgoto é de 20%, embora a rede coletora de esgoto esteja disponível para 32% da população, por conseguinte, esta não alcança a população do Jardim Sayonara, que utiliza fossas sanitárias ou esgoto a céu aberto.

O Jardim Sayonara está incluído no programa de urbanização de áreas periféricas, que são ações da administração municipal, no sentido de interligar o bairro ao sistema viário, mediante abertura de vias públicas, que, por sua vez, tem a função de consolidar condições de acessibilidade e de convivência.

No quesito urbanização e pavimentação, o Jardim Sayonara tem a rua principal pavimentada com asfalto, contendo guias e coletores de águas pluviais, desvios de águas evitando erosão do solo. Nas paradas de ônibus há coberturas de proteção contra chuva e sol e piso cimentado.

O transporte coletivo em Campo Grande-MS é viabilizado pelo Sistema Integrado de Transportes (SIT), com início em 1991. Conta com oito terminais de transbordo e um terminal de integração das linhas convencionais, o qual não faz parte do SIT. Está localizado no Terminal Rodoviário de Campo Grande.

O transporte coletivo é operado por cinco empresas particulares, em regime de concessão, totalizando 160 linhas e transportam, em média de 197.530 passageiros/dia.

O terminal de transbordo que atende a população do Jardim Sayonara é denominado Terminal Júlio de Castilhos, inaugurado em março de 1992, está distante dois mil metros do bairro, havendo atendimento direto na localidade.

O serviço de limpeza pública da área urbana de Campo Grande-MS está dividido em três partes: varrição, manutenção e coleta de lixo. Nas Regiões Urbanas do Imbirussu e Segredo a varrição é executada junto à capina manual, nos mutirões realizados pela equipe contratada pela SESOP, que ocorrem em giro semestral.

A manutenção e a roçada acontecem por meio do serviço de capina manual dos logradouros públicos e pintura de meios-fios dos bairros e conjuntos habitacionais compreendidos fora do perímetro do mini-anel rodoviário¹. São realizados por região urbana (Segredo, Prosa, Bandeira, Anhanduizinho, Lagoa, Imbirussu), de maneira a atender uma região a cada 30 dias.

O serviço de coleta de lixo domiciliar é executado em 98% da área urbana de Campo Grande-MS, com exceção dos loteamentos e assentamentos clandestinos.

São utilizados vinte e seis caminhões para a coleta de lixo domiciliar, recolhendo, em média, 519 toneladas por dia; na área central a coleta é feita diariamente no período noturno, e na periferia, 3 vezes por semana.

O Jardim Sayonara possui coleta de lixo, conforme os dados oficiais, porém, nas áreas próximas aos córregos não permitem acesso aos caminhões. As vias públicas surgiram como forma organizada à coleta do lixo na localidade, conforme se observa na foto n. 11. O destino final do lixo é o aterro sanitário, localizado na saída para Sidrolândia.

¹ Mini-anel rodoviário: é um elo de circulação que permite o tráfego de cargas aos arredores da cidade, desafogando o tráfego interno, bem como a interligação mais rápida entre os acessos e as saídas da cidade.



Foto n. 11: Reservatório para depósito e a coleta do lixo no Jardim Sayonara/ “Pulo do Sapo” (L.H.B. Al-Contar, 25/09/2006).

A comunidade e imediações são desprovidas de estabelecimento de serviço postal, não havendo caixas coletoras para correspondências. A entrega das mesmas no bairro é realizada semanalmente pela Empresa de Correios e Telégrafos. A população, quando consultada verbalmente a respeito da prestação deste tipo de serviço, considerou de boa qualidade, o que demonstra a eficiência da empresa.

Campo Grande-MS dispõe de 16 emissoras de rádio e cinco emissoras de televisão, não existindo nenhuma Rádio Comunitária na Região Urbana do Imbirussu.

A presença do rádio na vida das pessoas é um fato interessante no cotidiano desta comunidade, que acompanha a programação e obtém informações. Quanto à televisão, a audiência está concentrada nos horários dos telejornais e novelas.

No Jardim Sayonara não existem as chamadas *lan-houses*, que possibilitariam o acesso à rede internet para jovens, adultos e idosos, mediante pagamento por período de uso. Não há também um espaço público equipado com computadores, o que promoveria a inclusão digital dos moradores.

Em relação ao serviço de telefonia, observou-se que nem todos os moradores do bairro Jardim Sayonara dispõe de serviços de telefonia fixa em suas residências. A comunicação por esse meio é realizada em telefones públicos, sendo que existem quatro aparelhos instalados à disposição da população.

2.3.3 Ambiente natural

O ambiente natural da região urbana do Jardim Sayonara é observável pelo buritizal existente no local, às margens dos córregos Serradinho e Imbirussu, ponto de repouso e morada de tucanos e araras.

A presença de remanescente da vegetação nativa às margens dos córregos surgem como potencialidade para a produção de manufaturados, para a geração de emprego e renda, a exemplo dos trabalhos realizados na incubadora municipal Zé Pereira.

O potencial natural do local não é valorizado pelos moradores, uma vez que se observa a degradação da área e as contínuas alagações em decorrência do depósito a céu aberto de detritos lançados aos córregos, que necessitam de recuperação.

Fato este, que expressa a inexistência de organização local, a necessidade de ações contínuas sobre a educação ambiental e, por conseguinte a revitalização das áreas degradadas com participação da comunidade bem como a interferência do poder público com ações imediatas para a recuperação e conservação do ambiente de forma sistemática como pode se observar na foto n. 12.



Foto n. 12: Córrego Serradinho o encontro com o córrego Imbirussu nos buritizais (L.H.B. Al-Contar, 25/09/2006).

Nesta perspectiva e na seqüência de estudos, as potencialidades de participação comunitária nas óticas das lideranças serão apresentadas.

3 POTENCIALIDADE DE PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA NA ÓTICA DAS LIDERANÇAS

A potencialidade de participação comunitária no diálogo com as lideranças do Jardim Sayonara foi descrita com apoio de gráficos e análise dos dados coletados nos formulários¹. Identificaram-se as performances dos líderes e a socialização dos aspectos de identificação de potencialidade com os tipos e formas de participação detectadas. As discussões dos gráficos foram realizadas em consonância ao referencial teórico adotado para este trabalho.

3.1 PERFORMANCE DOS LÍDERES FORMAIS E INFORMAIS

O levantamento de dados sobre a performance e a caracterização da comunidade foi analisado por meio dos resultados, nos meses de janeiro e fevereiro de 2006 (ver apêndice A).

A investigação possibilitou conhecer e analisar os tipos, formas e potencialidades de participação que se coadunem com o Desenvolvimento Local e a visão dos líderes formais e informais.

Os líderes formais foram identificados pelos membros da comunidade do Jardim Sayonara como aqueles que presidem as entidades e associações comunitárias, eleitas para representar seus membros.

A liderança informal é aquela que em determinado período foi representante da comunidade e sem exercer a função de agremiações legalmente constituídas, mas que é considerado líder independente das funções cartoriais. Também, por ser um representante ou ter feito parte de algum movimento comunitário, que resultou em conquistas originárias de reivindicações coletivas.

Os líderes pesquisados foram 14 e afirmaram sua representação na comunidade do Jardim Sayonara, possibilitando identificar quem eles representavam. O resultado foi que seis

¹ É uma coleção de questões anotadas por um entrevistador em uma situação face a face com a outra pessoa (o informante). O instrumento de coleta de dados escolhido deverá proporcionar uma interação efetiva entre o pesquisador e o informante e a pesquisa que está sendo realizada (CESD, 2004, p. 26).

representavam a comunidade, três representavam grupos de mulheres e quatro dos pesquisados se caracterizaram como líderes informais e se sentem representantes dos moradores antigos. Observou-se que um respondeu que não se sente representante de ninguém, conforme gráfico n. 1.

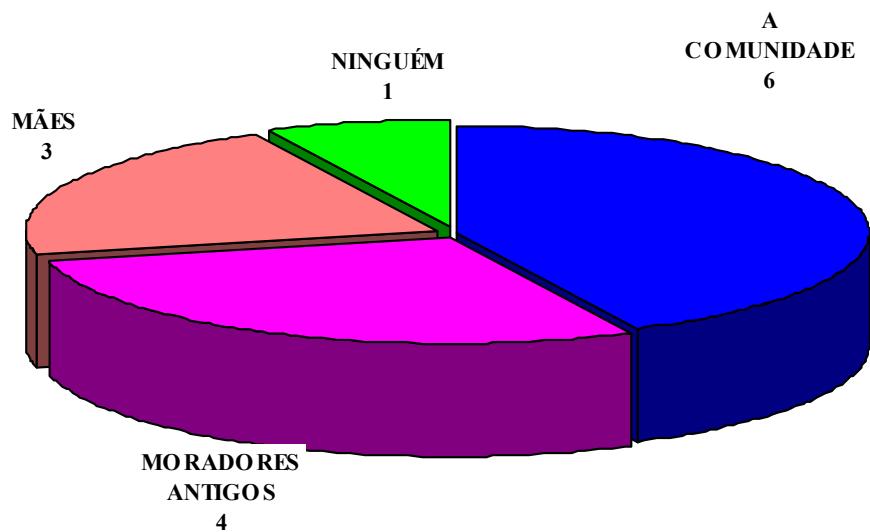


Gráfico n. 1: Representação dos líderes.

Analizar a questão do líder não se considerar representante e sim um morador antigo que viveu a história de formação do Jardim Sayonara é provocar o entendimento de que, mesmo ele não se sentindo líder informal, a comunidade o indica e o reconhece.

Essa análise pode refletir a importância que os moradores antigos têm, quando do estabelecimento dos laços de vizinhança e de liderança no processo de participação e registro da construção histórica da localidade e das comunidades. Dias (1994, p. 54) afirma que “[...] a estrutura de idade de uma população é muito importante, porque determina o impacto da população sobre o ambiente, independentemente do efeito do tamanho da população”.

O gênero dos líderes do Jardim Sayonara foi caracterizado sendo 64% do sexo feminino. A faixa etária mais expressiva demonstra que 57% encontra-se entre 51 a 60 anos, seguido dos 36%, na faixa de 41 a 50 anos. A escolarização dos líderes delineia que a maioria tem a formação no ensino fundamental incompleto, com um percentual de 54%.

A educação, na ótica da escolarização, contribui na interpretação qualitativa, não demonstrando o grau de informação e interpretação desses líderes, porém, podem indicar uma fragilidade para a compreensão da realidade globalizada e a consciência da importância do Desenvolvimento Local, considerando que a educação e a solidariedade são a espinha dorsal para o DL.

O tempo de residência dos pesquisados comprova que a maioria dos líderes reside no local há mais de 18 anos, chegando a 64% dos pesquisados totalizando 9 entrevistados, de acordo com o gráfico n. 2.

O tempo, as relações interpessoais, o apego pelo local, as conquistas realizadas em torno da participação enquanto vizinhos e líderes apontaram para as relações de vizinhança. Há depoimentos que caracterizaram o sentimento de pertença quando o líder relatou: [...] Já vivi muitas dificuldades, agora estamos na cidade, com o asfalto na porta e com uma possibilidade de sair do ‘Pulo do Sapo’ para o ‘Pé de Fora’. Essa analogia foi realizada pelo líder informal, morador antigo, desde o período da invasão, que comparou a atual moradia com a que será habitada após a remoção das famílias, para o Jardim Aeroporto. Essa analogia traz em seu bojo a ironia na expressão em relação ao tamanho das casas que irão habitar após a remoção, com a seguinte fala: “[...] quando se entra com um pé o segundo passo já estará do lado de fora, por isso, ‘é de fora’”.

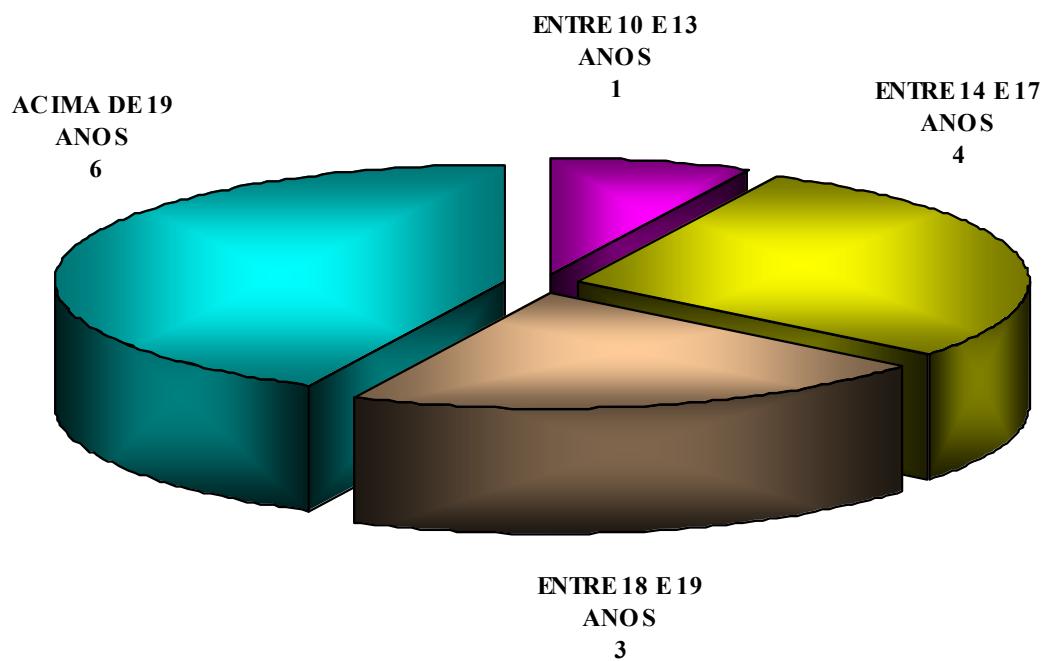


Gráfico n. 2: Tempo de residência na área.

O acesso às informações como um meio de instrumentar os líderes para a o exercício de sua função e na qualificação das mobilizações e reuniões acontecem por meio do rádio e da televisão, sendo que 11 deles as obtêm por meio da televisão. O gráfico n. 3 mostra que a representatividade do acesso às informações pelo rádio é de 4 entrevistados, demonstrando o seu grau de importância. Há depoimentos que reforçam esses dados, quando relataram que: [...] só saio de casa depois de ouvir o programa do “Rui Pimentel”, é assim que tenho as notícias da cidade, [...] fico em casa sozinha e o rádio é minha companhia, fico sabendo das coisas e a música me dá alegria.

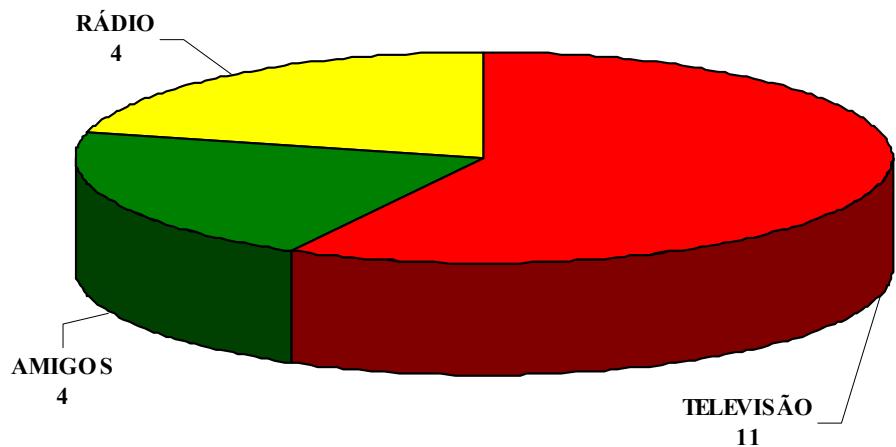


Gráfico n. 3: O meio de acesso às informações cotidianas.

A performance das lideranças formais e informais permite tecer comentários sobre o acesso que a comunidade tem aos fatos acontecidos no cotidiano.

A possibilidade de participação aumenta, pois além do rádio e da televisão, a comunicação entre os líderes e as comunidades acontecem nas relações de vizinhança. Porém, há comunicação entre os líderes e moradores que acontecem em suas diferentes territorialidades, existem lideranças que se comunicam com os moradores considerando a ocupação espacial do Jardim Sayonara e exemplificam, conforme o relato: “[...] aqui nós nos falamos e entendemos por região, os lá debaixo com seus vizinhos e nós de cima com os nossos, assim nós nos comunicamos”.

3.2 SOCIALIZAÇÃO DE POTENCIALIDADES PELAS LIDERANÇAS

As potencialidades identificadas, no processo de leitura e análise dos dados, permitiram assinalar que são várias as comunidades que compõem o Bairro Jardim Sayonara - comunidade-localidade, dada a complexidade dos fenômenos existentes no lugar, assim como as diversidades de opiniões dos líderes que representam e promovem as relações no cotidiano do território.

O processo de socialização dos tipos e potencialidades, identificada no Jardim Sayonara, foi identificado em determinado período da história, por meio de mobilizações e articulações, com vistas ao movimento de dentro para fora e de fora para dentro das comunidades.

A participação política e representatividade foram expressas considerando a participação e filiação em movimentos de agremiações, assinalando o movimento endógeno e exógeno das comunidades, conforme gráfico n. 4.

A participação foi identificada quando se verificou que (35%) dos líderes eram filiados a um partido político e 35% freqüentavam cultos religiosos. A identificação dos líderes com a religião também é percebida no dia-a-dia moradores da comunidade, pois em visitas as casas observaram-se imagens e folhinhos de santos, crucifixos e outros objetos para cultos religiosos no interior das residências.

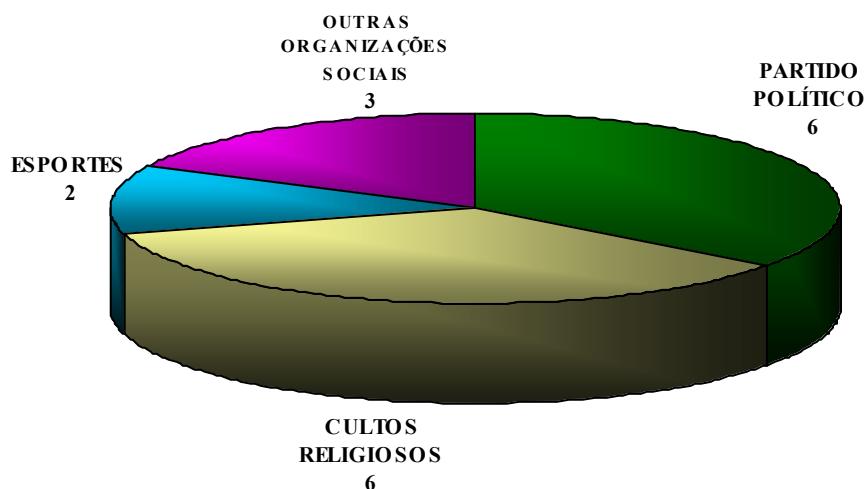


Gráfico n. 4: Representatividade dos líderes.

A participação dos líderes quanto à filiação a partidos políticos também foi identificada com a comunidade. Nas casas é possível verificar adesivos e manifestações de movimentos partidários, a exemplo das opções identificadas para o último pleito eleitoral de 2006.

A comunidade do Jardim Sayonara tem vinculado ao seu desenvolvimento os movimentos partidários com a presença de candidatos em palanque eleitoral montado no bairro, com a presença de lideranças formais e informais. A participação dos líderes no movimento político partidário está associado também com a estrutura do poder local. Os líderes em sua maioria são aqueles moradores que foram pioneiros na invasão da área urbana do Jardim Sayonara.

Para demonstrar esse movimento de líderes e moradores antigos nas escolhas para os representantes do poder político municipal do executivo e legislativo é histórico buscou-se fotos de arquivos pessoais dos líderes conforme demonstra a foto n. 13.



Foto n. 13: Palanque Político montado no Jardim Sayonara
com a presença de lideranças e candidatos ao poder
legislativo municipal (Foto de arquivo de líderes).

O interesse dos moradores para o esporte está representado também na forma de participação, na agremiação pelo time de futebol. A socialização dos líderes e moradores está refletida nos encontros para treinos e rodas de conversa sobre o futebol e da freqüência na área improvisada pela comunidade para esse fim.

O esporte aparece em segundo grau de destaque na resposta dos líderes, porém, foi constituído a partir de relações primárias e secundárias o Time de Futebol, denominado

Unidos Futebol Clube do Jardim Sayonara. Além de promover a integração, eleva a auto-estima dos moradores e promove a união em busca de seus interesses coletivos e individuais.

A socialização das potencialidades das lideranças se apresenta também com a participação dos moradores nas confraternizações de finais de semana, por meio do esporte – treino do time de futebol, das comemorações nas igrejas –feira da pechincha, festas juninas e no comércio de feira livre.

No que se refere às atividades culturais, constatou-se não haver nenhum tipo de participação dos líderes, porém, nas observações realizadas *in loco*, registram as manifestações culturais através dos grupos de jovens que dançam nas ruas, usam seus próprios equipamentos e promovem o lazer no bairro.

Dentre os tipos de participação estudados e identificados no Jardim Sayonara, sublinhar-se-ão as reuniões, os movimentos em prol da moradia, da infra-estrutura; da educação; da associação de moradores; clube de mães e agremiações políticas, religiosas e esportivas.

No tocante a expressão de cooperação de outras entidades para apoio aos trabalhos dos líderes da comunidade, surpreendeu com a identificação de que 71% dos entrevistados disseram não possuem cooperação externa de outras agremiações.

Já quando se pesquisou a cooperação dos associados e moradores, 43% dos líderes informaram que têm a cooperação de seus associados e moradores para o exercício de suas funções, configurando a participação da comunidade o movimento endógeno do desenvolvimento.

Outra potencialidade identificada da participação dos líderes formais e informais e dos moradores antigos foi o compromisso que estes têm à participação nas reuniões do Conselho Regional Urbano do Imbirussu, que vislumbram a elaboração do orçamento municipal. A maioria dos líderes pesquisados, 61 %, considerou ser produtiva, importante e motivadora a presença nas reuniões do Conselho Regional Urbano, observaram que este espaço de participação possibilita aos partícipes exercerem efetivamente o controle social no planejamento urbano do município.

Apesar da maioria dos líderes pesquisados terem considerado a importância da participação nas reuniões do Conselho Regional da Região Urbana do Imbirussu, existem 27% dos representantes, que não souberam informar o grau de importância, pois desconheciam a existência dos Conselhos Regionais Urbanos de Campo Grande-MS e

tomaram conhecimento no ato da pesquisa, como se verificam seqüencialmente nos gráficos n. 5, 6 e 7 apresentados a seguir.

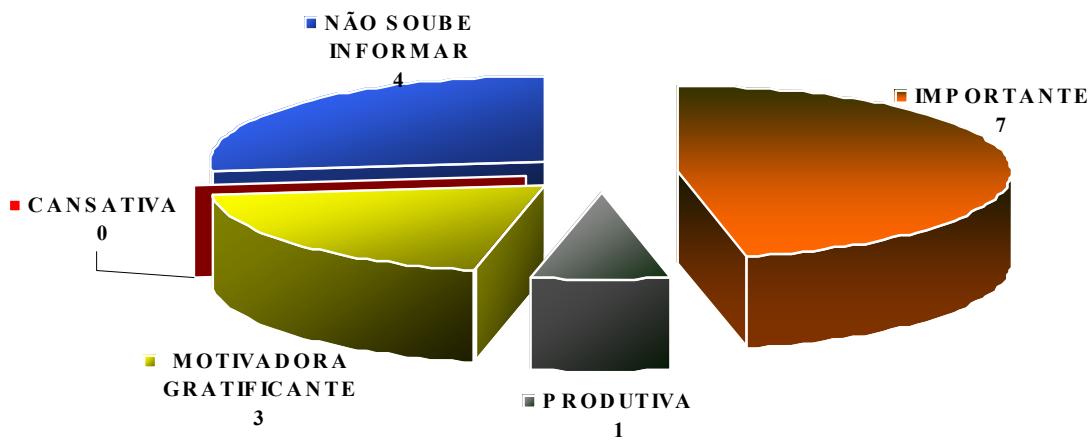


Gráfico n. 5: Participação nas Reuniões do Conselho Regional Urbano da Região do Imbirussu.

Considerando as reuniões como forma de participação identificada na localidade, também se verifica que 47% dos líderes realizam reuniões com a periodicidade mensal para tratar dos interesses coletivos. Essa forma de participação pode refletir, ainda, a origem da constituição do Jardim Sayonara.

No Jardim Sayonara, os motivos que levaram os líderes a representarem a comunidade foi revelada em 35% por indicação dos próprios moradores; seguido de 29% por vontade própria e por amigos, fatores esses, que podem demonstrar a proximidade dos líderes com suas comunidades.

De acordo com Bordenave (1994), participação é fazer parte, tomar e ter parte em um ato ou processo de uma atividade pública de forma coletiva. Na realidade do Jardim Sayonara a maior expressão da potencialidade dos líderes pesquisados se concentra na participação comunitária, religiosa e em associação de pais e mestres totalizando 53% dos pesquisados, seguido de 36% com participações em Conselhos Municipais.

Os espaços de participação citados podem significar a interlocução com os que formulam, avaliam e acompanham as políticas públicas.

No campo da cooperação associativa, a participação foi exposta com pequena expressão, uma vez que apenas 4% dos líderes pesquisados afirmaram fazer parte de cooperativa, seguido da expressão de 7% participarem de associações cooperativas nas áreas

de reciclagem de lixo urbano e grupo de produção de tapetes em retalho, conforme gráfico abaixo.

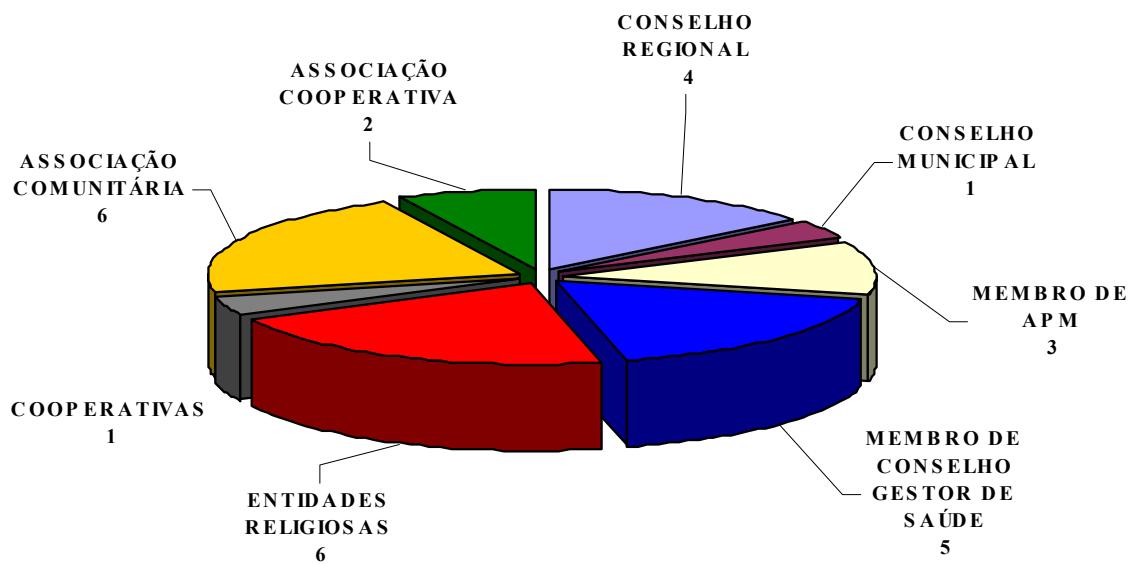


Gráfico n. 6: Ocupação de cargo representativo.

Em relação à participação social ter despertado interesse dos líderes por questões ligadas ao exercício da cidadania, identificou-se que 57% dos pesquisados afirmaram que têm participação social no movimento da comunidade em busca do desenvolvimento, o que ampliou muito seus interesses pelo entendimento do termo cidadania, conforme o gráfico n. 7.

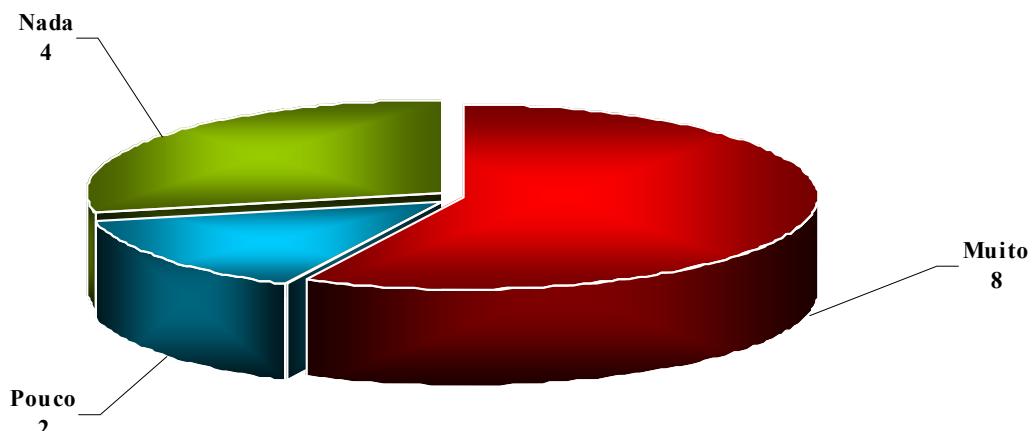


Gráfico n. 7: Participação social desperta interesse por questões ligadas ao exercício da cidadania.

No diálogo com os líderes das comunidades do Jardim Sayonara foi reforçada a fala de que a solidariedade entre seus moradores é uma das potencialidades mais presentes na comunidade, apesar de que sua identificação é materializada quando do atendimento às necessidades emergenciais, a exemplo das enchentes dos córregos. As potencialidades de participação para os líderes formais e informais ficaram bem evidenciadas. No próximo capítulo, a potencialidade será abordada na ótica de agentes internos e externos.

4 POTENCIALIDADES DE PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA NA ÓTICA DOS AGENTES INTERNOS E EXTERNOS

Neste capítulo serão apresentadas as amostras das discussões e as categorias significativas, que retrataram os tipos e potencialidades em relação ao Desenvolvimento Local no Jardim Sayonara.

Buscou-se estabelecer análise dos resultados e correlação com o capítulo anterior e, consequentemente confrontar os dados com os referenciais teóricos da presente dissertação. Os conteúdos dos discursos foram categorizados para compreensão dos agentes externos e internos, as principais iniciativas de participação e a perspectiva desta em relação ao Desenvolvimento Local. Imergir nas concepções dos agentes em relação às potencialidades, dificuldades, facilidades e principais conquistas no processo do DL.

No processo de análise do discurso, o Desenvolvimento Local foi descrito como endógeno, de dentro pra fora, conforme depoimentos das seis entrevistas semi-estruturadas, aplicadas nos meses de fevereiro, março e abril de 2006 (ver apêndice B).

A realidade do Jardim Sayonara foi notoriamente alterada na última década. Este fato foi considerado quando da análise das potencialidades de participação identificadas nas entrevistas com agentes internos e externos e sua implicação, no efetivo desabrochamento das capacidades, competências e habilidades das comunidades do local, no sentido deles se tornarem agentes no processo, ressaltando o cotidiano desses representantes e suas comunidades.

4.1 POR DEPOIMENTOS DE AGENTES INTERNOS

As experiências vivenciadas pelos agentes internos, em grande maioria, moradores antigos, demarcaram o histórico da participação da comunidade. As entrevistas, na íntegra, estão transcritas no Apêndice B. Na seqüência, foram apresentadas frações dos depoimentos que identificam as formas e tipos de participação nessas relações.

Ressalta-se que o roteiro para as entrevistas serviu, de forma flexível, para nortear a coleta de dados. Todas entrevistas foram gravadas e transcritas. Identificou-se o histórico da constituição das entidades e do bairro; os tipos e formas de participação da população; principais conquistas realizadas e seus resultados para a população local; quais as principais facilidades e dificuldades encontradas, e por fim, qual a visão dos agentes em relação ao Desenvolvimento Local.

As entrevistas com os agentes internos possibilitaram a caracterização do local, o cenário, e evidenciou-se também o fato desses serem partícipes da construção do Jardim Sayonara e haverem concordado em contribuir neste estudo.

4.1.1 Sujeito 1. Entrevista realizada em 16/04/2006, no “Pulo do Sapo”¹ - Jardim Sayonara, do gênero feminino, considerada pelos moradores como liderança informal trabalha na cata de lixo reciclável e também é salgadeira.

Analizar a entrevista do Sujeito 1 possibilitou a identificação da relação de vizinhança com os moradores da comunidade-localidade, pois mesmo estando definido, pela EMHA, que eles sairiam das margens do córrego, relatou:

a) Depoimentos

Passagens Transcritas	Participação tipos e formas
[...] aqui eu posso até deixar a casa aberta aí, ninguém nunca mexeu, ninguém nunca entrou dentro da minha casa graças a Deus, se agente saí o vizinho cuida. [...] minha felicidade é sair bem cedo pra cata e saber que no final do dia tô aqui de volta. [...] não tenho costume da participar de reunião, mas meu irmão Djalma, sempre que tem reunião ele participa, ta sempre por dentro.	- Reunião. -relação de vizinhança.
[...] foi até rápido o desenvolvimento pelo tempo que a gente mora aqui né, o asfalto deve ter uns quatro ou cinco anos que foi feito né, e foi bem rápido, portanto, que a Vila Eliane briga até hoje, por causa desse asfalto que tem aqui, porque aquele bairro é bem mais velho né, e porque asfaltou aqui e não asfaltou lá, que é bairro mais velho, e briga até hoje por causa disso.	- cuidado do local para o bem comum.

¹ “Pulo do Sapo” é a região baixa do Jardim Sayonara, às margem do córrego Serradinho, que os moradores assim o denominam uma vez que, na formação da comunidade, existiam muitos sapos “cururu” que aguçavam o medo dos adultos e crianças.

b) Comentários

Do ponto de vista do Sujeito 1, a participação acontece quando da presença em reuniões, pelo sentimento de pertencimento e boa vizinhança até o cuidado pelo local pensando no bem comum, na coletividade.

Com o sentimento de pertença existente e a definição da remoção das famílias pela Prefeitura Municipal verifica-se a uma passividade por parte dos moradores, demonstrando uma recepção passiva dos benefícios da sociedade e a manutenção de uma situação de controle de muitos por alguns.

4.1.2 Sujeito 2. Entrevista realizada em 18/02//2006, do gênero feminino, atualmente, agente interno e liderança informal, foi uma das mulheres que auxiliou na fundação da Associação de Moradores e do Clube de MÃes, sua residência encontra-se em rua asfaltada, com acesso à igreja, bar, padaria e a uma quadra da sede da associação de moradores e do Centro de Educação Infantil Jardim Sayonara.

a) Depoimentos

Passagens Transcritas	Participação tipos e formas
<p>[...] o Jardim Sayonara surgiu que tinha essa área aqui e o padre vinha rezar missa debaixo do pé de manga e resolveu apoiar a invasão aqui nessa área porque era um matagal danado e o povo foi entrando aí eu morava no bairro Sto Antônio e eu precisando de um teto também com três filhos pequenos e eu vim participei da missa no primeiro domingo no segundo domingo, aí voltei, no segundo domingo, aqui que o padre mandou a gente entrar que já havia o comprometimento, isso que foi o começo do Jd Sayonara, nós entramos.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Palestras. - Sermões. - Mobilização da igreja aos sem teto. - Freqüência em missa.
<p>[...] aí foi eu e o meu marido o finado seu Valdomiro e a Cleonice, aí nós montamos associação e o clube de mães e o pessoal queria tirar nós daqui de todo jeito.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Fundação da associação de moradores e do clube de mães.
<p>[...] fomos na Prefeitura e <u>fizemos faixas</u> pedindo apoio e graças a Deus nós tivemos apoio e o Dr Juvêncio que na época era ele o Perfeito, e aí ele veio, e falou para nós continuar que ninguém ia tirar nós e nós fomos conversar com um monte de gente e em 6 meses todo mundo vinha aqui direto né, vinha aquele monte de gente <u>vinha polícia</u>, só que <u>nós fomos persistentes</u>, ficamos, aí <u>nós seguimos</u> veio o pessoal da secretaria da saúde abrir caixa para nós pegarmos água lá debaixo, fomos lá umas duas semanas carregando água, e aí com seis meses que estávamos aqui já <u>veio água encanada</u> para nós.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Reivindicações. - Mobilização. - Organização da população. - Contatos. - Visitas.
<p>[...] acho que foi com uns cinco meses <u>veio a luz</u>, no entanto, que nem rua nós tínhamos no dia que veio colocando os poste de madeira e aí foi desenvolvendo cada dia mais, cada mês desenvolvendo.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Conquista das reivindicações.
<p>[...] chegamos lá na prefeitura queria falar o nome do bairro e nós não sabia como falava e aí nós falamos, vamos deixar Sayonara vamos por Sayonara, então ta, vamos deixar Sayonara, e <u>o Sayonara nasceu do nada</u>, e <u>hoje tá uma vila gostosa de pessoas boas</u>.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - União. - Identidade. - Sentimento de Pertença.

Passagens Transcritas	Participação tipos e formas
<p>[...] e as coisas melhores que nós podemos buscar juntos é isso aí que <u>falta muito incentivo</u> aqui falta muito incentivo assim para que o povo hoje o morador novo que mudou duns sete a oito anos para cá.</p> <p>[...] tanta coisa boa que tem aí e o povo aberto falta incentivo mais assim que eu acho <u>também vem muito do presidente, do representante da liderança</u> ele procurar incentivar mais o povo.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - União. - Incentivo das lideranças. - Presidente do bairro.
<p>[...] <u>antes era muito participativa</u>, em tudo em <u>reunião</u> se fosse em casa se fosse debaixo do pé de manga o <u>povo tava unido</u> e o tempo foi passando foi mudando também, mudou muita gente daqui, depois das pessoas daquela época tem poucas pessoas tem poucas pessoas daquela época, foi chegando <u>pessoas diferentes que não dão muita importância assim às reuniões</u> né eu acho, <u>é uma grande coisa a união</u>, a gente se unir para conversar discutir que eu penso de uma maneira, você pensa de outra maneira <u>nos reunindo e discutindo as coisas se encaixam melhor</u>.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Reuniões. - União. - Incentivo.

b) Comentários

O depoimento do Sujeito 2 trouxe em seu bojo elementos solidaristas, revestidos de valores éticos, morais e comunitários, assim como, em determinados momentos, traz a performance da participação embasada em critérios de racionalidade, quando discursa a freqüência em missa e a organização pela igreja; a determinação e persistência em atingir os objetivos; a estruturação das reivindicações; contatos; visitas, presença em reuniões e o sentimento de pertença.

Verificou-se, também, a união em torno dos objetivos e da construção da história da comunidade; o enfrentamento com resistência às demandas de remoção da população; as reivindicações exteriorizadas por meio de faixas para os representantes do poder público e, por fim, as conquistas através das reivindicações coletivas.

A participação social pode se manifestar de diferentes formas e foram potencializadas no Jardim Sayonara por meio de pressão junto às instituições oficiais, no caso a Prefeitura de Campo Grande-MS, com o intuito de obter raras demandas localizadas; como: consulta a partir das orientações da igreja; os aumentos gradativos da organização, tendo em vista o compartilhamento de responsabilidades ou de informações. A organização da comunidade, por meio da Associação de Moradores e do Clube de Mães do Jardim Sayonara, demarcou a intencionalidade da comunidade e de seus líderes em edificar, pela solidariedade orgânica, os espaços comunitários que possibilitaram a garantia de direitos. Isto é observado atualmente nos jovens e adultos, em busca da educação, instituída na sede da Associação de Moradores.

4.1.3 Sujeito 3. Entrevista realizada em 11/03//2006, é do gênero feminino, atualmente liderança informal, filha do Senhor Izaias, primeiro Presidente da Associação de Moradores do Jardim Sayonara, sua residência encontra-se em logradouro asfaltado, acesso principal a comunidade, residente há aproximadamente 19 anos na localidade.

a) Depoimentos

Passagens Transcritas	Participação tipos e formas
[...] quando meu pai veio, isso era só mato, tinha três famílias mesmo, a Dona Aracelia, o seu Pedro e uma outra família, que tava aí e aí ele chegou e disseram para ele que <u>podia ficar em qualquer lugar</u> né.	- União.
[...] não sei se era porque na época do meu pai participava mais, tem foto, registro, eles ganharam o material para fazer <u>o centro comunitário</u> , mas não tinha quem fizesse, foi feito tudo em <u>mutirão</u> .	- Mobilizações. - Mutirão. - Construção da Sede.
[...] meu pai fazia muita <u>campanha do agasalho</u> , <u>sopa</u> e meu pai já foi <u>presidente desse loteamento</u> depois que a gente está aqui. O loteamento é Júlio de Castilho. A Gente tinha <u>Clube de Mães</u> e hoje a gente não mais ouve falar, tinha <u>projeto no centro comunitário</u> e hoje a gente não vê mais, o que eu vejo agora é aula à noite, porque o povo recebe <u>Bolsa Escola</u> e tem que estudar. Sabe, antes tinha, a meninada não ficava na rua, ele corria atrás mesmo e assim o pessoal se interessava, tanto é que a gente não tinha sossego dentro de casa, minha mãe até brigava com meu pai, pois não tinha tempo para comer, o tempo todo o pessoal batendo na porta e <u>agora nem sei mais quem é o presidente</u> .	- Campanha. - Clube de mães. - Projeto no centro comunitário – MOVA. - Benefícios sociais.
[...] se meu pai marcasse uma <u>reunião</u> para falar de alguma coisa, <u>as pessoas vinham</u> , ou pra que precisava de uma turma para levar pra frente de algum lugar para pedir alguma coisa, <u>vinha muita gente</u> e às vezes nem tinha como levar todo mundo.	- Reunião. - Mobilização.
[...] só me lembro que ficamos o dia todo até meu pai ser atendido, eu não lembro se foi <u>para o centro comunitário</u> , pra pedir material, pra fazer alguma coisa para a molecada, não me lembro direito.	- União.
[...] quer dizer não foi fácil, todo mundo sempre teve <u>muito unido</u> , pelo menos no começo os moradores mais velhos teve que lutar bastante, que já não tem tantos mais, hoje já não tem tantos assim já foram embora, mas no início era união e tinha muita união.	União. Moradores antigos.
[...] a <u>participação já não existe mais</u> – eu acho que não, acho que é cada um por si e Deus para todos.	Participação passiva.

b) Comentários

A declaração do Sujeito 3 reflete que, no início da formação do Jardim Sayonara, a participação era ativa e refletia a união e os interesses coletivos dos moradores. O fortalecimento do poder de reivindicações os prepararam para adquirir mais poder na sociedade. As intervenções junto aos organismos públicos demarcavam ações fundadas na tomada de decisões, tendo em vista o engajamento dos cidadãos no processo coletivo com tendência à transformação.

As mobilizações que existiram nesse processo de participação demarcaram o formato de transformar a área sem condições de habitação na comunidade com propósitos de organização, ações coletivas – mutirões, união – com vista à construção da sede da Associação de Moradores, provocando mudanças na área que inicialmente não tinha água encanada, energia elétrica, ruas, espaço público, equipamentos públicos. Portanto, evidenciou-se que naquela época tudo que se conquistava era facilmente visualizado e dimensionado; fazia-se necessário que o objeto de suas conquistas fossem tangíveis, materiais pelo fato de não terem sua necessidades fundamentais conquistadas.

A participação encerra em si conflitos fundamentais quando aos interesses, ora individuais ora coletivos, tanto que o Sujeito 3 discorreu sobre a situação atual, como se não existisse mais a participação e que essa só aconteceu nos tempos em que surgia e se formava o Jardim Sayonara. Em aulas da disciplina Teoria de Desenvolvimento Local, Martins (2006) afirmou que: “[...] os embates entre os interesses individuais e coletivos resumem a dialética da participação e funda a sua essência”. A forma de participação individual configura-se inicialmente pela busca da satisfação das necessidades básicas ou elementares (casa, comida, água), já a motivação para a participação nas ações coletivas promovidas pelo bairro são identificadas tendo em vista a superação dos interesses individuais e coletivos em processo dialético entre as relações primárias e secundárias estabelecidas na comunidade.

4.2 POR DEPOIMENTOS DE AGENTES EXTERNOS

As entrevistas com os agentes externos, identificados como profissionais que trabalhavam na Prefeitura de Campo Grande-MS e exercem suas funções no Jardim Sayonara, também são líderes dos bairros limítrofes, que interagiram e interagem com os atuais líderes da comunidade. Também já residiram na localidade.

A sistemática para apresentação dos dados coletados foram transcritas em quadros, analisados à luz do referencial teórico e mais as observações registradas.

A caracterização do local das entrevistas evidencia também o fato desses serem lideranças formais e demonstraram muita satisfação em compartilhar suas percepções e conhecimentos com a proposta da pesquisa.

Os depoimentos extraídos das entrevistas com os agentes externos contribuíram para o conhecimento e análise das potencialidades de participação identificadas por meio dos seus discursos.

4.2.1 Sujeito 4. Entrevista realizada em 04/03//2006, no Jardim Aeroporto I, do gênero masculino, atualmente é liderança formal, Presidente da Associação de Moradores do Jardim Aeroporto I e Conselheiro Regional da Região Urbana do Imbirussu.

Organizador de um Projeto que visa o Desenvolvimento para a Região Urbana do Imbirussu, com participação na discussão e elaboração, com os representantes do Jardim Sayonara, Jardim Petrópolis, Jardim Aeroporto e Jardim Búzios, todos na mesma região urbana.

O projeto tem por objetivo utilizar área pública situada na Rua Wanderley Pavão com Avenida Júlio de Castilho, com construção de espaço físico de uso múltiplo para capacitação dos moradores, com iniciativa associativo-cooperativa destinada à comercialização de produtos confeccionados pelos líderes e moradores da região. Além disso a construção de um parque para esporte e lazer, que inexiste nas proximidades.

a) Depoimentos

Passagens Transcritas	Participação tipos e formas
<p>[...] a gente tem que ter contato manter <u>parceria</u>, conhecimento, <u>contato</u>, manter <u>diálogo</u> um com outro e com toda a população.</p> <p>[...] o conselho para promover o desenvolvimento da região é um trabalho muito importante que foi criado, e não pode parar esse conselho não, cada vez mais tem que <u>fortalecer</u> pra o conhecimento da gente como <u>liderança</u> e levar também para os moradores né, <u>geralmente os moradores querem saber</u> entendeu, e quando a pessoa está em dúvida, a gente convida eles para levar nas <u>reuniões dos conselhos</u> para acreditar que ta sendo feito um serviço um trabalho sério.</p> <p>[...] a <u>participação</u> da comunidade é <u>através de boca em boca</u>, a gente vai andando na rua e vai falando de boca em boca, <u>fala pro seu vizinho</u> entendeu, faz aquela cadeia.</p> <p>[...] gostaria de falar do desenvolvimento da região do desenvolvimento local né em termo de <u>iluminação</u>, rua ta muito <u>esburacado</u>, então isso incomoda muito, tanto incomoda muito a população e cobra muito da gente e seria uma boa se o poder público olhasse mais essa parte e acelerasse mais o processo de trabalho junto da gente. O <u>poder público</u> tem que ouvir a gente tem que <u>participar junto e vir ver</u>, andar um pouco aqui, nesses escuros que nós temos aqui, na chuva com os carros deles para atolar um pouco também.</p> <p>[...] é na verdade lá a <u>população participou</u> bastante o que falta pra nós aqui também é mais participação, o pessoal cobra, cobra, mas não participa também né, <u>depois da população participar as coisa funcionam</u>, muitas vezes eles me acha na rua falam comigo é pa pa pa né, e quando você chama vamos ninguém vem, tem que mudar essa mentalidade, mas eu acredito que a gente já tá conseguindo mudar essa mentalidade porque só fala, fala e critica, mas não participa então agora já tão participando mais a gente já tá mais maleável a gente já sabe mais o jeito, <u>mesmo não vindo nas reuniões eu já vou lá e falo para eles</u>, é isso é assim e assado, e quando já vem perguntar, mas eu acredito que eles vão participar muito mais agora, porque <u>tá modificando o trabalho através do conselho</u> então ela abriu a mentalidade de nós como liderança como dos moradores também. [...] sozinho não vai, não tem jeito.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Parceria /contatos. - Diálogo. - Fortalecimento dos movimentos sociais. - Mobilização. - Reuniões. <ul style="list-style-type: none"> - Contatos diários. - Vizinhança. - Reivindicações. <ul style="list-style-type: none"> - Interlocução com o poder público. <ul style="list-style-type: none"> -Presença do poder público no local. - Envolvimento da comunidade. - União.

Passagens Transcritas	Participação tipos e formas
[...] através do <u>conselho</u> abriu o espaço para a gente que leva tudo para o conselho que discute fala, leva discute, e o conselho nessa <u>reunião</u> que a gente tem todo mês, a gente <u>leva todos os conhecimentos</u> que tem, que é difícil você levar, por exemplo, na câmara alguma reivindicação que entendeu e através do conselho, não resolve tudo, mas pelo menos <u>fica no conhecimento</u> , que ta faltando <u>alguma coisa</u> .	<ul style="list-style-type: none"> - Reuniões. - Discussões no Conselho Regional do Imbirussu.
[...] a importância pra esse desenvolvimento é <u>a participação</u> né, a gente abriu esse caminho pra nós através do <u>conselho</u> .	Conselho Regional Urbano.

b) Comentários

Analizando alguns pontos da entrevista, entende-se que o controle social está presente dentre as dimensões da participação, quando da afirmação de que o Conselho não pode parar, precisa do seu fortalecimento, por ter caráter educativo e integrativo e auxiliar na tomada de decisões. Foram identificados elementos que caracterizam os tipos e formas de participação, e conforme Dallari (1984, p. 39-90), que destacou as reuniões, movimentos e associações como possibilidade do cidadão expor suas opiniões, sem necessariamente privilegiar algum ponto de vista particular.

As informações e o conhecimento são condições para a participação, ocorre por meio popular, “boca em boca”, em contatos diários com a vizinhança. O entendimento e a clareza dos objetivos e metas vão sendo apropriados pela comunidade. O que move a participação nessa ótica é a necessidade e a identidade de interesses. (MARTINS, 2005, p. 112-113).

A expressão do entrevistado: “[...] o poder público tem que ouvir a gente, tem que participar junto e vir ver, andar um pouco aqui, nesses escuros que nós temos aqui, na chuva com os carros deles para atolar um pouco também”, reflete a expectativa de que a administração pública seja mais presente, transparente e que estabeleça canais de participação entre o poder público e a comunidade.

Esses discursos sinalizaram a importância dos Conselhos Regionais Urbanos, que têm representação total da sociedade civil campo-grandense, que propicia a interlocução com a administração localmente, criando interlocução quando da elaboração, aprovação das peças orçamentárias – Lei de Diretrizes Orçamentárias, Planejamento Pluri Anual e Orçamento Anual, bem como no processo de revisão do Plano Diretor de Campo Grande-MS.

4.2.2 Sujeito 5. Entrevista realizada em 20/03/2006, Jardim Aeroporto, do gênero masculino, atualmente, é liderança formal, agente externo, Presidente da Associação de Moradores do Jardim Aeroporto e Conselheiro Regional da Região Urbana do Imbirussu, liderança essa que estará recebendo, até o ano de 2007, oitocentas e cinqüenta famílias que serão removidas das margens dos córregos Serradinho e Imbirussu, situadas na Região Urbana do Imbirussu. Esse Projeto é denominado Mudando Para Melhor e gerido pela EMHA.

a) Depoimentos

Passagens Transcritas	Participação tipos e formas
<p>[...] a organização do Jd. Sayonara era o seu Izaias, foi um batalhador, onde a gente se espelha em algumas pessoas pra gente seguir adiante e aí <u>ele conseguiu o centro comunitário</u>, a própria <u>creche</u> que era na época né e hoje é <u>CEINF</u> e onde eles tiveram uma conquista grande né, <u>mudou o aspecto do bairro</u>, a <u>vinda da pavimentação asfáltica</u> e mudou muito a <u>qualidade de vida</u> daquelas famílias.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Centro comunitário. - Creche/Ceinf. <p>Melhoria da qualidade de vida.</p>
<p>[...] na hora que a gente traz um <u>curso</u> participa naquele momento, mas agora pra fazer uma somatória, um trabalho comunitário não tem, <u>participa quando tem uma coisa de interesse dele</u>. Não, eles só participam quando tem algo de interesse deles.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Cursos.
<p>[...] A organização a gente discute com a <u>diretoria</u>, discute com a comunidade, faz uma manifestação pra conseguir o asfalto, acabou-se aquela época, hoje nós temos que ver na origem, nós temos que levar uma proposta, eu levo, eu levei pro secretário, até <u>uma proposta de adequação do transporte coletivo</u>, porque é necessidade.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Diretoria das associações. - Elaboração de projetos e propostas.
<p>[...] a participação é que nem se diz o ditado, se Maomé não vai a montanha, então a montanha vai a Maomé, e <u>nós os diretores somos divididos</u>, uns na parte debaixo e outros no meio, com muito diálogo, <u>tudo de boca em boca</u>. A gente passa o dia a dia buscando alternativa.</p>	<ul style="list-style-type: none"> Estratégia de comunicação e mobilização.

b) Comentários

A entrevista esclarece, conforme o aporte teórico de Dallari (1984, p. 39-80), quando definiu que: “[...] a participação coletiva ocorre por meio da integração em grupos sociais – lideranças; grupos de vizinhos; de mulheres - e também por meio de reuniões; associações e clubes de mães conforme a construção e usufruto e gestão dessas formas pelas lideranças e pela comunidade”.

Aparece também como importância no processo de participação, a capacitação quando é ressaltado pelo entrevistado que eles (moradores e associados) só participam quando é de interesse deles, aí se pode identificar que os interesses individuais e coletivos são os conflitos fundamentais da participação.

Surgiu nesse depoimento a importância da informação, da comunicação e assim poder, ter ou tomar parte em alguma atividade, de forma individual ou coletiva, confirmando a definição de Bordenave (1994), quando referiu que: “[...] participação é fazer parte, tomar parte e ter parte, e que é propósito da natureza humana”.

4.2.3 Sujeito 6. Entrevista realizada em 04/03/2006, Vila Popular, é Assistente Social, do gênero feminino. Atualmente, compõe equipe técnica da Consultora Latim Consult, empresa de consultoria de São Paulo, vencedora da licitação para elaboração de um Plano de Desenvolvimento Local Integrado para a Região Urbana do Imbirussu, com recursos do Ministério das Cidades / Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD. Iniciou seu trabalho no Jardim Sayonara como funcionária da PMCG.

a) Depoimentos

Passagens Transcritas	Participação tipos e formas
[...] De 93 para 94 eu comecei a trabalhar nessa região, quando eu cheguei no Sayonara já existia a creche hoje é o <u>CEINF</u> , não tava organizado os terrenos, ali que eu me lembro muito bem dessa parte, <u>os líderes</u> , quando eu comecei, foi o Seu Isaías com a Dona Maria Bispo.	<ul style="list-style-type: none"> - Creche/Ceinf. - Lideranças.
[...] a gente fez todo um trabalho na parte social de tá levando recursos de tá <u>assessorando os presidentes</u> , pra eles formular ofício e ir até as secretarias de uma forma mais oficial. Levando <u>cursos para a comunidade</u> interessada, no começo teve grande procura e depois com tempo as pessoas foram trabalhar.	<ul style="list-style-type: none"> - Assessoria técnica. - Capacitação.
[...] a gente promovia <u>palestras</u> sobre saúde, não existia <u>agente comunitário de saúde</u> , ainda a gente tinha o <u>programa de cestas básicas</u> , a gente oferecia para as pessoas mais carentes, a gente ia fazer <u>visitas</u> no domicílio.	<ul style="list-style-type: none"> - Palestras.
[...] o Sayonara na parte mais baixa dele as pessoas realmente estavam precisando de ajuda, era uma área insalubre, não dava pra viver ali, eram becos não existiam nem ruas, eram tricelos que saíam nas outras casas, o terreno era alagado, fossa aberta, a gente, na medida do possível, chamava a saúde, a gente fazia o que tinha que fazer dava <u>orientação</u> para eles.	<ul style="list-style-type: none"> - Informação / Orientação.
[...] Eu conheci o que eles estavam necessitando geralmente era mais na parte de alimentação, como a gente tinha o programa, a gente oferecia né, aí <u>a gente</u> foi desenvolvendo os cursos, a gente foi levando pra eles.	<ul style="list-style-type: none"> - Superação do assistencialismo.
[...] tinha o <u>centro comunitário</u> também, que era bastante freqüentado, foi bastante interessante e a gente não dá importância na época, mas ver o Sayonara hoje é emocionante, eu gosto, não é porque agora o Sayonara ta com outra cara que eu gosto, eu sempre andei ali como já relatei.	<ul style="list-style-type: none"> - Centro Comunitário.

Passagens Transcritas	Participação tipos e formas
<p>[...] a gente fazia um trabalho em <u>parceria</u>, um período seria <u>crochê, pintura</u> e outra parte seria a nossa parte e a <u>participação deles eram boas</u> nessa parte e quanto aos líderes, eles participavam bastante se tirava às pessoas então precisava <u>capacitar</u> por necessidade pra aumentar a renda pra ter renda na família então a gente incentivava nessa parte e eles <u>os próprios líderes eles iam</u> atrás, iam às secretarias, conheciam todo mundo, traziam pessoas para ver a realidade e foi assim que o Sayonara fez diferente, né, foi isso que muitos bairros antigos não teve, eles foram à luta né, não tinha pessoas que não faziam nada, eles acreditaram e foram atrás.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Parceria. - Capacitação. - Geração de Emprego e Renda. - União.
<p>[...] No começo, lá em 94, 95, a <u>participação deles era maior</u> eles participavam gostavam, ficavam a tarde toda, ficava com a gente, se mexiam, além das nossas <u>palestras</u>, além do que a <u>gente levava</u> para eles tinha um outro período que era os trabalhos manuais.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Trabalhos em grupo. - Palestras.

b) Comentários

A comunidade e as lideranças do Jardim Sayonara construíram o processo de participação, desde a superação das necessidades básicas de alimentação, passando pela própria organização de seus moradores até a efetivação das condições necessárias para a elevação da qualidade de vida da comunidade.

A metabolização das capacidades e competências das comunidades do Jardim Sayonara foram trabalhadas pelo agente externo de forma paternalista (doação de cestas alimentares, execução de programas sem consulta prévia aos moradores), como se esses não dispusessem de tais capacidades e habilidades para a construção de ações e programas que atendessem as necessidades da comunidade, sendo esta, protagonista de sua história. Isto posto, as possibilidades da metabolização de seus recursos foram desconsideradas.

As potencialidades de participação das comunidades ressaltaram-se nas parcerias; capacitações, trabalhos em grupos, iniciativas de geração de emprego e renda e assessoria técnica por parte da agente externa. A união e a somatória dos interesses individuais e coletivos dos membros da comunidade, materializou-se na participação social no Jardim Sayonara.

4.3 PRINCIPAIS INICIATIVAS DE PARTICIPAÇÃO NA COMUNIDADE

As entrevistas acima descritas trouxeram por meio de depoimentos dos agentes internos e externos as iniciativas de participação vivenciadas na comunidade em questão. Observa-se que os tipos e formas se assemelham, quando analisadas à luz das diferentes percepções.

No discurso dos agentes internos surgiu, em relevo, a união dos moradores; a importância dos moradores antigos; a presença nas reuniões; a força da mobilização; a formação das associações e entidades comunitárias; o sentimento de pertença; as relações com a vizinhança; as reivindicações e suas conquistas; contatos; visitas; a mobilização da igreja na organização urbana e a solidariedade como pano de fundo.

Os agentes externos apontaram como iniciativas de participação na localidade as parcerias; contatos; diálogos; espaços públicos para a educação infantil; formação e construção do centro comunitário; a existência e o fomento dos conselhos regionais urbanos; a interlocução com o poder público, preferencialmente no local; o papel das diretorias da Associação de Moradores e Clube de Mães; troca de informações e orientações, iniciativas de capacitação e geração de emprego e renda e a elaboração de projetos para elevação da qualidade de vida dos moradores da comunidade.

O fortalecimento do controle social, por meio dos conselhos regionais urbanos, da assessoria técnica, da capacitação dos moradores e do fortalecimento de estratégia para mobilização da comunidade foram iniciativas que sinalizaram a conceituação da participação na perspectiva de cidadania e da democratização da gestão local.

As iniciativas de participação identificadas com o auxílio dos agentes internos e externos, bem como as observações registradas nas diversas aproximações e reaproximações com a comunidade do Jardim Sayonara, sinalizaram o desenvolvimento. O aporte de Souza (2000, p. 19) sinalizou que: “[...] desenvolvimento é, antes que uma mudança qualitativa das relações sociais, acima de tudo uma expansão quantitativa nos marcos qualitativos essenciais e inquestionados do modelo social capitalista”.

As iniciativas de participação e desenvolvimento começaram aos poucos, isto é, conforme o ritmo da comunidade, no sentido de conscientizar seus membros de que as soluções dos problemas viriam da união de todos.

Os passos iniciais foram dados por meio das orientações advindas de religiosos. Deflagrou-se a ocupação da área pela população oriunda de várias localidades e a cada chegada de uma família demarcavam seus espaços.

O processo de desenvolvimento se deu em marcha contínua. A participação dos moradores foi acontecendo com base nos diálogos, visitas, confrontamentos para permanecerem no local.

As conquistas vieram de ajuda externa e com o esforço dos moradores, que lutaram inicialmente contra as investidas para a retirada deles da localidade. Ações concretas foram acontecendo paralelamente aos movimentos, com a criação da Associação de Moradores e do Clube de Mães.

Mobilizações aconteceram em busca da proteção aos moradores, até que, em uma visita dos líderes ao Prefeito Dr. Juvêncio César da Fonseca, garantiu aos representantes e moradores que estes “ficassem tranqüilos, pois ninguém os tiraria de lá”.

Daí para frente, as coisas caminharam em busca de reivindicações, com seis meses da ocupação, foram instalando postes de madeira para a energia elétrica, em seguida, água encanada, e posterior visitas dos representantes da prefeitura a cada mês.

A sede da Associação de Moradores foi construída com doações, por meio de mutirão. A união e o fortalecimento do movimento comunitário demarcaram conquistas. Foto n. 14. A urbanização vem acontecendo nos últimos dezenove anos.



Foto n. 14: Mutirão de construção da sede da Associação de Moradores
(Foto de arquivo pessoal de líderes).

A comunidade foi construindo o Jardim Sayonara. Paralelamente a esse processo de desenvolvimento, ficaram cento e sete famílias nas margens dos córregos Serradinho, que foram removidas conforme acordo dos moradores com a EMHA, uma vez que não existe a possibilidade de permanência na área. E assim, parte do Jardim Sayonara irá constituir novas comunidades no Jardim Aeroporto.

A intervenção da Prefeitura junto à comunidade está respaldada na Prestação de Serviços Técnicos, visando à elaboração do Plano de Desenvolvimento Local Integrado (PDLI), do Projeto de Saneamento Integrado (PSI) e do Plano de Trabalho Social (PTS), para a Região do Imbirussu. Esses projetos são financiados pelo Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD com intermediação do Ministério das Cidades.

As iniciativas de participação identificadas no transcorrer da história foram marcadas por dificuldades e facilidades e vislumbram-se perspectivas de Desenvolvimento Local para além do Desenvolvimento para o Local. Uma vez que a conceituação de Desenvolvimento Local, no aporte teórico de Ávila (2000, p. 68)

“[...] consiste no efetivo desabrochamento das capacidades, competências e habilidades de uma comunidade definida, no sentido de ela mesma se tornar paulatinamente apta a agenciar e gerenciar o aproveitamento dos potenciais próprios assim como a “metabolização” comunitária de insumos e investimentos públicos e privados externos visando a busca de soluções para os seus problemas, necessidades e aspirações, de toda ordem e natureza, que mais direta e cotidianamente lhe dizem respeito”.

As lideranças e os agentes internos e externos contribuíram para a identificação das potencialidades e das principais conquistas em relação ao Desenvolvimento Local, e sem possuírem o entendimento conceitual teórico acerca do tema imprimiram suas visões sobre a realidade vivenciada.

As potencialidades indicaram a relação de vizinhança, a solidariedade à agremiação em torno da Associação de Moradores, Clube de Mães e time de futebol. Dessa forma, identificou-se que “a união faz a força”, e que dentro desse contexto, as conquistas das reivindicações foram acontecendo a cada esforço das comunidades.

Com bases na compreensão e interpretação da realidade estudada, nos processos de Desenvolvimento Local na comunidade do Jardim Sayonara foram marcados por muitas dificuldades, que foram superadas por meio do discernimento e incorporação de sentimentos e valores inerentes aos moradores, líderes e agentes internos e externos da comunidade. Por outro lado, houve facilidades, que, em determinados depoimentos, confundiram-se com

conquistas, a exemplo do asfalto, o posto de saúde, da rede de água e energia e do Centro de Educação Infantil.

Com a identificação das principais iniciativas de participação, foi possível analisar mais detalhadamente as conquistas em relação ao Desenvolvimento Local no Jardim Sayonara, quando se delineavam o sentimento de vitória dos moradores às conquistas na demarcação dos territórios. Pode-se verificar segundo Dias (1994, p. 124) que: “[...] a existência de territórios definidos em comunidade pode ser constatada pelos espaços livres de vegetação, que são deixados em volta de barracos e pela distância entre os moradores”.

O orgulho de ter parte, fazer parte, tomar parte na construção de uma comunidade foi uma constante nas aproximações e reaproximações estabelecidas junto a eles: as ruas que surgiram dos movimentos urbanos; os postes de luz que foram fincados um a um; a água chegando por meio de tubulações; a educação infantil tendo uma sede e uma porta de entrada para novos horizontes; o transporte urbano com horários de ir e vir; o asfalto substituindo o lamaçal; os estabelecimentos comerciais surgindo para atender às necessidades de consumo; a escola como porta de entrada de um novo futuro para as crianças, jovens, adultos e idosos. Toda a contextualização demonstrou que os tipos e formas de participação se aproximam do Desenvolvimento Local.

A fundamentação teórica do efetivo Desenvolvimento Local pressupõe conquista que as comunidades do Jardim Sayonara não atingiram, mas percorreram caminhos que demarcaram sinais de como se chegar ao DL. Faz-se necessárias várias formas de participação, e historicamente conhecer o Desenvolvimento para o Local presente nas relações cotidianas dessa comunidade-localidade.

5 PRINCIPAIS LÓGICAS IDENTIFICADAS NO PERCURSO DA COMUNIDADE JARDIM SAYONARA

Este capítulo analisa as principais lógicas face ao objetivo da pesquisa, o de conhecer e analisar os tipos e potencialidades de participação no seio do Jardim Sayonara, que se coadunem com a implementação do Desenvolvimento Local, também denominado “Comunidade” Jardim Sayonara, localizado na Região Urbana do Imbirussu de Campo Grande-MS.

Foram geradas análises críticas no processo de descrição, redução e compreensão da realidade vivida no Jardim Sayonara. Vários foram os procedimentos metodológicos da abordagem da comunidade, sendo que os primeiros possibilitaram diálogo com os moradores da localidade e realização de diversas visitas *in loco*, orientadas para o conhecimento da comunidade-localidade.

Esses procedimentos possibilitaram o conhecimento do território em estudo e, consequentemente, a descoberta de diferentes formas de expressão de seus moradores e líderes. Porém, o que iremos abordar com maior ênfase neste capítulo, são três grandes lógicas, decorrentes de tudo o que foi identificado e analisado nos capítulos anteriores:

5.1 A DAS DIFERENTES PERFORMANCES COMUNITÁRIAS NO ÂMBITO DA “COMUNIDADE” ESTUDADA

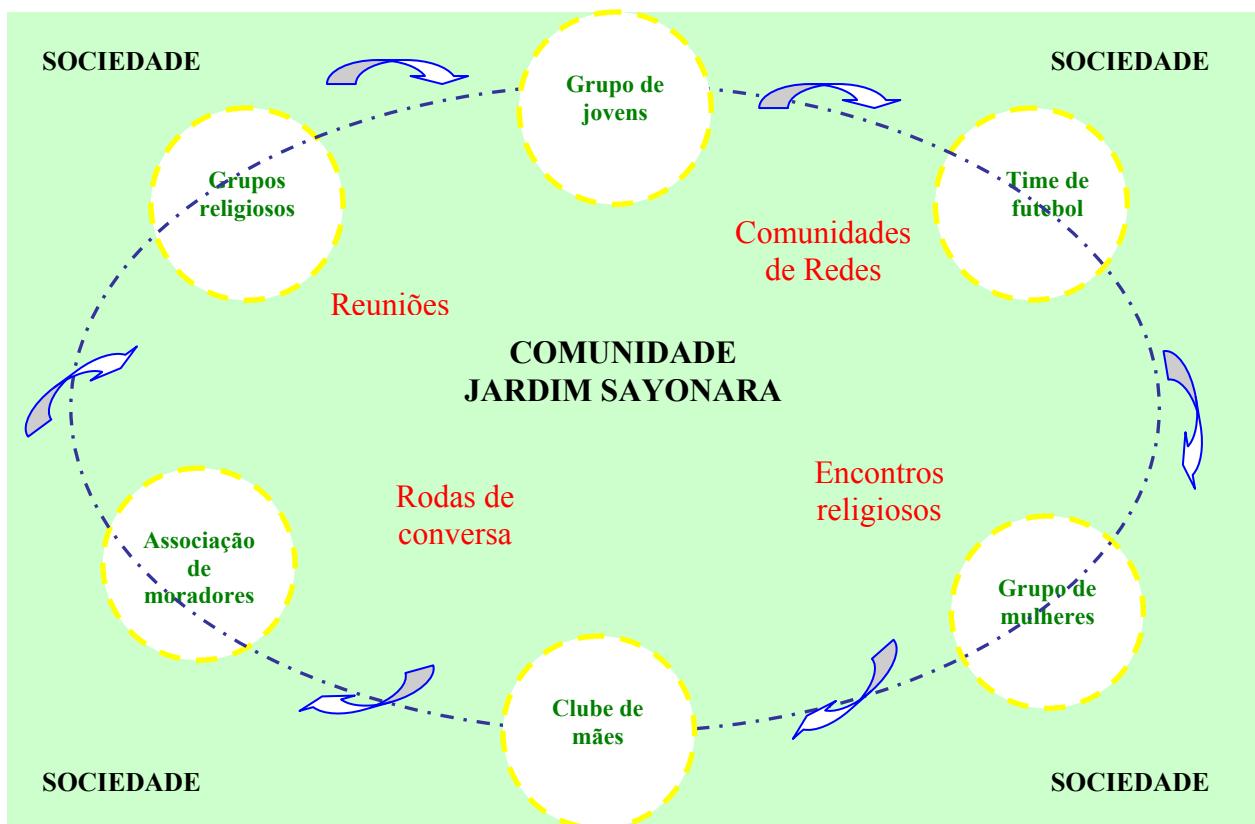
A grande lógica de identificação do conhecimento e da análise dos tipos e potencialidades de participação pressupõe em primeira instância o conhecimento das performances comunitárias.

Para tanto, com a pesquisa foi possível constatar que o Jardim Sayonara, após dezenove anos de existência, constitui-se numa realidade complexa, nela se manifestando várias organizações territoriais em menor escala, constituídas por comunidades específicas, formais e informais e, interligadas, estruturadoras da trama de complexidade do sistema. É composta por várias outras comunidades, com agremiações diferenciadas e os seus

movimentos sinalizaram a construção e as conquistas das necessidades individuais e coletivas, promovendo a criação de entidades representativas -entidades religiosas, associação de moradores, clube de mães, e de grupos informais de jovens, mulheres- que, se relacionam em rodas de conversas no dia-a-dia das vizinhanças.

Dentre os principais pontos apresentados ressalta-se o estudo realizado na construção de um território de uma *sociedade de risco* em um ambiente de risco social, situado na cidade, que tem modelo capitalista, ainda bastante *fordista*, que visa atender primeiramente os fatores econômicos, mas que exclui os cidadãos que não são de interesse desse modelo.

As potencialidades identificadas na comunidade estão representadas graficamente no movimento que se dá por meio de reuniões, rodas de conversas, comunidades em redes e encontros religiosos. As inter-relações estabelecidas pelos moradores se fazem presente no movimento da comunidade materializado no fluxo existente entre os grupos formais e informais. Os grupos formais são aqueles instituídos legalmente, por meio de estatutos e regimentos próprios, e são eles: associação de moradores, clube de mães e time de futebol. Os grupos informais se caracterizam pela afinidade, interesses comuns encontrados nos relacionamentos primários, destacam-se os grupos religiosos, grupos de jovens e mulheres, conforme quadro n. 1 que segue.



Quadro n. 1: Tipos e potencialidades de participação

Foi possível a elaboração desse quadro a partir dos exercícios realizados ao “*subir no mirante*”¹ e visualizar os pontos relevantes ou que mais chamaram atenção no âmbito da comunidade do Jardim Sayonara.

A identificação do que é comunidade no presente estudo deu-se a partir da compreensão do território e territorialidades do Jardim Sayonara e suas performances, que foram condições iniciais para a dada compreensão e a percepção das várias comunidades que se movimentam em redes, expressando-se como territorialidades.

O grande marco foi responder à indagação se o Jardim Sayonara seria ou não uma comunidade. Esse questionamento surgiu no seio do grupo de pesquisa denominado “Essência Constitutiva de Comunidade no Prisma do Desenvolvimento Local”, cadastrado no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-CNPq, em Brasília-DF. A exploração temática, é a relação Comunidade *versus* Desenvolvimento Local, que impulsionou o conhecimento dos pontos de convergência e divergência a partir das investigações realizadas junto aos líderes formais e informais, a identificação de potencialidades e os tipos de participação.

Os tipos de participação identificadas no período de 19 anos de existência do Jardim Sayonara, teve o seu início no movimento de invasão, na delimitação territorial e na busca de acesso a serviços públicos que proporcionassem melhoria de qualidade de vida. Muitas foram as conquistas dos moradores, que constituíram as diferentes performances comunitárias, ficou bem caracterizada inicialmente pela ocupação dos espaços nas margens do Córrego Serradinho e da Avenida Júlio de Castilhos.

A mobilização dos líderes formais e informais; as relações de vizinhança; o sentimento de pertença identificados nas rodas de conversa entre grupos de mulheres e jovens e a participação dos moradores em encontros promovidos por grupos religiosos, caracterizou a comunidade Jardim Sayonara. A identificação das performances encontradas na comunidade foi percebida também pela territorialidade de seus moradores e grupos, como descrito acima.

A territorialidade dos moradores da comunidade Jardim Sayonara é materializada pela posse e controle do território. Esses pontos de convergências e divergências também podem ser identificados no estudo da dinâmica da comunidade “Mina d’Água” realizado por Dias (1994, p. 121).

A partir dos depoimentos de líderes formais e informais, agentes externos e internos descritos nos capítulos 3 e 4, tornou-se relevante à função mediadora dos membros da igreja

¹ Subir no mirante: expressão usada por Ávila no Texto 1, Notas sobre Monografia, III – Parte Conclusiva (p. 7).

católica como semeadores para o desenvolvimento e fomento do processo de comunitarização.

As igrejas e seus membros amparavam esses movimentos, fortalecendo e criando alternativas para que eles ocupassem áreas que eram ociosas.

Na realidade histórica da comunidade-localidade estudada, verificou-se a existência dessas estratégias da igreja e suas derivações na formação de grupos formais: clube de mães e associações de moradores. Esses grupos mobilizados pela igreja, em sistema de mutirão, apoiaram a construção da sede do centro comunitário. Foi possível verificar como surgiram e se organizaram, o tipo de participação e suas potencialidades, sendo fortalecidas com apoio de líderes religiosos. Além do fomento à participação advinda dos líderes religiosos ressaltam-se também a participação das lideranças em movimentos políticos caracterizados por suas representações em conselhos municipais.

A identificação das perspectivas de comunitarização, - entendida aqui como tudo que tem a ver com atitude e ações dos grupos - o sentimento de pertença dos membros que compõe os grupos (mulheres e jovens) pelo lugar, as relações estabelecidas na cotidianidade das vizinhanças e nas confraternizações da comunidade que se fundem nas ações por eles desenvolvidas promovem a comunitarização. Suas potencialidades ampliaram-se demarcando territórios e rede de comunidades em busca do desenvolvimento.

5.2 A DAS POTENCIALIDADES DE PARTICIPAÇÃO DIVERGENTES E CONVERGENTES DESSA “COMUNIDADE” EM RELAÇÃO AO DESENVOLVIMENTO LOCAL

Atualmente as agremiações religiosas são percebidas como espaços de convergência e divergência na comunidade, fato não identificado na origem da ocupação do espaço para formação da comunidade. Todavia essas agremiações religiosas são mediadoras para o processo de comunitarização.

O interessante é que essas condições favoreceram as conquistas da comunidade. Em determinado momento da história, a Prefeitura flexibilizou a regularização da ocupação urbana, a partir da legislação vigente, permitindo que permanecessem no local. As primeiras reivindicações foram: a abertura das ruas, ações de educação em saúde, regularização dos terrenos, instalação da rede de água e energia elétrica, construção da creche e asfalto.

As conquistas foram muitas e por fim veio o Projeto Imbirussu Serradinho com recursos do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento que propiciaram, juntamente com a Prefeitura, a remoção de 107 famílias que não tinham como permanecer no local. Nesse ponto, constatou-se que partes das famílias removidas mudaram de luta, foram compor outro território urbano e outros passaram a ser integrantes de acampamentos e grupos de sem terra, alimentando a esperança de conquistarem um terreno rural e, quem sabe, transferir esse aprendizado para o campo, a exemplo do líder que atualmente tem seu terreno e sua casa na cidade, mas trabalha no campo em assentamento.

A potencialidade das lideranças foi marcada também no momento da luta pela ocupação, manutenção e remoção, com a introdução da igreja que explica desta forma a presença de tantas lideranças religiosas de um lado e, lideranças políticas de outro, que demarcaram o engajamento dos líderes em participarem de agremiações que planejam e executam as políticas públicas como Associação de Pais e Mestres, Conselhos Municipais, de Saúde, de Planejamento Urbano e participação em movimentos partidários.

Com a remoção das famílias, no final do ano de 2.006, para o Jardim Aeroporto, surgem outros aspectos a serem trabalhados, como a participação dos moradores que ficaram na revitalização da área de risco social e do ambiente local.

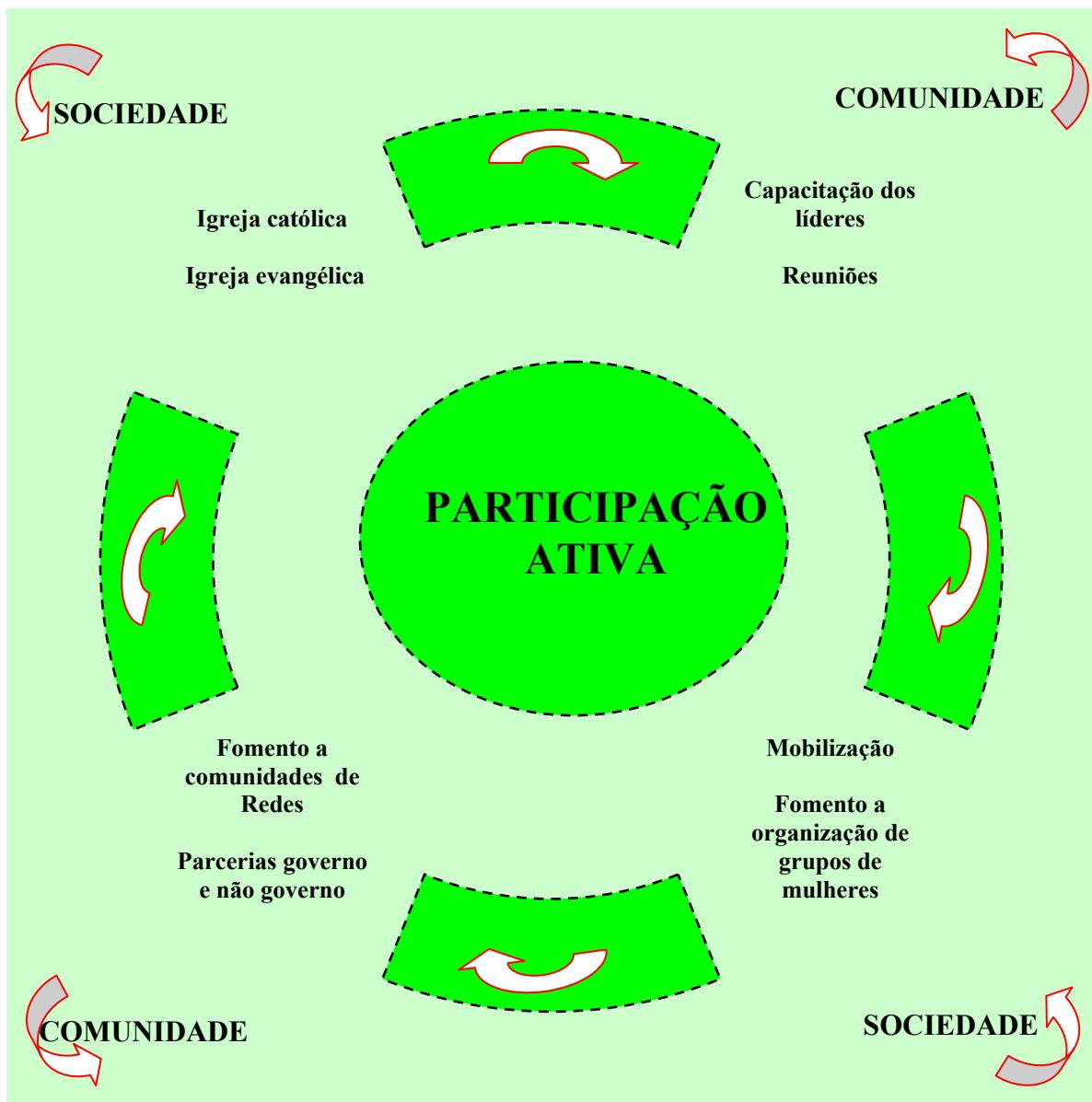
Mas, existe uma situação de dormência, caracterizada pelo depoimento de agentes internos e externos que expressaram a inexistência da motivação, por uma parcela de moradores, que acreditam ser de competência dos órgãos públicos a promoção e a elevação da qualidade de vida dos munícipes.

Com esta constatação, percebeu-se que a comunidade não se apropria de seus destinos e consequentemente de suas capacidades e competências, tanto de prover quanto de digerir e “metabolizar” seus rumos. Dessa forma, os programas sociais impulsionam ações assistencialistas, geradoras da dependência, que agravam a inércia e fomentam o desmonte dos interesses individuais e coletivos.

Entendemos que seja rica a iniciativa de agentes externos, que pretendem desenvolver um projeto denominado: Desenvolvimento para a Região Urbana do Imbirussu que objetiva a capacitação de líderes comunitários e de grupos de produção que visam o Desenvolvimento Local a partir da construção de espaço físico para a comercialização da produção local.

Considerando a inexistência de espaço de lazer coletivo na região, o projeto também prevê a construção de equipamentos de lazer para a comunidade. Este Projeto está sendo liderado pelo Presidente da Associação de Moradores do Jardim Aeroporto em parceria com a Associação de Moradores do Jardim Sayonara.

Nesta grande lógica ficam visíveis as trilhas para a identificação de potencialidades de participação, sendo elas: a comunitarização, a mobilização, o fomento a organização de grupos de mulheres, religiosos, parcerias entre entidades governamentais e não-governamentais, estabelecimento de redes sociais, participação política na destinação de recursos públicos e privados tendo em vista a busca de soluções no seio da coletividade. O cenário de fluxo dessa grande lógica é representado no quadro abaixo:



Quadro n. 2: Potencialidades de participação divergentes e convergentes dessa “comunidade”

Os elementos apresentados nessas grandes lógicas apontam para novos estudos embasados na conceituação de “comunidade” dos tipos *“stricto”* e *“lato sensu”*. (ÁVILA, 2001, p. 33).

5.3. A DAS POSSÍVEIS BRECHAS PARA A PROJEÇÃO DE INICIATIVAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL NA COMUNIDADE

Os estudos da primeira e da segunda lógica apontaram brechas para a projeção de iniciativas de Desenvolvimento Local na comunidade, que são: as ações de comunitarização desenvolvidas no território da Comunidade Jardim Sayonara e o fomento da participação ativa dos moradores, líderes, agentes internos e externos.

Neste contexto, torna-se imprescindível desenvolver amplo processo de discussões e debates que poderão sinalizar outras lógicas sobre o conhecimento e performances reais de organização e funcionamento de “comunidades”.

A implementação da comunitarização, junto aos moradores e representantes da Comunidade Jardim Sayonara, aponta para o fortalecimento de grupos de mulheres e de jovens que demonstraram expressiva potencialidade. Para que isso aconteça, faz-se necessária a participação do agente de Desenvolvimento Local, caracterizado no capítulo 1, item 1.1, por Ávila (2001, p. 67):

[...] *o agente de desenvolvimento local de fato age* [...] ou seja, trabalhando e influenciando para que a comunidade mesma desabroche capacidades, competências e habilidades de desenvolvimento, sem a imediatista pretensão de querer levar o desenvolvimento *para* a comunidade ou de querer erigir iniciativas desenvolvimentistas ***na*** comunidade, que não fluam de seu real estágio de cultura, condições e política de progresso coletivo.

Como foi relatado nos capítulos 2 e 3, a importância dos líderes formais e informais e dos agentes de desenvolvimento, decorre do entrosamento das lideranças com os grupos informais, como potencialidade para a implementação de competências e habilidades na lógica de que o autêntico Desenvolvimento Local requer a identificação precisa das potencialidades e condições locais que propiciem o desenvolvimento endógeno da comunidade.

Com base no fluxo sinalizado pelo quadro n. 3 possíveis brechas para a projeção de iniciativas de Desenvolvimento Local na comunidade são:



Quadro n. 3: Brechas para a projeção de iniciativas de Desenvolvimento Local na Comunidade

O fluxo de brechas para a projeção de iniciativas de Desenvolvimento Local na Comunidade Jardim Sayonara sinalizou que os grupos locais e os agentes de DL constituem a porta de entrada para iniciativas de Desenvolvimento Local tendo como finalidades a ativação da participação solidária e a comunitarização.

As brechas delineadas durante a pesquisa surgiram por meio de observações, análises e de conteúdo das entrevistas realizadas junto as lideranças e agentes de desenvolvimento na comunidade-localidade assim como os grupos de jovens, de mulheres e religiosos.

As lideranças formais e informais promoveram a ativação da participação junto a comunidade no estabelecimento de territorialidades definidas na ocupação dos espaços, ou

seja, por quadras próximas ao centro de educação infantil e da sede da associação de moradores geograficamente definidas também entre os moradores residentes próximo ao córrego.

Destaca-se ainda a territorialidade dos grupos de mulheres que em dado momento participaram de cursos de qualificação para o trabalho e geração de renda. Os cursos de embelezamento pessoal, produção de artesanato e trabalhos manuais foram identificados como potencialidades. Apesar destas não terem sido canalizadas para ações associativo-cooperativas identificamos que os grupos de mulheres mantêm vínculos de relacionamentos primários e secundários por meio de rodas de conversa nas varandas e sob as árvores, que caracterizam iniciativas para o desenvolvimento na comunidade.

Outra brecha identificada na comunidade Jardim Sayonara é o movimento do grupo de jovens que promovem encontros nas ruas com atividades de dança e futebol. É possível implementar iniciativas governamentais e não governamentais que priorizem o fomento de ações de esporte, cultura e lazer como mola propulsora do desenvolvimento.

Nos capítulos 3 e 4, foi descrita a função facilitadora dos membros da igreja católica como semeadores para o desenvolvimento num processo permanente e irreversível para a mudanças e transformações no cotidiano dos moradores, tendo como eixos norteadores a ativação da participação solidária a e fomento do processo de comunitarização.

As lógicas apresentadas nesse capítulo comprovam a hipótese da problematização inicial da pesquisa que investigou e reconheceu as potencialidades de participação, no âmbito do Jardim Sayonara, de Campo Grande-MS, que se configuraram mais adequadas para efeito de implementação de Desenvolvimento Local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como dito no Capítulo 1, já no século XIX Bordenave demonstrara preocupação com o que é participação, e dizia que havia homens que tinham medo da liberdade e por isso trocavam sua autonomia pela segurança do autoritarismo. Quando dizia do grande erro da ditadura que é pensar que toda a população se sente aliviada por não ter que tomar decisões, preferindo transmiti-las ao governo a responsabilidade na condução dos rumos da sociedade. Sinalizava que a maioria queria a democracia, e que, democracia é um estado de espírito, um modo de relacionamento entre as pessoas. Dizia mais, a democracia é um estado de participação.

A participação se faz integrante das necessidades básicas do ser humano, mas nem sempre é vista como prioridade pela gestão pública; basta observarmos na historicidade da humanidade para percebermos que a questão da participação sempre esteve em segundo plano, o objetivo principal sempre foi o crescimento do capital, haja vista, a sociedade que vivemos e que tem como modelo o capitalismo.

Bordenave observava esse fenômeno a partir da ótica da democracia, sendo esta um estado de participação, e traz como marco conceitual que a mesma é inerente a natureza do homem, tendo acompanhado sua evolução desde as tribos e os clãs dos tempos primitivos, até as associações, empresas e partidos políticos de hoje.

No decorrer desta pesquisa, vimos que os tipos e potencialidades de participação existentes, no seio da comunidade Jardim Sayonara ou “Comunidade” Jardim Sayonara localizado na Região Urbana do Imbirussu de Campo Grande-MS, que se coadunem com a implementação do Desenvolvimento Local deve constituir um instrumento de análise para outros estudos, que poderão propiciar outras lógicas de intervenção tendo em vista a Participação Ativa e a implementação do Desenvolvimento Local.

Concluiu-se, que as principais lógicas engendradas na pesquisa foram três **as das diferentes performances comunitárias no âmbito da “comunidade” estudada; a das potencialidades de participação divergentes e convergentes dessa “comunidade” em**

relação ao Desenvolvimento Local e a das possíveis brechas para a projeção de iniciativas de Desenvolvimento Local na comunidade.

Para que as lógicas se materializem sinalizamos a importância do envolvimento dos grupos locais e dos agentes de DL e o estabelecimento de parcerias com entidades governamentais e não governamentais, tendo em vista o trabalho em redes de comunidades.

Logo, é de suma importância traçar novas investigações que possibilitem análises comparativas em outros territórios, pois, trabalhamos uma construção territorial em uma sociedade e ambiente de risco social, que é possível entender isso em um território da cidade de Campo Grande-MS, numa territorialidade baseada no modelo capitalista.

Neste contexto, sugere-se a continuidade dos estudos na comunidade Jardim Sayonara e a consequente análise comparativa das condições que se encontram as 107 famílias removidas de parte da Comunidade Jardim Sayonara, para o novo território do Jardim Aeroporto, que é um dos bairros limítrofes a localidade estudada.

Outro fato que reforça a necessidade de novas investigações é ter sido trabalhado alguns segmentos sociais de risco (sem teto, sem terra, desempregados) que se aproximam da realidade situacional daqueles que participam do movimento de ocupação urbana e podem ser caracterizados pelo movimento de luta pela vida, em que os grupos e agentes de DL promovam a ativação da participação solidária e consequentemente a comunitarização em comunidades-localidades.

Nestas considerações finais, sinalizamos a impossibilidade de paralisação dos estudos e trabalhos desenvolvidos pelo Grupo de Pesquisa denominado Comunidade *versus* Desenvolvimento Local, com a execução do Projeto: “Essência Constitutiva de Comunidade no Prisma do Desenvolvimento Local” e lançar desafios aos Agentes de Desenvolvimento Local e a quem mais se interessar pelo processo.

REFERÊNCIAS

- AMMANN, Safira Bezerra. *Participação Social*. São Paulo: Cortez & Moraes, 1978. 133 p.
- _____. *Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1980. 176 p.
- ÁVILA, Vicente Fideles de. Pressupostos para formação educacional em desenvolvimento local. *Interações – Revista Internacional de Desenvolvimento Local*. Campo Grande-MS: UCDB/PMDL, v. 1, n. 1, set., 2000, p. 63-76.
- _____. *Cultura, desenvolvimento local, solidariedade e educação*. Campo Grande: UCDB/www.ucdb.br/colloquio_2003.
- _____. *No município sempre a educação básica do Brasil*. Campo Grande: UCDB, 1999. 146 p.
- _____. Formação *educacional em desenvolvimento local*: relato de estudo em grupo e análise de conceitos. (Com outros quatro co-autores). Campo Grande: UCDB, 2001. 101 p.
- _____. *Municipalização para o desenvolvimento*. Campo Grande: UFMS/PREG, 1993, 55 p.
- BAPTISTA, Mirian Veras. *Desenvolvimento de comunidades: estudo da integração do planejamento do desenvolvimento de comunidade no planejamento do desenvolvimento global*. 3. ed. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979. 170 p.
- BAUMAN, Zigmunt. *Comunidade*: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. 141 p.
- BECK, Ulrick. (1997). A reinvenção da política. Em: Giddens, A., Beck, U. & Lash, S.: (Orgs). *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*, (p. 45-69). São Paulo: UNESP.
- BORDENAVE, Juan Diaz. *O que é participação*. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Coleção primeiros passos; v. 95).
- CARVALHO, Maria do Carmo. *Participação social no Brasil hoje*. n.2. São Paulo: Polis, nov.1998.
- CESD. Centro de Ensino Superior de Dracena. *Manual de apresentação dos trabalhos acadêmicos*. Dracena: 2004. Obtida via Internet. www.cesd.br/manual do aluno.pdf Acesso em 10 de jan. de 2006, 10h30min.
- COUTO, Edvaldo & FONSECA, Deise. *Comunidade virtual: herança cultural ou tendência contemporânea?* Obtida via Internet. <http://twiki.im.ufba.br/bin/view/EDC708/ComunidadesVirtuais>. Acesso em 07 de set. de 2006, 14h15min.
- CUNHA, A G. da. *Dicionário etimológico nova fronteira da língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

- DALLARI, Dalmo de Abreu. *O que é participação política*. São Paulo: Abril Cultural: Brasiliense, 1984. (Coleção primeiros passos; v. 2).
- DEMO, Pedro. *Participação é conquista - noções de política social participativa*. São Paulo: Cortez, 1988.
- DIAS, Genebaldo Freire. *Populações marginais em ecossistemas urbanos*. 2^a ed. Brasília: IBAMA, 1994.
- FERNANDES, Florestan. *Comunidade e sociedade: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação*. São Paulo: Nacional e EDUSP, 1973.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *O miniaurélio século XXI* (O minidicionário da língua portuguesa). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
- GOHN, Maria da Glória. *Conselhos gestores e participação sóciopolítica*. São Paulo, Cortez, 2001. (Coleção questões da nossa época; v. 84).
- _____. *Movimentos sociais e educação* 3. ed.. São Paulo: Cortez, 1999. (questões da nossa época; v 5).
- HOUAISS. Antônio. *Pequeno dicionário encyclopédico Koogan Larousse*. Rio de Janeiro: Editora Larousse do Brasil, 1979.
- LE BOURLEGAT, Cleonice Alexandre. Ordem local como força interna de desenvolvimento. *INTERAÇÕES – Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, v. 1, n. 1, Campo Grande-MS: UCDB/PMDL, set., 2000. p. 13-20.
- MARQUES, Heitor Romero; MANFROI, José; NOAL, Mirian Lange; CASTILHO, Maria Augusta. *Metodologia da pesquisa e do trabalho científico*. Campo Grande-MS: UCDB, 2006, 130p.
- MARTÍN, José Cárpio. Sobre la edad jóven del Mato Grosso do Sul. *Interações – Revista internacional de desenvolvimento local*. Campo Grande. UCDB, v.1, n.1, set. 2000.
- MARTINS, Joel. *Um enfoque fenomenológico do currículo: educação como poésis*. Organização do texto Vitória Helena Cunha Espósito. São Paulo: Cortez, 1992.
- MARTINS, S. R. O. Desenvolvimento Local e Turismo: por uma ética de compromisso e responsabilidade com o lugar e com a vida. *Interações – Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, Campo Grande-MS: mar. 2005.
- _____. Desenvolvimento Local: questões conceituais e metodológicas. *Interações – Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, Campo Grande-MS: UCDB, set 2002. p 51-59.
- MASINI, Elcie F. Salzano. Enfoque fenomenológico de pesquisa em educação. In: FAZENDA, Ivani Catarina Arantes (org). *Metodologia da pesquisa educacional*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1999. (p.61-67).
- MORIN, Edgar. *Complexidade e transdisciplinaridade: a reforma da universidade e do ensino fundamental*. Natal: EDFRN, 2000.

- NAVARRO, Marli B. M. de A. & Cardoso, Telma A. de O.(2005). *Percepção de risco e cognição: reflexão sobre a sociedade de risco*. Ciências & Cognição; Ano 02, Vol.06, nov/2005. Disponível em www.cienciascognicao.org.
- RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática. 1993.
- ROCHA, Juliana D.; BURSZTYN, M. A. A importância da participação social na sustentabilidade do desenvolvimento local. *Interações – Revista Internacional de Desenvolvimento Local*. v. 7, n. 11, Campo Grande-MS: UCDB/PMDL, set., 2005. p. 45-52.
- SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. *Boletim Paulista de Geografia*. n.54. São Paulo: AGB, 1977. p.81-93.
- _____. *Espaço e Método*. 3. ed. São Paulo: Nobel, 1992. (Coleção Espaços).
- _____. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993.
- SERFATY-GARZON, Perla. In *Dictionnaire Critique de L'habitat et du Logement*. Direction Marion Segaud, Jacques Brun et Jean-Claude Driant.. Paris: Armand Colin, 2003. p.27-30.
- SOUZA, Marcelo J. L. *O desafio metropolitano* – um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. 366p.
- _____. *O território:sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento*. I. et al (org.). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- TEIXEIRA, Elenaldo Celso. *O local e o global: limites e desafios da participação cidadã* 3. ed. São Paulo: Corte Editora; Recife: EQUIP; Salvador: UFBA, 2002.

APÊNDICES

A – FORMULÁRIO DE CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE

A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA ÓTICA DO DESENVOLVIMENTO LOCAL A PARTIR DE UMA SITUAÇÃO CONCRETA NO JARDIM SAYONARA

Nome do Pesquisado: _____ RG: _____

Endereço: _____ n° _____ Jardim Sayonara

Telefone de Contato: _____ Data: ____ / ____ /2006.

Pesquisador: Ione de Souza Coelho

1) Quem você Representa?

2) Quem é o Líder?

- Homem
 Mulher

3) Idade:

- 21 a 30
 31 a 40
 41 a 50
 51 a 60
 61 a 70
 71 a 80
 acima de 80

4) Grau de escolaridade:

- Ensino Fundamental Incompleto - Série: _____
 Ensino Fundamental - Série: _____
 Ensino Médio - Ano: _____
 Superior Completo - Curso: _____
 Superior Incompleto - Curso: _____
 Alfabetizado

5) Tempo de residência na área:

- menos de 1 ano
 entre 1 e 3 anos
 entre 3 e 6 anos
 entre 6 e 10 anos
 acima de 10 anos Quantos: _____

6) Como você recebe as informações em seu dia-a-dia? Por meio da:

- Televisão

- Jornal informativo
- Amigos
- Rádio
- Família
- Revista e Livros
- Internet

7) Você é filiado e ou participa de:

- Partido Político
- Cultos Religiosos
- Atividades Culturais
- Esportes
- Outras organizações sociais

Obs: Participação em mais de uma organização:

8) Você tem a cooperação de outras entidades para o desenvolvimento da sua função:

- Sim – Quais? _____
- Não

9) Você tem a cooperação dos associados e moradores?

- Sim
- Não

Comente:

10) Você considera importante a sua participação nas Reuniões do Conselho Regional Urbano da Região do Imbirussu?

- Importante
- Produtiva
- Motivadora ou Gratificante
- Cansativa “Chata”

11) Qual é a freqüência das Reuniões com os associados/moradores:

- Mensal
- Diária
- Semestral
- Anual

12) As Reuniões com a Diretoria de sua Associação/Grupo é com a periodicidade de:

- Uma vez por semana
- 15 em 15 dias
- Mensal
- Semestral
- Anual
- Bimestral

13) Por quê você decidiu ser representante dos moradores do Jd. Sayonara?

- Indicação dos moradores
- Vontade Própria
- Indicado por um amigo
- Indicado por um político
- Outra: _____

14) Quantas vezes você ocupou cargo de diretorias?

- Uma
- Duas
- mais de duas
- Nenhuma

15) Você já ocupou alguma cadeira de:

Conselheiro Regional	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
Conselheiro Municipal	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
Membro da Associação de Pais e Mestres	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
Membro do Conselho Gestor de Saúde	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
Entidade Religiosa	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
Cooperativa	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
Associação Comunitária	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
Associação Cooperativa	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
		Qual: _____
		Qual: _____
		Qual: _____

16) A sua participação como representante dos moradores do Jd. Sayonara teve influência positiva em outros planos?

- Social e Comunitário
- Político
- Associativo/Cooperativo
- Educacional
- Outros: _____

- 17) A sua participação social despertou interesse por questões ligadas ao exercício da cidadania?
() Muito
() Pouco
() Nada
- 18) A sua participação social contribuiu para despertar interesse de outros moradores no movimento de participação social?
() Sim muito
() Pouco
() Nada
- 19) Quais são as potencialidades associativo-cooperativas identificadas no Jardim Sayonara?

- 20) Quais são as iniciativas associativo-cooperativas identificadas no Jardim Sayonara e região?

B - ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM LIDERANÇAS DA ÁREA FORMAL OU INFORMAL, MORADORES ANTIGOS DO JARDIM SAYONARA

TEMA DA PESQUISA: A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA ÓTICA DO DESENVOLVIMENTO LOCAL A PARTIR DE UMA SITUAÇÃO CONCRETA NO JARDIM SAYONARA

Nome do Bairro: _____

Nome da Entidade: _____

Presidente/Nome _____

Endereço: _____

Telefone _____

1) Breve histórico da constituição da Entidade e do Bairro.

1.1 Quando foi fundada a entidade e por quem ?

1.2 É registrada? Desde quando ?

1.3 Quando foi realizada a última eleição da diretoria executiva?

1.4 Quanto tempo dura o mandato e quando vence o mandato?

2) A população da área / região é participante dos trabalhos e atividades desenvolvidas?
Exemplificar.

3) Principais conquistas realizadas e seus resultados para a população local?

4) Quais foram as principais facilidades e ou dificuldades encontradas no que diz respeito aos resultados?

5) Como você se vê quanto agenciador/intermediador para o desenvolvimento local?

C – TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTA COM AGENTES INTERNOS E EXTERNOS DA COMUNIDADE JARDIM SAYONARA

ENTREVISTA – AGENTE INTERNO

1) Sujeito 1 - Liderança Informal

Entrevistada: E. B. R.

Data: 16/04/2006

Horário: 14h00

Local: Rua Beira Mar, 224/246

Jd. Sayonara – Campo Grande-MS

A entrevistada é uma moradora antiga, referenciadas por outros moradores, até por ser catadora de lixo urbano e ser esse um assunto em pauta entre os moradores do Jardim Sayonara.

A partir de então passamos a transcrever a presente entrevista onde se verifica por meio da letra P as perguntas e da letra R as respostas.

P – Já tinha começado a conversa sobre a origem do Jd Sayonara, o local surgiu da invasão, mas que o terreno havia sido comprado?

R – o meu foi comprado.

P – Origem do Nome?

R – Não sei

P – Já foi de algum movimento de mulheres?

R – Nunca fiz, porque as vezes que surgia oportunidade eu trabalhava fora em casa de família, então eu nunca tive essa oportunidade eu tava trabalhando e não tinha jeito.

P – Já participou de alguma reunião de associação?

R – Não, não tenho costume.

P – Me diz uma outra coisa a população que mora aqui eles são participante do trabalho da comunidade?

R – Olha, alguns participam, mas alguns não.

P – Quem a Sra poderia citar que participa dos trabalhos?

R – Tem a Sra a Dona Felicia, bem o nome dela é dona Maria Felicia mas a gente conhece por Dona Felicia desde quando ela entrou aqui, e tem a Dona Maria a da esquina.

P – Como é o nome daquela Rua?

R – Rua Piraí, ela sempre participa, tem uma outra Sra que participava, Dona Maria que já morreu, que morte trágica. Agora o esposo dela não sei se ta participando, mas ele participava muito.

P – Quem mais participa?

R – que eu conheço, seu Antonio aqui né, tem meu irmão o Djalma.

P – Djalma é seu irmão? Ele sempre participa com o Sr. Antonio?

R – É meu irmão, sempre que tem reunião ele participa, ta sempre por dentro.

P – O Djalma mora o mesmo tempo que a Sra aqui?

R – Quando eles mudaram pra cá, nós já tinha 5 anos que morava aqui.

P – O Djalma mora a onde?

R – Na Julio de Castilho do lado de lá, do lado direito.

P – Então os que participam mais foram esses que a Sra citou?

R – É e a Dona Romilda também

P – O que vocês tiveram de principal conquista aqui no Jd. Sayonara?

R – Olha, o que conquistou nós aqui eu principalmente, asfalto, e os mercados são perto precisa alguma coisa vai ali rapidinho, o colégio para as crianças pra mim foi ótimo.

P – Qual o colégio a Sra leva as crianças?

R – O colégio das crianças, eles estudavam aqui no João Ernesto.

P – No Serradinho?

R – Não, na Vl. Eliane, aquele colégio, eles estudou muito tempo, daí eles mudaram, foi para o Antonio João, eles fizeram lá até a 4º série, daí veio pro Clarinda, ai eles estão fazendo o 2º ano ai.

P – Então a Sra acha que o que foi importante, foi isso o que trouxe o desenvolvimento para o local?

R – É foi o asfalto, o posto de saúde, também que era bem pertinho também que era no Serradinho daí mudaram nós para Jd. Silvia Regina, mais é perto porque a gente até a pé, é rapidinho ½ hora andando e já ta lá é rapidinho e se for bem rápido é 20 minutos.

P – O que a Sra acha que teve de facilidade em relação às conquistas de vocês?

R – Não, não foi difícil, porque foi até rápido pelo tempo que a gente mora aqui né, o asfalto já deve ter uns 4 a 5 anos que foi feito né, e foi bem rápido portanto que a Vl. Eliane briga até hoje, por causa desse asfalto que tem aqui, porque aquele bairro é bem mais velho né, e porque asfaltou aqui e não asfaltou lá que é bairro mais velho, e briga até hoje por causa disso e...

P – Eu queria saber da Sra qual é o sentimento por esse lugar?

R – É por essas 3 coisas, por eu ter entrado aqui, trabalhado por ter conseguido ter minha casa, que é de 5 peças mais o banheiro né, ela é grande e ter que sair e deixar tudinho, vê derrubar ela e ir pra uma casa de 4 peça, que é uma casa muito pequena, mal cabe a gente, e pelo tempo e pelo colégio, que eu já citei pra Sra, pelos vizinhos, os amigos a gente vai separar tudo, mas não tanto por isso, e pelo que o bairro é um, para mim até hoje graças a Deus é muito bom é excelente para mim porque eu posso sair, eu posso até deixar a casa aberta ai, ninguém nunca mexeu, ninguém nunca entrou dentro da minha casa graças a Deus, se a gente sai o vizinho cuida enfim é isso ai e perto do colégio como já falei para a Sra é perto dos mercados eu como trabalho com salgadinho, aqui para mim é ótimo, e eu já experimentei ir no Bonses, só que eu não vendo como eu vendo aqui.

P – A Sra vende salgados?

R – Vendo, cachorro quente e salgados, então quer dizer que para mim mudar já vai ser difícil para mim, porque até eu chegar lá e conquistar vai ser difícil.

P – Aqui já tem freguesia?

R – É aqui já tem tudo esse é meu sentimento que é de não mudar daqui, que eu não queria mudar.

P – Tem mais vizinho da Sra que faz esse trabalho?

R – Olha aqui vizinho meu não, que mexe com esse tipo de coisa.

P – A Sra fez o curso aqui mesmo?

R – Não eu fiz o curso de é alimentação aqui no Jd. Aeroporto, agora eu gostaria de fazer porque agora com essa parada minha, eu não vou poder trabalhar né com os papelão, porque o sol é muito quente, a Dra já falou que Sra vai ter que dar uma paradinha porque o sol é muito quente, pra eu que tenho problema de pressão alta é meio perigoso, pois eu to com 54 anos.

P – Tem que se cuidar?

R – É tem que cuidar, então eu gostaria de fazer um curso, eu vou ver se eu consigo fazer um curso para chocolate, porque daí é uma coisa que eu vendo e durante o dia né eu vou trabalhar de manhã à tarde num lugarzinho sentada na sombra não vou pegar o sol e to fazendo alguma coisa. Só que aqui pra mim seria ótimo e se mudar vai ser um pouco difícil.

P – Como alguém que sempre morou aqui a Sra vê que pode promover o desenvolvimento aqui?

R – Olha, eu penso pra mim e pra todo mundo, eu penso assim se eu continuar aqui porque eu toda vida tive vontade de fazer isso, só que eu ainda não fiz por causa desse problema de mudança de mudar e ter que deixar tudo, e ter que desmanchar tudo então o meu o que eu quero fazer era que eles chegassem e falassem isso aqui é seu vou deixar vocês aqui, eu gostaria de murar a minha casa né e fazer um espaço pra mim trabalhar aqui mesmo, aqui mesmo eu queria trabalhar, eu já queria ter feito só não fiz por causa desse problema de mudar.

P – Com o que a Sra gostaria de trabalhar?

R – Eu gostaria de trabalhar, continuar trabalhando com meus salgados né e enfim outras coisas, essas coisas pequena como refrigerante, dá muita saída, então isso que eu gostaria de trabalhar eu também mexo vendo de vez em quando, eu faço pechincha eu vendo roupas usadas a Sra entendeu, então se eu ficar por aqui eu gostaria de fazer tudo isso, pra mim trabalhar em casa mesmo.

P – Qual a data de nascimento da Sra?

R – Eu só de 22/11/1952.

P – Então a Sra promoveria o desenvolvimento com os negócios da Sra mesmo?

R – É, eu penso assim.

P – A sra pensa que é possível desenvolver uma atividade associativa?

R – Olha é uma pergunta que a Sra fez pra mim e eu tava comentando com o meu esposo e minha filha que é minha neta, mas eu chamo de filha que eu criei ela desde pequenininha, ela tinha cinco meses quando veio comigo é um casal o menino ia fazer um ano e ela tinha cinco meses, então ela mora assim ela agora casou mais não sai daqui, então eu falei pra ela que o marido dela justamente trabalha num deposito e eu fui e falei pra ele e contei com ele. Eu tive pensando assim, se eu tivesse condições de compra de por uma placa nois compra de tudo papelão ferro de um tudo, mas eu ia falar pro Gilmar se ele queria entrar comigo para nós trabalharmos de sociedade.

P – Então uma sociedade uma associação, uma firma de vocês é isso?

R – É isso que queríamos nós pensei de fazer só que a gente não ta tendo, só que pra fazer, nos não estamos tendo, não muito pelo menos uns R\$ 1.000,00 a gente tem que ter pra começar, daí a gente vai trabalhando com aquele dinheirinho, e vai vendendo e vai trabalhando.

P – E quando a Sra pensa que vai mudar pra lá?

R – Ai é o desespero.

P – Então ai a Sra pensa em continuar o trabalho reciclável?

R – Nos pensamos, eu penso com uma casa de esquina, se eu mudar pra lá a minha preferência é uma casa de esquina.

P – E a Sra já falou isso?

R – Eu falei com o moço que veio medir aqui tudo né e eu comentei e eu gostaria de escolher uma casa de esquina e ai falou mais porque, não por causa do meu trabalho eu trabalho com salgado e eu vendo roupa usada, então porque de tudo a gente tem que fazer né, e ai ele falou se for assim Dona Eunice então vamos ver se conseguimos, e eles ao pessoal que fez a entrevista tudinho eles disseram que estão vendendo se consegue um comodato pra nos trabalharmos com o papelão, mesmo nos indo para lá eles vão conseguir.

P – E ai a Sra acha que é possível montar uma sociedade?

R – Eu acho assim.

P - Ai montar com o Gilmar?

R – Sim

P – E o Gilmar mora a onde?

R – Ele mora aqui na Rua Triangulo, lá na esquina do lado esquerdo.

P – Ali começando o Pantanal?

R – é

P – E ele também vai sair para ir pra lá?

R – Não ele não vai porque, quando ele foi morar com minha filha nos já tínhamos feito um cadastro daqui e ai eles não fizeram o cadastro então eles não vão mudar. E porque eu vi que a Sra com essa idéia a Sra já, e se eu for pra lá o que eu vou fazer é aqui ou lá eu não sei, mas nos vamos ter que arrumar um jeito.

ENTREVISTA – AGENTE INTERNO

2) Sujeito 2 - Liderança Informal

Entrevistada: M. B. S. O.

Data: 18/02/2006

Horário 14h:00

Local: Rua Zeferino Mestrinho nº 105

Jd. Sayonara Campo Grande-MS

A entrevistada foi a partir de então passamos a transcrever a presente entrevista onde se verifica por meio da letra P as perguntas e da letra R as respostas.

P – Como começou o Jd. Sayonara, como foi se organizando essas associações os clubes de mães que a Sra faz parte?

R – O Jd. Sayonara surgiu que tinha essa área aqui e o padre vinha rezar missa debaixo do pé de manga e vinha chamar as pessoas que ficavam debaixo dos viadutos e falava se não tem onde morar, e resolveu apoiar a invasão aqui nessa área porque era um matagal danado e o povo foi entrando ai eu morava no bairro Sto Antonio e eu precisando de um teto também com três filhos pequenos e eu vim participar da missa no primeiro domingo no segundo domingo ai voltei, no segundo domingo aqui que o padre mandou a gente entrar que já havia o comprometimento, isso que foi o começo do Jd Sayonara, nos entramos.

P – Cada um tinha um lote de 10x20?

R – 10x20, nem todos conseguiram isso que era muita gente, muita gente foi um corre, corre, derruba, derruba sabe aquele, nos ficamos aqui e ai foi o renascimento do Sayonara, fizemos nosso barraco, nossas casinhas né e já foi montando fazer um grupo de associação, e ai nos montamos um grupo imediatamente né, ai foi eu e o meu marido seu Valdomiro e a Cleonice, ai nos montamos associação e o clube mães e o pessoal queria tirar nos daqui de todo jeito.

P – Quem queria tirar vocês?

R – O pessoal que estava lá perto do quartel, toda hora vinha um aqui de carro, parava lá na Avenida e vinha a pé que era mato, e dizia que era para desocupar que eles queriam vir passar a máquina então tirar todo mundo fora, que passar a maquina, e quem não saísse ia morrer, só que nos ficamos né, fomos na prefeitura e fizemos faixas pedindo apoio e graças a Deus nos tivemos apoio e o Dr Juvêncio que na época era ele, e ai ele veio, e falou para nos continuar que ninguém ia tirar nos e nos fomos conversar com um monte de gente e em 6 meses todo mundo aqui direto né, vinha aquele monte de gente vinha policia, só que nos fomos persistentes ficamos, ai nos seguimos veio o pessoal da secretaria da saúde abrir caixa para nos pegarmos água lá de baixo, fomos lá umas duas semanas carregando água, e ai com 6 meses que estávamos aqui já veio água encanada para nos, e foi crescendo assim, cada vez mais os presidentes buscando melhoria, tínhamos reuniões todos os dias ver o que ta faltando para nos corrermos atrás, a luz veio depois de uns três a quatro, acho que foi com uns 5 meses veio a luz, no entanto que nem rua nos tínhamos no dia que veio colocando os poste de madeira e ai foi desenvolvendo cada dia mais cada mês desenvolvendo, tivemos muito apoio do prefeito dos vereadores que vinham nos visitar e foi vindo melhoria dos órgão também.

P – Porque do nome Sayonara?

R – surgiu foi um pouco de comodismo nosso, que chegamos lá na prefeitura queria falar o nome do bairro e nos não sabia como falava e ai nos falamos vamos deixar Sayonara, vamos por Sayonara, então ta vamos deixar Sayonara, e o Sayonara nasceu do nada, e hoje ta uma vila gostosa de pessoas boas.

P- A Sra acha que a população aqui da região é participante das atividades desenvolvidas?

R – Antes era muito participativa, em tudo em reunião se fosse em casa se fosse debaixo do pé de manga o povo tava unido e o tempo foi passando foi mudando também mudou muita gente daqui depois das pessoas daquela época tem poucas pessoas tem poucas pessoas daquela época, foi chegando pessoas diferentes que não dão muita importância assim as reuniões né eu acho, é uma grande coisa a união, a gente se unir para conversar discutir que eu penso de uma maneira, você pensa de outra maneira nos reunindo e discutindo as coisas se encaixam melhor e a coisas melhores que nos podemos buscar juntos é isso ai que falta muito incentivo aqui falta muito incentivo assim para que o povo hoje o morador novo que mudou duns 7 a 8 anos para cá que mudou aqui que não tem conhecimento do crescimento da vila como surgiu como que foi né e para que eles pudessem chegar mais a se unir com a gente pra saber e procurar assim a mais melhoria para a gente, para nosso bairro para o desenvolvimento cada vez mais, para nossos filhos, nossos netos nos que chega né, que nem a Sra falou a cooperativa, grupo de jovens tanta coisa boa que tem ai e o povo aberto falta incentivo mais assim que eu acho também vem muito do presidente, do representante da liderança ele procurar incentivar mais o povo.

P – E quais foram as principais conquistas que vocês tiveram com esses anos de atividade com a comunidade, desde de quando chegaram da invasão pra cá?

R – A creche para os nossos filhos muito bom né que não tinha no Cerradinho, e o colégio ai da Vl. Eliane que ampliou mais né para os nossos filhos, então muita coisa boa, tem muita coisa boa aqui pra nos, o saneamento foi muito bom né que não tinha asfalto não tinha rede de esgoto não tinha nada era aquela lama danada, e o ônibus que a gente não tinha por que a época de chuva eles não entravam para não atolar, a ponte que era de madeira bem feinha, e agora a gente tem uma ponte boa bem feitinha de concreto, ai foi muita coisa viu.

P- E a ponte passa em cima de que córrego?

R – Do Imbirussu, não do Cerradinho né, e tivemos muita coisa boa né.

P – E o que foi a principal facilidade, o que foi mais fácil e o que foi mais difícil?

R – Á o que foi mais fácil conseguir aqui pra nos foi a água e a luz, isso foi muito rápido graças a Deus e os demais foi mais cansativo mais demorado, o asfalto saiu agora pouco,

quantos anos a gente ficou sem, a creche também foi rápido né que não demorou muito até, e o colégio também, o saneamento é o que foi mais difícil, mais demorado que chegou agora pouco né.

P – Como a Sra vê como uma pessoa que ajudou a desenvolver o Jd. Sayonara?

R – A eu me vejo muito bem, uma vitoriosa de tudo que nos lutamos aqui e conseguimos graças a Deus, eu me sinto assim sabe feliz e forte porque nos lutamos e conseguimos. A gente ia e ficava ali naquela secretaria de obras ali o dia inteiro sem comer, só com o passe de ida e volta ou só com a carteirinha e ali nos ficávamos esperando uma solução uma resposta dos órgãos a gente também ia né batalhando ali pra ter resposta daquele ofício que a gente levou e sempre tinha então eu me sinto vitoriosa e muito feliz porque a gente conseguiu.

P – Como a Sra vê essas famílias que vão sair, que vão ser removidas da parte que não tem o saneamento lá em baixo.

R – Eu vejo isso ai um trabalho muito bonito muito bom esse povo tão saindo, eles tão saindo de um lugar impróprio que causam vários tipos de problemas e o prefeito ta vendo que eles precisam ter um lar de conforto e uma boa higiene e um nível que ai eles tão em favela em beira de córrego que cai tantas coisas ruins que até o cheiro que a gente passa ai, isso prejudica a saúde da gente, então isso ai é um lado muito bom que ta fazendo, acabando com as favelas tirando as pessoas da sujeira da miséria e colocando num lugar limpo e sadio e as pessoas tem como viver uma vida assim numa higiene gostosa né sadia né, eu acho assim que as pessoas vai ser cidadãos não como favelados.

P – A Sra sabe porque ai se chama pulo do sapo?

R – Isso ai é porque quando a gente entrou aqui enchia tudo e o povo foi pra lá né ali é um corredorinho e ai o povo que não coube aqui foi tudo pra lá e lá tinha aqueles cururu pintado de preto e branco, aqueles bem grandão então eles corriam e a passada deles era mais que da gente e aquelas gionas bem vermelhas, tinha muito não sei que tinha, e agora não tem mais então eles corria atrás das pessoas dá mesma maneira eles passavam na frente então o Sr Florentino tinha ido ver uma filha dele que morava lá em baixo, surgiu isso ai lá dele ele e mais dois rapazes que morava aqui também, um chamava Oscar e o outro eu não sei, e eles são muito brincalhão então eles vinham vindo e daí o sapo veio correndo e pulou na frente e ai o pessoal começou a falar olha o pulo do sapo, olha o pulo do sapo, e ficou pulo do sapo.

ENTREVISTA – AGENTE INTERNO

3) Sujeito 3 - Liderança Informal

Entrevistada: M. S. S. N.

Data: 11/03/2006

Horário: 10h00

Local: Av. Julio de Castilho, 5522

Jd. Sayonara – Campo Grande-MS

A entrevistada é uma moradora antiga, referenciadas por outros moradores, até por ser considerada uma liderança e ser filha do Sr. Isaias que foi um dos líderes formais quando da invasão.

A partir de então passamos a transcrever a presente entrevista onde se verifica por meio da letra P as perguntas e da letra R as respostas.

P – Faça um histórico da criação do bairro e se você se lembrar como foi a criação da associação que o seu pai fundou.

R – Quando meu pai veio, isso era só mato, tinha três famílias mesmo, a Dona Aracelia o seu Pedro e uma outra família, que tava ai e ai ele chegou e disseram para ele que podia ficar em qualquer lugar né. E daí ele limpou um terreno e fez lá um puleiro de galinha, que a gente já criava galinha, e ele dormia no galinheiro na parte de baixo e galinhas em cima, e ele vez de trocar com as galinhas não ele dormia em baixo mesmo, ai ele ficava o tempo todo aqui, e ai a gente vinha no final de semana, isso aqui era só mato, cada pedra que se você sentava e vinha rolando lá de cima, e gente vinha todo final de semana e trazia comida pra ele, e ele ficava ai, e depois ele construiu um barraco, e daí chegou mais gente, e daí ele construiu outro barraco, daí a gente morou nesse barraco um ano e oito meses debaixo só de lona, daí começou a vir mais famílias, daí que surgiu a idéia de ir atrás de benefícios, porque não tinha luz não tinha água, e as ruas foram se abrindo conforme a gente ia passando nos trieiros, não tinha escola aqui perto, daí foi até ele e o seu Pedro que eles foram candidatos da primeira vez e tinha a dona Leila e da dona Aracelia, ai eles formaram a associação e começaram a fazer o pedido na folha de papel, e o povo saia assinando, daí vinha fazia reportagem e levava até que vinha os benefícios, mas demorou muito tempo até chegar água encanada, ai meu pai teve que fazer vários poços, porque chegava o vizinho e abria a fossa do lado do poço, a gente ficou assim durante muito tempo, quase uns vinte e poucos anos. Daí veio a água a luz e meu pai tinha conseguido o centro comunitário dai veio as medição pra saber se as ruas tava certa e a nossa casa ficou metade na rua e veio as patrolas e derrubou tudinho as casas que estavam na rua. As casas que perderam mais da metade do terreno eles fizeram outro loteamento e nós viemos pra cá. Isso foi pra poder passar o asfalto na medida certa e eles deram essa casa que tem luz água e esgoto.

Meu pai teve três mandatos.

P – O pessoal da região participam dos trabalhos e de quando seu pai desenvolveu ?

R – Não sei se era porque na época do meu pai participava mais tem foto registro, eles ganharam o material para fazer o centro comunitário mas não tinha quem fizesse, foi feito tudo em mutirão. Sabe, a igreja católica o padre vinha rezar a missa no tempo e a Igreja foi feita no mutirão junto com meu pai. Meu pai fazia muita campanha do agasalho, sopa e meu pai já foi presidente desse loteamento depois que a gente esta aqui. O loteamento é Julio de Castilho. A Gente tinha Clube de Mães e hoje a gente não mais houve falar, tinha projeto no centro comunitário e hoje a gente não vê mais, o que eu vejo agora é aula a noite por que o povo recebe bolsa Escola e tem que estudar. Sabe, antes tinha, a meninada não ficava na rua, ele corria atrás mesmo e assim o pessoal se interessava, tanto é que a gente não tinha sossego dentro de casa, minha mãe até brigava com meu pai, pois não tinha tempo para comer, o tempo todo o pessoal batendo na porta e agora nem sei mais quem é o presidente.

P – Então o pessoal vinha até a casa para pedir ajuda?

R – Se meu pai marcasse uma reunião para falar de alguma coisa, as pessoas vinham, ou pra que precisava de uma turma para levar pra frente de algum lugar para pedir alguma coisa, vinha muita gente e as vezes nem tinha como levar todo mundo.

P – Você chegou a participar de algum movimento com seu pai para ir pra frente de algum lugar para pedir algo?

R – Eu fui, mas não estou lembrada onde, eu lembro que a gente foi pedir, meu Deus o que foi, eu não lembro, só me lembro que ficamos o dia todo até meu pai ser atendido, eu não lembro se foi para o centro comunitário, pra pedir material, pra fazer alguma coisa para a molecada, não me lembro direito.

P – Quais as conquistas?

R – olha o asfalto, aquilo foi uma conquista, ônibus passar ali dentro, a segurança, por mais que tenha violência, tem muita polícia andando em volta, tudo isso tem o nome do meu pai.

P – Teve facilidade.

R – Foi difícil, tudo foi muito difícil, hoje tudo pra se conseguir é muito difícil, teve muita gente que teve de ficar de plantão para conseguir, e logo que a gente, que tinha muita gente tava em casa vinha o boato que tava vindo às máquinas para derrubar tudo, e passar por cima de todo mundo, já era uma dificuldade para juntar todo mundo, quer dizer não foi fácil, todo mundo sempre teve muito unido, pelo menos no começo os moradores mais velhos teve que lutar bastante, que já não tem tantos mais, hoje já não tem tantos assim já foram embora, mas no inicio era união e tinha muita união.

P – Era difícil, era fácil.

R – Acho que perto de hoje em dia era mais fácil, pois se você quiser ir buscar algo em três pessoas antigamente era mais fácil, pois hoje no meio desses três sempre vai ter um que vai discordar e não vai querer ir.

P – Hoje você acha que essa participação já não existe mais?

R – Eu acho que não, acho que é cada um por si e Deus para todos.

P – como você se vê nesse processo de desenvolvimento?

R – É bom, sabe assim, às vezes eu fico lembrando, quando eu era menor, quando a gente veio pra cá, eu estuda em uma escola longe lá no Sto Antonio porque não tinha aqui, ai quando a gente chegava lá de manhã chegava cansada, ai perguntavam onde você mora, ai a gente tinha que falar eu moro lá naquela favela que abriu agora, porque tinha que falar favela, porque era, e ai as outras crianças caçoavam ou ate quando eu fui ficando maior que tinha que dar meu endereço as pessoas falavam viche você mora lá no Sayonara, e hoje em dia eu vou lá no centro e dou meu endereço com muito orgulho, porque perto de muitos lugares que eu conheço a muito mais tempo Sayonara, o Sayonara ta muito melhor a gente assim tem união por tudo e conseguiu muito e tenho orgulho de ser moradora do Sayonara, te visto a participação de todo mundo, e as nossas raízes é daqui, hoje meu pai não esta dentro mais nossas raízes estão ai, pois as vezes a gente fala vamos vender tudo e ir embora ai meu pai fala, mas será que a gente vai conseguir viver em outro lugar que não seja o Jd Sayonara, eu vim pra cá criança, hoje eu tenho minha casa, já tive lá e já vendi né meu irmão tem a casa dele no Sayonara minha irmã tem a casa dela lá meu sogro também tem a casa dele lá né todo mundo mora lá, eu criei meus filhos aqui, eu tenho orgulho de morar aqui, valeu a pena andar de chinelo rebentado, porque o barro dava nas canelas, segurar a lona porque o vento tirava de cima da casa mas valeu a pena.

P – Você sabe porque do nome Sayonara

R – Meu pai falava algumas coisas, porque disse que quando um vizinho pedia alguma coisa ai agradecia, falando Sayonara e foi ficando e ficou Jd. Sayonara. E o pessoal chama assim.

ENTREVISTAS – AGENTE EXTERNO

1) Sujeito 4 - Liderança Formal

Entrevistado: J. F. Presidente do Jd Aeroporto

Data: 04/03/2006

Horário: 10h30

Local: Rua Ivolândia nº 274

Jd. Aeroporto I - Campo Grande-MS

O entrevistado é presidente da Associação de moradores do Jardim Aeroporto I, que faz divisa com o Jardim Sayonara a partir de então passamos a transcrever a presente entrevista onde se verifica por meio da letra P a pergunta e da letra R as respostas.

P – Em relação a que você conviveu nos últimos 15 anos que você mora aqui em relação ao Jd Sayonara o que você conhece de como surgiu e quais a lideranças que tem lá e quais as entidades e o que vocês chegaram a fazer juntos com o Jd. Sayonara?

R – Eu conheço desde quando foi invadido, eu participei só que não peguei nada, já peguei quando comunidade, e através da invasão a gente vem acompanhando até agora, e ela desenvolveu, foi desenvolvendo ta nessa ta no pé que ta agora, o primeiro presidente eu não me lembro, acho que é o Gaúcho que começou a repartir os terrenos com os moradores os invasores e ai ela foi criando foi desenvolvendo, como diz não ta uma potencia mas foi crescendo foi desenvolvendo.

P – Quem você conhece dos líderes dos moradores mais antigos, daqueles que trabalharam para o desenvolvimento de lá?

R – é tem o Carlos que é o atual presidente agora, e a Valdelice que já foi presidente do conselho digo do clube de mães, muito atuante, eles estão de parabéns os dois estão mesmo de parabéns, realmente tão mesmo eles batalham mesmo.

P – E lá no Jd Sayonara II quem você conhece, que vão estar sendo removidos aqui para o Jd. Aeroporto?

R – Eu conheço sim, eu conheço quase todos, mas por nome assim eu não lembro.

P – Você se lembra quando foi criada a associação lá ou não?

R – Ela foi criada, se eu não me engano a uns doze anos atrás.

P – E a população aqui do Jd Aeroporto participou de algumas atividades lá também, você falou que começou desde a época da invasão?

R – Correto, era mais o pessoal daqui mesmo que estavam necessitando de moradia, mas a maioria já está todos instalados, e a maioria já mudou de lá.

P – quais foram as principais conquistas da população?

R – Bom, o asfalto tanto que eles queriam, o saneamento, a água o esgoto, foi a conquista maior que eles tiveram, foi isso ai né.

P – Me diz quem você acha dessa conquista ou de outras que você achou mais fácil?

R – nada foi fácil não à coisa foi tudo difícil, nada foi fácil não, mas conquistaram né, é trabalhoso se sabe pra você conquistar uma coisa é se tem que trabalhar bastante né.

P – como você se vê, uma pessoa que esta aqui do lado que esta em contato com eles, o que você acha que ajudou no desenvolvimento de lá?

R – Pra mim é gratificante a gente tem que contato manter parceria, conhecimento, contato, manter dialogo um com outro e com toda a população.

P – Como você vê a mudança dessas famílias lá do Sayonara dessas famílias aqui do Aeroporto que vão ser removidas, como você vê isso?

R – Há, é um desenvolvimento claro que eles vão sair dum local que não ta tendo condição de moradia adequada, e vão vir pra uma moradia super adequada e vão ter infra-estrutura casa com material limpinho, creche muito importante, ta de parabéns o dirigente que ta fazendo isso ai né e tomara que continue fazendo esse desenvolvimento que é muito importante né, é um trabalho social nota 10.

P – O que você atribui, o que chama assim é importante da parte de vocês, não da prefeitura, mas de vocês, das lideranças qual a importâncias que vocês tem pra esse desenvolvimento?

R – É a participação né, a gente abriu esse caminho pra nos através do conselho né que a gente discute né leva tudo os conhecimentos que antigamente ficava difícil a gente fazer esse contato com a prefeitura com vereadores é através do conselho abriu o espaço para a gente que leva tudo para o conselho que discute fala, leva discute, e o conselho nessa reunião que a gente tem todo mês, a gente leva todos os conhecimentos que tem, que é difícil você levar por exemplo na câmara alguma reivindicação que entendeu e através do conselho, não resolve tudo mas pelo menos fica no conhecimento, que ta faltando alguma coisa.

P – Então você acha importante a participando do conselho para promover o desenvolvimento da região?

R – exatamente, é um trabalho muito importante que foi criado, e não pode parar esse conselho não cada vez mais tem que fortalecer pra o conhecimento da gente como liderança e levar também para os moradores né, geralmente os moradores querem saber entendeu e quando a pessoa esta em duvida, a gente convida eles para levar nas reuniões dos conselhos para acreditar que ta sendo feito um serviço um trabalho sério.

P – Nesses últimos 15 anos pra cá como você ta vendo a participação da comunidade, é através de boca em boca, você falou para mim, a participação da comunidade é de de boca em boca também?

R – É mais no boca em boca mesmo, porque a gente aqui não temos um centro comunitário para a gente na realidade não temos um centro comunitário para reunir e nem clube de mães e de vez em quando a gente vai andando na rua e vai falando de boca em boca, fala pro seu vizinho entendeu faz aquela cadeia.

P – É através do dialogo da conversa?

R – Exatamente

P – Quer dizer que a participação agora é diferente que a de antigamente?

R – Seria bom se a gente tivesse um centro comunitário para a gente se comunicar mais e levar.

P – Tem alguma coisa que você gostaria de falar do desenvolvimento da região do desenvolvimento local aqui?

R – Então a gente gostaria muito de ver um pouco o lado aqui da nossa vila né, porque a gente ta meio abandonado né em termo de iluminação, rua ta muito esburacado, então isso incomoda muito tanto incomoda muito a população e cobra muito da gente e seria uma boa se o poder publico olhasse mais essa parte e acelerasse mais o processo de trabalho junto da gente.

P – Como você acha que tem que ser levado ao poder publico?

R – Acho que vindo e ajudando, o jeito tem que ouvir a gente tem que participar junto e vir ver, andar um pouco aqui, nesses escuros que nos temos aqui, na chuva com os carros deles para atolar um pouco também, e quando hoje nessa poeira, seria uma boa idéia.

P – Para o desenvolvimento o poder público tem que estar junto?

R – Tem que estar junto é importante ele tem que vir mandar o representante para resolver o problema, tentar resolver alguma coisa.

P – Você acha que o Sayonara ta sendo atendidas aquelas famílias, aqui também vão ser atendidas famílias das beiras dos córregos Imbirussu e do Serradinho porque o poder público esteve junto, porque a população reclamou, porque teve participação como é isso?

R – é na verdade lá a população participou bastante o que falta pra nos aqui também é mais participação, o pessoal cobra, cobra mas não participa também né, depois da população participar as coisa funcionam, muitas vezes eles me acha na rua falam comigo é pa pa pa né, e quando você chama vamos ninguém vem, tem que mudar essa mentalidade mas eu acredito que a gente já ta conseguindo mudar essa mentalidade porque só fala, fala e critica mas não participa então agora já tão participando mais a gente já ta mais maleável a gente já sabe mais o jeito, mesmo não vindo nas reuniões eu já vou lá e falo para eles, é isso é assim e assado, e quando já vem perguntar mas eu acredito que eles vão participar muito mais agora, porque ta modificando o trabalho através do conselho então ela abriu a mentalidade de nos como liderança como dos moradores também.

P – E quando você fala do conselho é porque sozinho não vai ?

R – não vai, não tem jeito.

ENTREVISTA – AGENTE EXTERNO

2) **Sujeito 5 - Liderança Formal**

Entrevistado: Eliseu Pacheco - Presidente da Associação dos Moradores do Jd. Aeroporto

Data: 20/03/2006

Horário: 19h00

Local: Rua Heitor Vieira de Almeida nº 389

Jd Aeroporto - Campo Grande-MS

O entrevistado é presidente da Associação de moradores do Jardim Aeroporto é um agente externo no desenvolvimento do Jd Sayonara. Esta recebendo em sua área de abrangência 850 famílias que habitam áreas de risco na Região Urbana do Imbirussu que serão removidas para o Jardim Aeroporto, que faz divisa com o Jardim Sayonara a partir de então passamos a transcrever a presente entrevista onde se verifica por meio da letra P a pergunta e da letra R as respostas.

P – Pacheco eu gostaria primeiramente que você fizesse um histórico da constituição da associação do Jd Aeroporto. É se você conheceu a organização do Jd Sayonara também e a própria criação do Jd Sayonara.

R – Vou começar pelo Jd. Aeroporto, ela foi fundada em 27/06/1980. Na época era só Aeroporto, não tinha jd. Aeroporto, Jd pantanal, não tinha Jd. Sayonara. Passando para o, da

mesma forma das pessoas que chegaram ao redor da Rua 16 e da Radio Maia aonde então eu era um presenciador que fiz parte também na Radio Maia em 1986 então eu falei um pouquinho da minha historia, da minha particularidade, em 89 nos tivemos uma enchente grande, na época eu trabalhava em um frigorífico né, era eu minha mãe e dois irmão, eu sustentava minha família, eu pegava o primeiro ônibus, porque eu trabalhava lá na saída pra São Paulo. Porque eu desde os sete anos sempre trabalhei graças a Deus, hoje eu só tenho a agradecer minha família, meu estudo eu conclui há pouco tempo e meu sonho é fazer uma faculdade. Mas ai no decorrer do tempo a gente vai trabalhando, futuramente a gente conclui o sonho almejado. Então voltando as Associações e ai formou o Jd Sayonara na época quando nos mudemos pra o Jd Belinarte o asfalto da Julio de Castilho era até a Rua Capibaribe e depois foi se estendendo ao longo do tempo se eu não me engano foi na época do Ludio que logo após que foi feito o asfalto da popular, eles pegaram e estenderam daqui pra lá se não me falha a memória foi na época do Ludio. Ai na época que eu conheci a organização do Jd. Sayonara era o seu Izaias foi um batalhador onde a gente se espelha em algumas pessoas pra gente seguir adiante e ai eles conseguiu o centro comunitário, a própria creche que era na época né e hoje é CEINF e onde eles tiveram uma conquista grande né, mudou o aspecto do bairro, a vinda da pavimentação asfáltica e mudou muita a qualidade de vida daquelas famílias. Agora nós estamos recebendo essas famílias onde eles não estavam enquadrados praticamente dentro do bairro, que ali onde essas famílias vão ser removidas são muitos, que são referente ao Jd. Pantanal que é da Julio de Castilho braço direito então essas famílias vão ser removidas aqui pro Jd. Aeroporto, então o Jd. Aeroporto vem crescendo tem cinco anos, quatro anos que deu uma alavanca graças ao trabalho né, trabalho da liderança né que você tem que trabalhar em conjunto, assim num teor geral, então nos temos conquistado muita coisa pro Jd. Aeroporto. Jd Aeroporto não tinha expectativa de nada, ninguém queria investir não tinha comércio, quando assumi a associação eu digo tenho que trazer farmácia, e conversei com a drogaria São Bento, e ai eles falaram como é uma área periférica de pessoas carentes, as pessoas ocupam demais posto de saúde, remédio doado pelo posto de saúde, então pra nos seria inviável, porém nesse momento montar uma farmácia.

P – Mas você colocou que desde o dia 27/06/80 que foi fundada a associação e ela é registrada desde essa época?

R – Ela é registrada desde essa época.

P – E quando foi realizada a ultima eleição da diretoria?

R – A ultima eleição foi realizada em 10/10/2005, porque, porque nos tivemos a necessidade de alteração do estatuto pra que seja enquadrada no novo código civil. Então nos fizemos à

assembléia na qual foi aprovado que o mandato da diretoria passa de dois para quatro anos, então o mandato teve prosseguimento em setembro de 2007.

Mandato de quatro anos.

P – Você sabe como é a organização lá no Jd. Sayonara se tem associação de moradores e se também o mandato é de quatro ou dois anos, você sabe como funciona?

R – O mandato de lá acho que é de 3 anos, eu não sei se houve o enquadramento do estatuto ou não.

P – E a população da região é participante dos trabalhos e das atividades desenvolvidas pela associação?

R – A nossa comunidade em uma parte vem a ser ingrata, vou te explicar porque, você chama pra uma reunião a comunidade não participa, não há manifestação da comunidade, a comunidade só quer receber, só sabe cobrar, a participação da comunidade é muito ruim, elas foram acostumadas num sistema que a pessoa não larga a novela pra vim participar.

P – Qual é a forma que eles participam? Quando eles participam? Como que é a participação?

R – Olha, na hora que a gente traz um curso, porque daí que eu te falo, participa naquele momento, mas agora pra fazer uma somatória, um trabalho comunitário não tem, participa quando tem uma coisa de interesse dele.

P – Quando você chama pra uma reunião com a diretoria eles não participam?

R – Não, eles só participam quando tem algo de interesse deles, agora na terça-feira eu tive que trazer uma reunião de extrema necessidade, a situação que nós estamos passando, chamei convocuei uma reunião de extraordinária do conselho comunitário de segurança pelo fato que vem acontecendo há duas semanas seguidas estão tendo assalto, roubo, chamei os comerciantes, as pessoas que já foram assaltadas, pra vim se manifestar, mostrar a indignação na questão de segurança, nós sabemos que a polícia militar tem o maior nome de querer trabalhar, mas o que falta infra-estrutura, sem infra-estrutura não tem como trabalhar, não tem mecanismo, só pra você ter uma idéia aqui nós temos uma dimensão de 100.000 mil habitantes, você sabe quantas viaturas tem pra atender a comunidade, duas, como é que dá conta, a comunidade fica descoberta, ai nos chamemos aqui, apareceu umas vinte pessoas, compareceu as pessoas que foram prejudicadas, e é de interesse deles.

P – Interessante à gente notar o que era o Centro Comunitário, antes da reforma, que é um processo de mudança que ta acontecendo aqui, para investir realmente no Jd. Aeroporto. Mas eu quero te perguntar quais as principais conquistas que foram realizadas aqui? Como você comentou do Jd. Sayonara, creche, centro comunitário e o asfalto da Julio de Castilho, e as

melhorias que tiveram aqui que resultados tiveram para a população local? O que significou para a comunidade?

R – Pra comunidade, a conquista da associação de moradores do Jd. Aeroporto teve o asfalto no acesso da Rua Vanderlei Pavão, o asfalto que interliga Jd. Aeroporto a Vl. Popular, a construção da UNIDAS, que atende uma população de 630 e que não é só do Jd aeroporto e atende de manhã e tarde, que é o CEINF que é de 0 a 6 anos o CEMA de 7 a 14 anos, e os jovens de 15 a 18 anos. É a construção do ginásio, a construção do campo de futebol com pista de Cooper, e depois eles quiseram tirar a pista de Cooper e eu fui lá e conversei com a Marta na UTC, falei Marta eu quero o campo com pista de Cooper, porque a preocupação nossa é com os idosos, ela falou vai sair, e mais recentemente a construção do centro comunitário, então o Jd. Aeroporto vem recebendo conquista, mas dá trabalho, nunca foi fácil.

P – Quer dizer, tudo isso que está sendo melhorado pra população ainda é pouco?

R – É, ainda é pouco, ta faltando muito, então o que se bate em cima, bate em cima de pavimentação, por causa da poeira, e quando chove é barro né nos conquistamos aqui praticamente 100% do bairro iluminado, todos os pontos de ônibus tem cobertura, nos temos um PSF no Jd Itália, que não atende a gama da população, mas já ta tendo o atendimento, mas nos já estamos no aguardo que vai ser construído um PSF no Jd. Aeroporto, vai ser construído um CEINF com previsão de entrega para dezembro, pra atender as famílias que vem do Sayonara e ainda vai faltar, pois não vai atender a demanda, a nossa preocupação é que na penúltima reunião do conselho regional urbano, porque a nossa preocupação é de que estava vindo a população e não estava vindo a infra-estrutura, e ai como é que fica, você chega coloca as famílias aqui, 850 famílias, você multiplica por três e mais o que tem aqui, você tem infra-estrutura não tem, essa é nossa preocupação, a questão da escola, transporte coletivo, posto de saúde, PSF e agora o CEINF, o Ceinf vai amenizar um pouco a situação, mas não totalmente, mais geralmente vai ta faltando alguma coisa.

P – De tudo isso o que foi fácil?

R – Nada foi fácil, quando nos tivemos à primeira reunião, começando um retrospecto, nós tínhamos aqui um campo careca, ai nós tivemos uma reunião com o Dr André quando veio o pessoal pra fazer uma limpeza em agosto de 2001, eu falei com o professor Américo diretor presidente da FUNSESP, se há a possibilidade de gramar o campo, ele respondeu que isso era só com a obras, mas tem como o Sr. fazer uma visita lá na comunidade, e ai ele marcou numa quarta-feira, ele já mora aqui perto mesmo, mora ali no recanto, e ai ele veio numa quarta-feira umas 14:00 h, e ai ele viu que quando venta sobe pra cá e tal, ai eu tinha pedido pra ele um laser no final de semana, e ai quando ele veio aqui, ele falou você tá de parabéns, quando

eu vim aqui da última vez tava uma mato, então vamos ver se tem a possibilidade de gramar. Ai o secretário pediu pra fazer um oficio e encaminhar para obras para ver a possibilidade, e ai eu falei e aquele projeto Dr, ele falou assim – você faz o oficio e me encaminha segunda-feira ta , mandei o oficio, quando foi no dia 08 ou 12 de dezembro daquele ano ele veio aqui, ai ele falou – quando a gente quer, a pessoa quer trabalhar, ta na luta, e ai ta eu fiz o oficio e encaminhei pra secretaria de obras, Dr André mandou chamar pra uma reunião, já de imediato ele falou “Pacheco lá não vai ser possível gramar seu campo, eu falei assim é, em primeiro lugar que os campos tem que ser oficial, mas nós estávamos vendo, através do BNDES um projeto nacional, que tem um ginásio e um campo de futebol, ta bom pra você”, a comunidade agradece.

P – Era muito necessário na época?

R – Era necessário, então daí por diante a gente vem recebendo varias conquistas, mas sempre trabalhando arduamente, e organizado.

P – Come é essa organização?

R – A gente discute com a diretoria, discute com a comunidade, faz uma manifestação pra conseguir o asfalto, acabou-se aquela época, hoje nos temos que ver na origem, nos temos que levar uma proposta, eu levo, eu levei pro secretário, até uma proposta de adequação do transporte coletivo, porque é necessidade.

P – Proposta de vocês aqui?

R – é

P – Pra organizar o transporte é isso?

R – Pra crescer e organizar o transporte aqui, porque o transporte coletivo tem que ta atendendo o Jd Aeroporto, não ta atendendo mais a demanda.

P – Isso o transporte coletivo e o fluxo viário, isso ta bom?

R – Porque no momento a necessidade é o transporte do trabalhador para o centro da cidade e da mesma maneira do centro para a residência, o que hoje a comunidade ta cobrando? A expansão da linha de ônibus, ai eu falo que vou fazer o pedido, mas gente sabe mesmo que eles querem acabar com as linhas amarelas.

P – E quando você fala que a população não participa quando você chama para vir para as reuniões da associação, esse contato é de que forma então? Como acontece essa participação?

R – Que nem se diz o ditado, se Maomé não vai a montanha, então a montanha vai a Maomé, e nós os diretores somos divididos, uns na parte de baixo e outros no meio com muito dialogo, tudo de boca em boca. A gente passa o dia a dia buscando alternativa.

P – Como você se vê como intermediador e agenciador do desenvolvimento local?

R – A gente vai trabalhando e vai fluindo, acaba passando às vezes tem hora que a gente reflete eu já fiz isso eu já fiz aquilo, mas nos estamos fazendo nosso trabalho, de intermediador entre a comunidade e o poder publico.

P – Quem você representa?

R – A comunidade

P – Mais alguém

R – Sinceramente não.

ENTREVISTA – AGENTE EXTERNO

3) **Sujeito 6** - Liderança Formal

Entrevistada: A. R. S. Assistente Social – Atuante na área do Jd. Sayonara

Data: 04/03/2006

Horário: 9h:00

Local: Rua Antonio Sobreiro 168

Vila popular - Campo Grande-MS

A entrevistada foi funcionária da Secretaria de Assistência Social do Município no período de 1993 a 1999, porém, a partir de 2004 a 2006 foi compor o quadro técnico da empresa Latin Consult que esta elaborando um Programa de Desenvolvimento Local Integrado para a Região do Imbirussu onde uma das áreas de intervenção é o Jardim Sayonara.

A partir de então passamos a transcrever a presente entrevista onde se verifica por meio da letra P as perguntas e da letra R as respostas.

P – Fazer um Histórico de como surgiu o Jd. Sayonara e como surgiu as associações, quantas associações teve, clube de mães que organização que liderança teve ai que você conhece?

R – De 93 para 94 eu comecei a trabalhar nessa região eu ouvia dizer do Sayonara só que eu nunca entrei, nunca tive contato com eles né, quando eu cheguei no Sayonara já existia a creche hoje é o CEINF, já tinha a, não tava organizado os terrenos ali que eu me lembro muito bem dessa parte, que os líderes, quando eu comecei foi o Seu Isaias com a Dona Maria Bispo né ai já gente fez todo um trabalho na parte social de ta levando recursos de ta assessorando mesmo os presidentes é pra eles é formular ofício e ir até as secretarias de uma forma mais oficial né é levando cursos para a comunidade interessada é no começo teve grande procura e

depois com tempo as pessoas talvez por necessidades foram trabalhando foram saindo do seu domicilio pra ir trabalhar ai ficou bem menos pessoas né a gente promovia palestras sobre saúde não existia agente comunitário de saúde ainda a gente tinha o programa de cestas básicas a gente oferecia para as pessoas mais carentes a gente ia fazer visitas no domicilio é o Sayonara na parte mais baixa dele as pessoas realmente estavam precisando de ajuda era uma área insalubre não dava pra viver ali né eram becos não existiam nem ruas eram trieiros que saiam nas outras casas na outra pessoa né onde o terreno era alagado né fossa aberta a gente na medida do possível chamava a saúde a gente fazia o que tinha que fazer dava orientação para eles e eu conheci eu conheci o que eles estavam necessitando geralmente era mais na parte de alimentação né como a gente tinha o programa a gente oferecia né ai a gente foi desenvolvendo os cursos a gente foi levando pra eles tinha o centro comunitário também que era bastante freqüentado também e foi bastante interessante e a gente não dá importância quando a gente vivendo ali a gente não tem a importância naquele momento né mas ver o que o Sayonara é hoje a gente vê o que foi é emocionante eu gosto não é porque agora o Sayonara ta com outra cara que eu gosto daí eu sempre a gente sempre andou ali fomos já relatou, muitos foram embora dali talvez porque não acreditavam no bairro né daí vieram outros, e olhavam de outra maneira a gente perdeu um pouquinho né mas a gente vai.

P – O que você acha do pessoal, como eles participavam como é que eles se envolviam nos trabalhos e nas atividades que desenvolviam?

R – No começo lá em 94, 95, a participação deles era maior né eles participavam gostavam, ficavam a tarde toda ficava com a gente mexia, além das nossas palestras, além do que a gente levava para eles tinha um outro período que era os trabalhos manuais e também a gente fazia um trabalho em parceria, um período seria crochê, pintura e outra parte seria a nossa parte e a participação deles eram boas nessa parte e quanto aos líderes eles participavam bastante se tirava às pessoas então precisava capacita por necessidade pra aumentar a renda pra ter renda na família então a gente incentivava nessa parte e eles o próprio líderes iam atrás, iam às secretarias conheciam todo mundo traziam pessoas para ver a realidade e foi assim que o Sayonara fez diferente né foi isso que muitos bairros antigos não teve, eles foram a luta né não tinha pessoas que não faziam nada eles acreditaram e foram atrás.

P – E o que você considera como um agente externo que sempre esteve com eles, que não morava ali na comunidade, quais foram as principais conquistas que eles tiveram ?

R – Eu acredito que a principal conquistas deles foi quando foi feito os loteamentos a, quando a prefeitura regularizou os lotes, abriu ruas que estava faltando pra ser uma vila faltava ter uma estrutura ai a prefeitura veio através dos intermédios dos líderes eles vieram e mediram

os terrenos que teve que sair concordou em sair não foi resistentes formou-se outra vila que é o Castilho e as pessoas né foram retiradas daí e foram colocadas no Castilho quer dizer que não mudou muito a vida deles e acredito que a principal conquista foi essa, que eles conseguiram eles invadiram uma área sem ter certeza que iam ficar né, mas na persistência deles eles ficaram permaneceram e hoje tem seu lote sua casa né totalmente diferente do que era a grande conquista foi essa que eu achei né, depois veio o saneamento básico, depois veio o asfalto que mudou também totalmente a vida deles como se diz que até os cachorros mudaram, que eram uns cachorros feios tudo com sarna e hoje não né, hoje ta tudo bonito né. Hoje tudo ta diferente completamente diferente.

P – Das principais conquistas realizadas, os resultados para população foram esses?

R – Sim, foi a qualidade de vida foi o seu quintal, a higiene da sua casa melhorou bastante né limpa, joga uma água e ta limpinho.

P – Quais as principais facilidades que você acha que teve e quais as maiores dificuldades nessa trajetória?

R – Para um lado, o que eu acho que facilitou bastante a vida do Sayonara foi a condição de vida deles ali porque teve um tempo que a prefeitura, lá na SAS focou bastante o Sayonara porque lá tinha pessoas vivendo em condições precárias e não tinham o que comer e vivendo em barraquinho de lona que realmente tinha de madeira então o que focou naquele tempo nessa fase, porque eles eram mais carentes então isso facilitou, tudo que eles ganharam até hoje facilitou.

P – Então foi pela condição de vida deles?

R – Foi porque eles não tinham nada essa é minha visão, porque foi sacado ai, então a região do Imbirussu né que ta faltando ser levantada era o Sayonara ali que eles estavam precisando naquele momento daquela ajuda daquele apoio e facilitou.

P – E as dificuldades?

R – Dificuldades encontradas, acho que eles não tiveram dificuldades nenhum tempo porque foi rápido, foi rápido eu acredito que em vista de outros bairros até mesmo o bairro popular onde eu moro a 33 anos ele foi muito mais atendido, eu acredito que dificuldade espera tempo, todo mundo espera mesmo, dificuldade eu acredito que eles não tiveram, foi tranquilo.

P – E como você se vê como uma agente em promover um desenvolvimento local da região?

R – eu me sinto assim realizada, satisfeita uma parte porque quando você começa como eu disse no inicio a gente não dá muita importância a gente tava cumprindo um trabalho mas com o decorrer do tempo com o amadurecimento que a gente tem a gente vê a vida com outros olhos eu gosto eu gosto de ver, lembrar o que era antes e ver o que é agora eu me sinto

importante até entrando ali, não me conhecem, eu me sinto importante eu gosto de estar ali com eles.

P – Ser agente do desenvolvimento gera satisfação é isso?

R – Eu acho que sim, eles tinham vontade própria, eles sabiam o que eles queriam, eles focaram o que eles queriam.

P – Você acha que para o desenvolvimento não precisa desse agente?

R – Precisa sim, eles estavam em uma maneira errada, talvez eles ganharam tempo eles conseguiram isso em tão pouco tempo através desse agente, entendeu, porque a gente conhecia a realidade, então chegava lá como é que tava lá, a gente falava ta assim e assim ta então nos vamos, então nos dávamos os caminhos, não é chegar lá sem ter o caminho, não é chegar lá sem ter proposta sem ter um caminho a gente dava os endereços e eles iam, chegavam nas secretarias e tinham argumentos para lutar.

P – O que mais você tem a falar dessa experiência?

R - Minha realização pessoal, porque através deles da conquista da perseverança deles que eu comecei enxergar outras coisas, eu sei que experiência as vezes faltam mas as vezes você vendo o que o outro tem de necessidade né você dá importância para aquilo lá, em certos momentos da sua vida aquilo lá vai refletir coisas boas pra você e eu desejo permanecer mais um certo tempo aqui, desenvolver esse outro lado aqui que ta faltando ainda né o que a gente pode estar agindo.

P – O que você acha das famílias que vão estar saindo da área de risco Jd. Sayonara?

R – O Jd. Sayonara , ele, ele já foi teve o prefeito, não sei se foi o Juvêncio ou o Ludio que tentou tirar o povo de lá porque é uma área que nunca foi habitável, então o que ele quis ele fez o pantanal para as pessoas que queriam sair de lá ele tornou o loteamento pantanal aqui em cima então tem pessoas tipo a Dona Maria falecida, ela permaneceu ali ai foi somando outras famílias quem saiu permaneceu no Jd. Pantanal e quem ficou permaneceu outras pessoas, o que eu tenho a dizer das pessoas que vão sair de lá, elas estão vendo o resultado de sair de lá porque eles estão enxergando um erro do passado né que eles deviam ter ouvido o prefeito de ter removidos eles de lá, eles estão querendo sair porque ali realmente não é área própria de morar estão enxergando isso hoje.

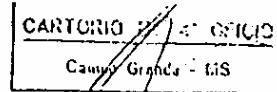
ANEXOS

ANEXO - A

ESTATUTO DO CENTRO COMUNITÁRIO SÃO JOÃO BOSCO

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, DURAÇÃO E FINS



Art. 1º - O Centro Comunitário Associativo São João Bosco - Vila Sayonara, constituído por seus moradores filiados e por tempo indeterminado, é uma sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos, com sede e foro em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, e tem por objetivos junto aos seus associados:

- a) - postular pelos direitos e interesses dos moradores da Favela Sayonara;
- b) - propor através da UCAF, medidas de proteção e defesa de seu associado;
- c) - promover, incentivar e desenvolver medidas que visem regularizar os problemas existentes na sua área de atuação;
- d) - promover, incentivar e desenvolver a recreação e o desporto junto aos seus associados;
- e) - empenhar-se por medidas de assistência aos associados, juntamente com a programação desenvolvida pela diretoria de Assuntos Comunitários da UCAF;
- f) - empenhar-se por medidas de desenvolvimento cultural e educacional, juntamente com a programação da Diretoria de Assuntos Educacionais da UCAF;
- g) - divulgar por todos os meios possíveis e acessíveis, o que for de interesse dos associados, sobretudo, as atividades da UCAF;
- h) - colaborar com as atividades da SEMAF, desenvolvidas na área de sua atuação;
- i) - desenvolver atividades junto com a UCAF, que visem o desenvolvimento do homem como um todo;
- j) - colaborar com os órgãos públicos responsáveis pelos serviços de infra-estrutura urbana;
- l) - orientar seus associados nos serviços que visem melhorias em sua área de ação;
- m) - empenhar-se por medidas de desenvolvimento de programas de abastecimentos juntamente com a programação da Diretoria de Abastecimentos da UCAF;
- n) - lutar pela reabilitação da Favela do contexto da sociedade.

Art. 2º - É vedado ao Centro Comunitário Associativo São João Bosco, envolver-se em manifestações político-partidárias, religiosas e filosóficas.

Art. 3º - O Centro Comunitário Associativo São João Bosco, filiar-se à UCAF.

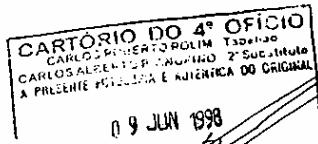
CAPÍTULO II

DOS ASSOCIADOS

Art. 4º - São membros do Centro Comunitário Associativo São João Bosco, os interessados que residirem na área de atuação do mesmo, admitidos no quadro associativo mediante requerimento à Diretoria Executiva, e quando dela receberem deferimento, exercendo seus direitos e deveres dos órgãos estruturais aqui estabelecidos.

CAPÍTULO III

DOS DIREITOS DOS ASSOCIADOS



CAPÍTULO III
Centro Comunitário São João da Póvoa Sayonara

- Art. 5º - São direitos dos associados que estiverem em dia com suas obrigações estatutárias:
- parágrafo 1º - desfrutar dos benefícios e serviços proporcionados pela associação;
- parágrafo 2º - apresentar propostas, dar pareceres, sugestões por escrito, ou de viva voz;
- parágrafo 3º - formar grupos de trabalhos e comissões de estudos;
- parágrafo 4º - participar das eleições dos órgãos da associação, bem como, dos delegados da UCAF;
- parágrafo 5º - participar das reuniões quando convocadas, votar e ser votado e ter acesso a sede e todas as atividades da associação, bem como, da UCAF e da CRF.

Art. 6º - Os direitos estabelecidos neste estatuto não excluemamente dos associados ao Centro Comunitário Associativo São João da Póvoa Sayonara.

CAPÍTULO IV

DOS DEVERES DOS ASSOCIADOS

Art. 7º - São deveres dos associados:

- parágrafo 1º - cumprir e fazer cumprir os dispositivos estatutários e regimentais;
- parágrafo 2º - cumprir as determinações da associação, da UCAF e da CRF;
- parágrafo 3º - cooperar com todas as atividades da associação, da UCAF e da CRF.

CAPÍTULO V

DAS PENALIDADES

Art. 8º - os associados em falta com seus deveres, estão sujeitos as seguintes penalidades:

- a) - advertência por escrito;
- b) - suspensão pelo prazo máximo de noventa (90) dias;
- c) - expulsão do quadro.

parágrafo 1º - as penalidades de suspensão e expulsão são aplicadas pela Diretoria Executiva, após apreciação dos Conselhos Deliberativo e Fiscal.

parágrafo 2º - os associados terão amplos e irrestritos direitos de defesa.

CAPÍTULO VI

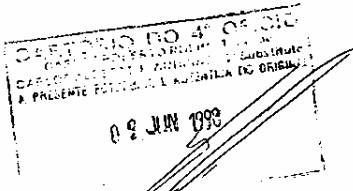
DOS ÓRGÃOS DA ASSOCIAÇÃO

Art. 9º - O Centro Comunitário será composta dos seguintes órgãos:

- a) - Assembleia Geral;
- b) - Conselho Deliberativo;
- c) - Delegados;
- d) - Diretoria Executiva;
- e) - Diretoria Auxiliar;
- f) - Conselho Fiscal.

CAPÍTULO VII

DA COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃOS



Campina Grande - MS

- Art. 10º - A Assembleia Geral é órgão máximo da Associação, sendo composta pelos associados moradores na Favela.
- Parágrafo 1º - A Assembleia Geral se reúne ordinariamente uma vez por ano e extraordinariamente quando convocada.
- Parágrafo 2º - a convocação da Assembleia Geral será feita pela Diretoria Executiva ou por dois terços (2/3) dos seus membros de composição em requerimento enviado à Associação.
- Parágrafo 3º - na Assembleia Geral serão apreciados os relatórios financeiros, os planos de trabalho para o exercício, bem como, eleição de nova diretoria Executiva.
- Parágrafo 4º - é de competência do presidente do Centro Comunitário ou seu substituto legal dirigir os trabalhos da Assembleia Geral, ou quem a plenária decidir.

DO CONSELHO DELIBERATIVO

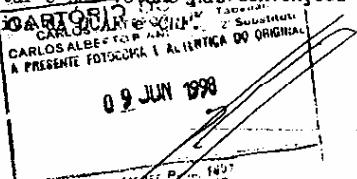
- Art. 11º - O Conselho Deliberativo, será composto de seis (06) membros, eleitos juntamente com a Diretoria Executiva.
- Parágrafo 1º - O Conselho Deliberativo terá um presidente e um secretário, distribuídos na composição das chapas.
- Parágrafo 2º - O Conselho Deliberativo será órgão auxiliar da Diretoria Executiva.
- Parágrafo 3º - é competência do Conselho Deliberativo apreciar as atividades contábeis e atividades de membros da Diretoria Executiva que prejudicarem na forma da lei o bom andamento dos trabalhos desenvolvidos pela Associação, quando convocada para este fim pelo Conselho Fiscal.
- Parágrafo 4º - é também de sua competência os planos de trabalho da Associação, bem como, auxiliá-la conforme o parágrafo 1º deste Artigo.
- Parágrafo 5º - a convocação do Conselho Deliberativo será feita pela Diretoria Executiva, pelo Conselho Fiscal ou por dois terços (2/3) de seus membros, em requerimento enviado à Associação.

DOIS DELEGADOS

- Art. 12º - A composição da Delegação do Centro Comunitário será percentual à população adulta da Favela filiada à Associação.
- Parágrafo 1º - a cada cinquenta ('50) moradores da Favela, terá direito a dois (02) delegados, ou seja quatro por cento (4%) da população adulta.
- Parágrafo 2º - a escolha dos delegados será procedida na eleição da Diretoria Executiva, respeitando as limitações prevista neste Artigo.
- Parágrafo 3º - o mandato dos delegados será de dois anos.
- Parágrafo 4º - é de competência dos delegados votar e ser votado para eleições para eleições da Diretoria Executiva.

DA COMPETÊNCIA DA DIRETORIA EXECUTIVA

- Art. 13º - Compete à Diretoria Executiva:
- Elaborar plano de trabalho;
 - Elaborar orçamento para o exercício;
 - Conduzir a entidade, respeitando o preceito estatutário, a da UCAF e as de terminações tiradas nas Assembleias Gerais e dos Conselhos Deliberativo e Fiscal;
 - Adotar medidas para execução às atividades e objetivos da Associação da UCAF e da CRF;
 - Admitir e demitir funcionários;
 - Executar todas as atividades necessárias não previstas neste estatuto;



09 JUN 1998

CARTÔNEU DO 1º OFÍCIO
Camp. Grande - MS

- j) - Convocar o Conselho Deliberativo;
- k) - Apresentar juntamente com os Conselhos Fiscal e Deliberativo as atividades previstas no artigo 11º, parágrafo 3º deste Estatuto;
- l) - Colaborar com a UCAF e com a SPMF, bem como, a CNP, no exercício de atividades que visem a regularização, assentamento e saneamento básico da comunidade que representa;
- m) - não afastar da luta das favelas sob nenhuma hipótese ou argumentação;
- n) - sensibilizar a favela no contexto da sociedade;
- o) - cumprir e fazer cumprir o artigo 1º e suas alíneas.

DA DIRETORIA EXECUTIVA E SUA COMPOSIÇÃO

Art. 14º - A Diretoria Executiva será composta de:

- a) - um presidente;
- b) - um vice-presidente;
- c) - um secretário-geral;
- d) - um primeiro secretário;
- e) - um tesoureiro geral;
- f) - um primeiro tesoureiro.

Art. 15º - compete ao presidente:

- a) - coordenar as atividades da diretoria;
- b) - representar a entidade em juízo e fora dele;
- c) - delegar poderes que não estejam previstos neste estatuto a membros da Diretoria ou do Conselho Deliberativo;
- d) - presidir as reuniões e assembleias gerais;
- e) - assinar correspondência juntamente com o secretário geral;
- f) - assinar com o tesoureiro geral, o balanço mensal e anual, bem como, documentos bancários e obrigações que envolva financeiramente a entidade.

Art. 16º - compete ao vice-presidente:

- a) - auxiliar e substituir o presidente na sua ausência ou impedimento;
- b) - presidir comissões internas.

Art. 17º - compete ao secretário geral:

- a) - dirigir os trabalhos da secretaria;
- b) - elaborar as atas das reuniões da Diretoria Executiva e das Assembleias Gerais;
- c) - assinar com o presidente as correspondências;
- d) - promover as publicações da associação;
- e) - organizar e expedir correspondências;
- f) - organizar e ler sob sua guarda os arquivos;
- g) - supervisionar os serviços administrativos dos funcionários;
- h) - substituir o presidente na sua ausência ou impedimento, pela ordem.

Art. 18º - compete ao primeiro secretário:

- a) - auxiliar o secretário geral;
- b) - substituí-lo na sua ausência ou impedimento;
- c) - fazer as inscrições dos membros a serem tratados nas assembleias gerais;
- d) - substituir o presidente, pela ordem, na sua ausência ou impedimento.

Art. 19º - compete ao tesoureiro geral:

- a) - auxiliar e contabilizar todas as rendas;
- b) - manter a escrituração em ordem;
- c) - conservar sob sua guarda o tesouro da entidade.

CARTÔNEU DO 1º OFÍCIO
CARLOS ALBERTO PIMENTEL - 1º SECRETÁRIO
CARLOS ALBERTO PIMENTEL - 2º SECRETÁRIO
FÁBIO FELICIANO E AUTENTICA DO UNICAMP

09 JUN 1998

Caixa Grande - MS

- d) - manter os compromissos financeiros em ordem;
- e) - assinar com o presidente todos os documentos relativos à temporaria;
- f) - depositar em contas bancárias todos os recursos recebidos pela Associação;
- g) - apresentar mensalmente relatórios relativo à tesouraria;
- h) - substituir, pela ordem, o presidente, em sua ausência e impedimento.

Art. 20º - compete ao primeiro tesoureiro:

- a) - auxiliar o tesoureiro geral;
 - b) - substituí-lo quando de sua ausência ou impedimento;
 - c) - substituir, pela ordem, o presidente, na sua ausência ou impedimento.

DOS DIRETORES AUXILIARES

Art. 21º - para auxiliar a Diretoria Executiva, a associação terá nos seus quadros administrativos: Diretores Auxiliares.

parágrafo único - A Biblioteca Auxiliar será composta de:

- A Diretoria Auxiliar será composta de:

 - a) - um Diretor de Assuntos Comunitários;
 - b) - um Diretor de Educação e Cultura;
 - c) - um Diretor de Abastecimento.

Art. 22º - compete ao Diretor de Assuntos Comunitários:

- compece o diretor de assuntos comunitários:

 - a) - coordenar e organizar o atendimento de pessoas carentes, de acordo com os planos de atividades e convênios firmados pela UCAF;
 - b) - participar e promover a participação da comunidade em seminários, debates e estudos de assuntos comunitários;
 - c) - promover intercâmbio comunitário, para despertar o interesse organizacional das comunidades em torno das questões sociais;
 - d) - orientar o trabalho de organização de assistência social;
 - e) - desenvolver campanhas que visem o atendimento global da comunidade;
 - f) - promover cursos de capacitação profissional nas comunidades, através de convênios com a UCAF e/ou diretamente com entidades públicas e particulares.

Art. 23º - compete ao Diretor de Assuntos Educacionais e de Cultura:

- 25 - Compete ao Diretor de Assuntos Educacionais e de Cultura:

 - a) - promover palestras e outras atividades de caráter educativo;
 - b) - promover educação básica na área de atuação;
 - c) - promover intercâmbio entre a escola e a comunidade;
 - d) - viabilizar e/ou reivindicar melhorias educacionais na comunidade;
 - e) - viabilizar e/ou reivindicar bibliotecas comunitárias na área de atuação;
 - f) - promover atividades culturais, através de filmes, teatros, etc;
 - g) - promover educação profissionalizante na área de atuação.

parágrafo único - é de competência deste departamento as atividades desportivas

Art. 24º - compete ao Poder de Abastecimento:

- a) - brigarizar o departamento para desenvolver o real abastecimento da comunidade;
 - b) - promover reuniões para esclarecimento à população da área de atuação e discutir problemas de abastecimento, como gêneros de primeiras necessidades;
 - c) - analizar planos econômicos do governo e propor soluções para desenvolvê-lo;
 - d) - cria Conselho de Defesa da ~~Comunidade~~ ^{Caracterizada} Juntamente com o Departamento Jurídico da UCAE;

CAIXA DE OFÍCIO
CAMPINAS - SP

- e) - visibilizar a criação de cooperativas para solucionar problemas de abastecimento;
- f) - responsabilizar-se pelos planos de abastecimentos criados pelo governo;
- g) - difundir a criação de hortas caseiras e comunitárias.

Art. 25º - Os departamentos deverão elaborar seus planos básicos de atividades e a apresentar à Diretoria Executiva e ao Conselho Deliberativo para apreciação e aprovação.

Art. 26º - É também de competência dos departamentos suas cidades desenvolver atividades, juntamente com a Diretoria Executiva, relativas à urbanização e desenvolvimento básico da área de atuação.

DO CONSELHO FISCAL

Art. 27º - O Conselho Fiscal será composto de três membros e três suplentes, eleitos juntamente com a Diretoria Executiva, através de chapas, votadas pelos associados.

parágrafo 1º - O Conselho Fiscal terá um presidente e um secretário, distribuídos na composição das chapas.

parágrafo 2º - O mandato do Conselho Fiscal será de igual teor ao da Diretoria Executiva.

Art. 28º - compete ao Conselho Fiscal:

- a) - fiscalizar os atos da Diretoria Executiva no cumprimento de seus deveres e obrigações;
- b) - examinar os livros contábeis;
- c) - dar parecer por escrito ao balanço mensal e anual da entidade;
- d) - dar parecer sobre aquisição de bens móveis e imóveis pela entidade;
- e) - dar parecer sobre a proposta orçamentária para o exercício;
- f) - dar parecer sobre a conduta de membros da Diretoria Executiva e auxiliar que venha a prejudicar na forma da lei, o trabalho da entidade, juntamente com o Conselho Deliberativo, conforme artigo 11º, parágrafo 3º deste estatuto, a partir de requerimento da Diretoria ou dos Conselhos e procedendo-se a abertura de sindicâncias ou processos administrativos.

parágrafo 1º - as reuniões e deliberações do Conselho Fiscal, serão registradas em atas próprias.

parágrafo 2º - o Conselho Fiscal reunir-se-á mensalmente, ou extraordinariamente quando necessário.

Art. 29º - Os membros dos organismos da associação que faltarem sem justa causa a três reuniões consecutivas e a cinco alternadas, serão substituídos após apreciação competente.

Art. 30º - Compete ao Conselho Deliberativo e ao Fiscal, conforme artigo 11º, parágrafo 3º deste estatuto, apreciar e aplicar as seguintes penalidades à membros dos organismos da associação:

- a) - advertência por escrito;
- b) - suspensão de no máximo noventa (90) dias;
- c) - expulsão dos quadros associativos.

parágrafo 1º - a aplicação das penas a que se refere o "caput", será mediada a instalação do processo para apuração irregularidades denunciadas.

parágrafo 2º - será assegurado amplo direito de defesa ao denunciado.

CAIXA DE OFÍCIO
CARLOS ALBERTO SANTOS
SUSMENDO
CARLOS ALBERTO SANTOS
A PELA DE 09 DE JUNHO DE 1998 DO ORIGINAL

09 JUN 1998

CARTÓRIO DO 4º OFÍCIO

Cidade - MS

Art. 31º - Para instalação de qualquer assembleia, será feita, uma convocação, metade mais um, parágrafo único - a segunda convocação será com qualquer número, uma hora após a primeira convocação.

Art. 32º - Nas votações nas assembleias, cada um que se instalar, adotará o critério que melhor lhe convier, mediante apreciação da plenária.

CAPÍTULO VIII

DAS ELEIÇÕES, POSSE, MANDATO E VACÂNCIA

Art. 33º - As eleições para preenchimento dos cargos da Diretoria, dos Conselhos Deliberativo e Fiscal e seus suplentes, dar-se-ão por voto direto e secreto em Assembleia Geral ordinária e na forma dos artigos seguintes.

Art. 34º - as eleições serão realizadas em dia, hora e local mercados em edital que a Diretoria fará circular entre todos os associados, com antecedência mínima de trinta e máxima de quarenta e cinco dias. parágrafo único - as desincompatibilizações far-se-ão trinta dias antes das eleições após publicação dos editais.

Art. 35º - as eleições serão sempre presididas, obedecendo-se à seguinte ordem:

- pelo presidente do Centro Comunitário;
- pelo presidente do Conselho Deliberativo;
- pelo presidente do Conselho Geral.

Art. 36º - Escolhido o presidente para presidir as eleições, na forma do artigo 35º este designará a Comissão de Eleição, que será composta de três membros e se instalará imediatamente para recolher votos e proceder a apuração dos mesmos.

parágrafo único - é vedada a nomeação, para a Comissão de Eleição, do membro que fizer parte de qualquer chapa, incluindo-se o presidente da associação, nos casos de sua candidatura a reeleição.

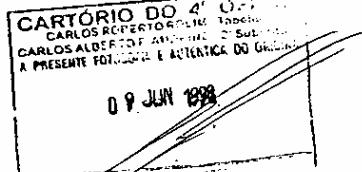
Art. 37º - Publicado o edital estatuído no artigo 34º, os interessados formarão as chapas concorrentes e as registraro na secretaria da associação, no prazo mínimo de oito dias, após o que poderão as cédulas serem elaboradas e padronizadas. parágrafo único - a padronização das cédulas de votação será feita em acordo entre o presidente da associação e os presidentes da chapa concorrentes.

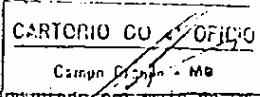
Art. 38º - Recebidos, apurados e contados os votos, o presidente da Comissão de Eleição fará a proclamação solene dos eleitos.

Art. 39º - O presidente da Comissão de Eleição nomeará, dentre os membros da Comissão que preside, um que servirá como procurador e que no enunciado do estatuto a alí que devem estar assinado pelo presidente, pelos componentes das chapas concorrentes e por todos aqueles que desejarem.

Art. 40º - É vedada o registro das chapas as quais contenham nomes de associados que não estejam no gozo de todos os seus direitos.

Art. 41º - É vedada a eleição do mesmo associado para o mesmo cargo mais de duas vezes consecutivas.





parágrafo único - fica também vedada a eleição do mesmo diretor, permanente de quatro vezes consecutivas, mesmo para cargos diferentes.

Art. 42º - Os eleitos na forma do presente estatuto tomarão posse em data designada pelas diretorias reinante e iniciante, em reunião conjunta.

parágrafo 1º - estará no exercício pleno de suas funções, no trigésimo dia a contar das eleições, a diretoria iniciante, em caso de impasse quanto à data de sua posse.

parágrafo 2º - os impasses serão resolvidos pelos associados em Assembléia, caso não sejam resolvidos, proceder-se-ão as deliberações em juízo.

parágrafo 3º - a disposição do parágrafo 1º deste artigo, aplica-se também ao Conselho Fiscal deliberativo.

Art. 44º - Perderá o mandato qualquer dos eleitos que:

- 1) não tomar posse na forma do artigo 42º;
- 2) incorre nos dispositivos do artigo 30º e sua parágrafos;
- 3) deixar de ser associado na associação ou Centro Comunitário da Favela a qual residia;
- 4) deixar de residir na favela.

Art. 45º - A vacância do cargo da diretoria ou de qualquer organismo da associação, será declarada em reunião especialmente convocada para este fim, como o Conselho Fiscal, Deliberativo e outros.

parágrafo único - quando a vacância, assumirá o substituto legal, não havendo, proceder-se-á a eleição, em reunião convocada, conforme o "cupim" do presente artigo e os demais que regulamentam as eleições.

Art. 46º - quando qualquer dos membros eleitos para qualquer cargo perder e/ou deixar de exercer o seu mandato, antes de um terço (1/3) do mesmo, a eleição para o seu substituto far-se-á em Assembléia Geral Extra-ordinária convocada com o mínimo de dez dias de antecedência e dirigida nos moldes do artigo 35º e 36º deste estatuto.

Art. 47º - A perda do mandato referida no artigo 44º, decorrerá de declaração de vacância feita na forma do artigo 45º, garantido ao interessado, pleno exercício do direito de defesa.

Art. 48º - O direito ao voto é exercido pessoalmente e no transcorrer da Assembléia votado o voto por representação.

CAPÍTULO IX

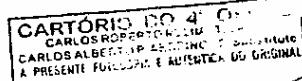
DAS SESSÕES

Art. 49º - A Diretoria da associação realizará sessões:

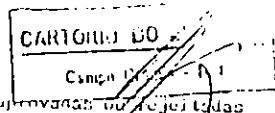
- 1) ordinárias;
- 2) extraordinária; e
- 3) solenes.

parágrafo único - executadas as solenes, as sessões constarão de:

- 1) leitura, discussão e aprovação da ata da sessão anterior;
- 2) leitura do expediente recebido e expedido;
- 3) discussão e votação da pauta do dia; e
- 4) assuntos diversos.



09 JUN 1998



Art. 50º - As matérias submetidas à apreciação serão aprovadas ou rejeitadas pelo voto de maioria simples.

Art. 51º - Os debates, discussões e votações das matérias obedecerão à ordem de inscrição.

parágrafo único - a inscrição a que alude o "caput" do presente artigo far-se-á junto ao primeiro secretário, que manterá registros próprios para convocação posterior, caso esse procedimento seja necessário.

Art. 52º - Regerá o funcionamento da diretoria o seu próprio Regimento Interno, por ela elaborado, registrado em ata e publicado para conhecimento de todos os interessados.

parágrafo único - a diretoria aprovará o seu Regimento Interno na primeira reunião ordinária após sua posse.

parágrafo 53º - Os cargos da Diretoria, dos Conselhos Fiscal e Deliberativo e demais da associação, não serão renumerados.

CAPÍTULO X

DO PATRIMÔNIO E RECURSOS

Art. 54º - Farão parte do patrimônio da entidade:

- a) - seus bens móveis e imóveis, e
- b) - reservas, contribuições, legados ou verbas especiais, donativos e subvenções.

Art. 55º - A alienação ou oneração de qualquer imóvel integrante do patrimônio da entidade, deverá ser aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada, mediante a deliberação prevista neste estatuto.

parágrafo único - o procedimento que alude o "caput", será também aplicado quando da liquidação da entidade, onde em Assembleia destinará a quem será doado seu patrimônio.

CAPÍTULO XI

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

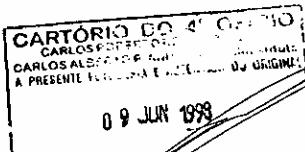
Art. 56º - O Centro Comunitário só será dissolvido por voto de cintenta por cento (80%) de seus associados, no gozo de seus direitos, em Assembleia Geral Extraordinária para este fim convocada.

parágrafo único - a convocação da Assembleia que se refere o "caput" será com antecedência mínima de trinta dias.

Art. 57º - O pessoal renumerado, considerado indispensável aos serviços criados pela associação, será admitido na forma deste Estatuto, fixado previamente seu número e salário pela Diretoria Executiva, que os atualizará periodicamente, conforme legislação vigente.

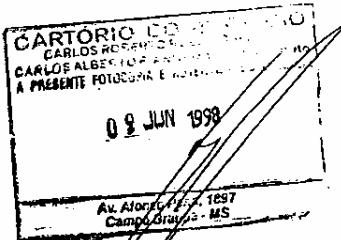
parágrafo único - as atribuições, tarefas ou funções do pessoal admitido, permanentemente ou por ordem de serviço assumida pelo secretário geral à ordem da Diretoria, que lhe introduzirá as modificações julgadas convenientes e necessárias.

Art. 58º - o presente estatuto só poderá ser alterado, substituído ou reformado, no todo ou em partes, por Assembleia Geral Extraordinária:



- a) - mediante proposta da Diretoria; e
 b) - o requerimento de quarenta por cento (40%) dos membros do quadro associativo.
- parágrafo 1º - o requerimento referido na letra "b", deste artigo, será sempre fundamentado e dirigido à Assembleia Geral Extraordinária.
- parágrafo 2º - qualquer alteração referida no "caput" do presente artigo será, antes de ser votada pela Assembleia Geral Extraordinária estudada por uma comissão composta de três associados para este fim nomeados pela Diretoria Executiva que emitirá parecer.
- parágrafo 3º - sob nenhuma hipótese será discutida proposta de reforma do presente estatuto, que vise alterar os objetivos reais da luta de organização das favelas.
- Art. 59º - O presente estatuto entrará em vigor na data de sua publicação.

MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, 15 de Nov. 87



ANEXO - B

**CLUBE DE MÃES DOS MORADORES DO JARDIM SAYONARA
ESTATUTO SOCIAL**

CAPÍTULO I – DA DENOMINAÇÃO, SEDE E OBJETIVOS.

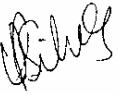
ART. 1º - O CLUBE DE MÃES DOS MORADORES JARDIM SAYONARA, CONSTITUÍDA EM 23 DE FEVEREIRO DE 1.988, INSCRITA NO CADASTRO DA RECEITA FEDERAL SOB Nº 16.035958/0001-58, COM O ENDEREÇO PROVISÓRIO A RUA JOSÉ PALHANO Nº 48 – JARDIM SAYONARA, COM REGISTRO DO SEU ESTATUTO SOCIAL ANTERIOR NO LIVRO A-13 SOB O NÚMERO DE ORDEM 3.389 EM 23/02/88. CONSIDERADA DE UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL LEI 3.499 DE 08/06/1.998, É UMA SOCIEDADE CIVIL DE DIREITO PRIVADO, SEM FINS ECONÔMICOS E DE ÂMBITO LOCAL, DE DURAÇÃO INDETERMINADA, COMPOSTA DE NÚMERO ILIMITADO DE ASSOCIADAS, SEM QUAISQUER DISTINÇÕES DE CRENÇA, RAÇA, OPÇÃO SEXUAL OU CATEGORIA SOCIAL, CONSTITUÍDA COM O OBJETIVO DE LUTAR E DEFENDER O ACESSO IGUALITÁRIO DAS MULHERES AOS PODERES ECONÔMICOS, POLÍTICO E PESSOAL, DESENVOLVENDO E APOIANDO PROJETOS E AÇÕES QUE RESULTEM NA MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DA MULHER, BEM COMO FORTALECER, PROMOVER E INTEGRAR AS ASSOCIADAS, DESPERTANDO NAS MESMAS A AÇÃO COLETIVA, BEM COMO PRESTAR SERVIÇOS NAS ÁREAS EM QUE A COMUNIDADE ACHAR NECESSÁRIA. DA QUAL CUIDA O PRESENTE ESTATUTO, OBEDECENDO AO NOVO CÓDIGO CIVIL (LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2.002, ARTIGOS 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60 E 61.

CAPÍTULO II – FORO JURÍDICO, ÁREA DE ATUAÇÃO, FINALIDADE E DURAÇÃO.

ART. 02º - O CLUBE DE MÃES DOS MORADORES JARDIM SAYONARA, TERÁ COMO FORO JURÍDICO A CIDADE DE CAMPO GRANDE/MS, E ÁREA DE ATUAÇÃO NO JARDIM SAYONARA, PORÉM COM CAPACIDADE DE REPRESENTAÇÃO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL.

ART. 03º - O CLUBE DE MÃES DOS MORADORES JARDIM SAYONARA TEM COMO FINALIDADE:

- A) – ASSEGURAR A IGUALDADE E ACESSO DAS MULHERES AOS RECURSOS ECONÔMICOS, INCLUINDO TERRAS, CRÉDITO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA, TREINAMENTO VOCACIONAL E QUALIFICAÇÃO, COMUNICAÇÃO E MERCADOS, COMO MEIO DE AMPLIAR O PROGRESSO E CAPACITAÇÃO DAS MULHERES, INCLUINDO O MELHORAMENTO DE SUA CAPACIDADE EM USUFLUIR DOS BENEFÍCIOS DE RECURSOS ADVINDOS ATRAVÉS DE PARCERIAS PÔR MEIO DA COOPERAÇÃO MUNICIPAL, ESTADUAL, FEDERAL, INTERNACIONAL E ONG'S.
- B) – ASSEGURAR IGUALDADE DE ACESSO E TRATAMENTO A HOMENS E MULHERES A EDUCAÇÃO E PREVENÇÕES DE SAÚDE QUE OS BENEFICIEM, NO CAMPO SEXUAL E REPRODUTIVO.
- C) – TRABALHAR PARA O DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL DA COMUNIDADE, BUSCANDO PARCERIAS E PATROCÍNIOS DE EMPRESAS PRIVADAS, FUNDAÇÕES, COOPERATIVAS, ONG'S NACIONAIS E INTERNACIONAIS E ÓRGÃOS PÚBLICOS SEJAM: MUNICIPAIS, ESTADUAIS OU FEDERAIS;
- D) – LUTAR PELO DESENVOLVIMENTO SOCIAL QUE LEVE EM CONTA O MELHORAMENTO DA CAPACIDADE DOS MENOS FAVORECIDOS, EM ESPECIAL AS MULHERES QUE VIVEM NA CARÊNCIA, BUSCANDO JUNTO AOS ÓRGÃOS PÚBLICOS O DESENVOLVIMENTO DA JUSTIÇA SOCIAL E UM CRESCIMENTO ECONÔMICO CONTINUO DE AMPLAS AS BASES,
- E) – PROMOVER CURSOS EM REGIME ABERTO E ACESSÍVEL A TODOS OS QUE SE INTERESSAM A CAPACITAR-SE EM ÁREAS: CULTURAIS, PROFISSIONAIS, ESPORTIVAS E SOCIAIS, VISANDO ENVOLVER E INTEGRAR O SER HUMANO NA SOCIEDADE;


 Valdir Roberto da Silva
 Advogado
 OAB/MS 8930

- F) – LUTAR PELA EMANCIPAÇÃO E VALORIZAÇÃO DA MULHER, PREVENINDO E DEBATENDO DURAMENTE TODAS AS FORMAS DE VIOLENCIA CONTRA AS MULHERES E MENINAS EM TODOS OS NÍVEIS DA IDADE;
- G) – CONTRIBUIR PARA MELHORES CONDIÇÕES DE VIDA DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA EDUCAÇÃO, SAÚDE E CAPACITAÇÃO;
- H) – PROMOVER MEDIDAS QUE ASSEGUREM UMA MELHOR QUALIDADE DE VIDA DA MULHER EM TODAS AS ETAPAS DE SUA VIDA, ESPECIALMENTE NA TERCEIRA IDADE.

ART. 4º - O CLUBE DE MÃES DOS MORADORES JARDIM SAYONARA TERÁ TEMPO DE DURAÇÃO INDETERMINADO E SOMENTE PODERÁ SER DISSOLVIDA QUANDO NÃO ESTIVEREM CORRESPONDENDO OS SEUS OBJETIVOS E FINALIDADES.

ART. 5º - A FIM DE AMPLIAR AS SUAS FINALIDADES, O CLUBE DE MÃES DOS MORADORES JARDIM SAYONARA SE ORGANIZARÁ EM TANTAS UNIDADES DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS (COORDENAÇÃO, DIRETORIAS, NÚCLEOS E OUTROS) QUANTOS SE FIZEREM NECESSÁRIOS, OS QUAIS SE REGERÃO PELO REGIMENTO INTERNO, APROVADO PELA ASSEMBLÉIA GERAL QUE DISCIPLINARA O SEU FUNCIONAMENTO.

CAPÍTULO III – DAS SÓCIAS, DIREITOS E DEVERES;

ART. 6º - SÃO CONSIDERADAS SÓCIAS TODAS AQUELAS QUE, SEM IMPEDIMENTOS LEGAIS, FOREM ADMITIDAS COMO TAIS, MEDIANTE O PREENCHIMENTO DE FORMULÁRIO PRÓPRIO, E QUE SEJAM APROVADOS PELA DIRETORIA EXECUTIVA DO CLUBE DE MÃES DOS MORADORES DO JARDIM SAYONARA, E MANTENHAM FIEL OBEDIÊNCIA A ESTE ESTATUTO E DELIBERAÇÕES DA ASSEMBLÉIA GERAL.

PARÁGRAFO 1º - AS MÃES ABAIXO DE (16) DEZESSEIS ANOS PODERÃO ASSOCIAR-SE APÓS COMPROVAR ATRAVÉS DE DOCUMENTO A SUA MATERNIDADE, SENDO ASSISTIDA PELO CLUBE DE MÃES, MÁS NÃO PODERÁ VOTAR E NEM SER VOTADA.

PARÁGRAFO 2º - O CLUBE DE MÃES DOS MORADORES DO JARDIM SAYONARA É CONSTITUÍDA DE NÚMEROS ILIMITADOS DE SÓCIAS MAIORES DE 16 ANOS, MORADORAS DO JARDIM SAYONARA NO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE/MS, DISTRIBUÍDAS NAS SEGUINTE CATEGORIAS: (SÓCIAS: FUNDADORAS, SÓCIAS NATURAIS, SÓCIAS ADMITIDAS, CONTRIBUINTES E BENEMÉRITAS).

PARÁGRAFO 3º- SERÁ FUNDADORA AQUELA QUE ASSINAR A ATA DE FUNDAÇÃO DO CLUBE DE MÃES DOS MORADORES DO JARDIM SAYONARA.

PARÁGRAFO 4º - SÓCIAS NATURAIS: TODAS AS MORADORAS PROPRIETÁRIAS E RESIDENTES NA ÁREA DE JURISDIÇÃO DO JARDIM SAYONARA.

PARÁGRAFO 5º - SÓCIAS ADMITIDAS: TODAS AS PROPRIETÁRIAS DE IMÓVEIS SITUADOS NA ÁREA DE JURISDIÇÃO, QUE EXERÇAM OU NÃO ATIVIDADE EVENTUAL NOS IMÓVEIS, BEM COMO MORADORES QUE RESIDEM NA ÁREA DE JURISDIÇÃO NA CONDIÇÃO DE INQUILINO;

PARÁGRAFO 6º- BENEMÉRITA É AQUELA QUE TEM RELEVANTES SERVIÇOS PRESTADOS, OU POR DONATIVOS E COLABORAÇÃO AVULTADAS DOADAS AO CLUBE. A SÓCIA BENEMÉRITA RECEBERÁ DO CLUBE DE MÃES DOS MORADORES DO JARDIM SAYONARA UM DIPLOMA QUE DEMONSTRA A GRATIDÃO E RESPEITO POR SUAS AÇÕES.

PARÁGRAFO 7º- AS SÓCIAS DO CLUBE DE MÃES DOS MORADORES DO JARDIM SAYONARA NÃO RESPONDAM SUBSIDIARIAMENTE PELAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS E DE ORDEM FINANCEIRA ASSUMIDAS PELA DIRETORIA EXECUTIVA DO CLUBE DE MÃES, MÁS

2
Fábio
Assinado da Silva
Advogado
MS 8930

INDENIZARÁ A MESMA PÔR PREJUÍZOS CAUSADOS OU QUE VIER A SOFRER POR SUA CULPA..

ART. 07º - SÃO DIREITOS DAS SÓCIAS:

- A) - VOTAR (ACIMA DE 16 ANOS) E SER VOTADA (ACIMA DE 18 ANOS) NA CONDIÇÃO DE SÓCIA NATURAL, ASSIM COMO PARTICIPAR DAS ASSEMBLÉIAS GERAIS E SERÃO REPRESENTADAS NO CLUBE DE MÃES DOS MORADORES DO JARDIM SAYONARA, PÔR SUA DIRETORIA CABENDO A PRESIDENTE EM TODAS AS OCASIÕES REPRESENTÁ-LAS;
- B) - BENEFICIAR-SE DOS SERVIÇOS, QUE O CLUBE DE MÃES DOS MORADORES DO JARDIM SAYONARA ESTIVER PRESTANDO NAS CONDIÇÕES PÔR ELA ESTABELECIDAS E QUE CORRESPONDAM AS NORMAS ESTATUTÁRIAS;
- C) - DESLIGAR-SE DO QUADRO SOCIAL QUANDO ACHAR NECESSÁRIO.
- D) - APRESENTAR NOVAS CANDIDATAS A SÓCIAS PARA APROVAÇÃO DA DIRETORIA.
- E) - CONVOCAR A ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA ATRAVÉS DE REQUERIMENTO COM O MÍNIMO DE 10% DE ASSINATURAS DAS ASSOCIADAS EM PLENO GOZO DE SEUS DIREITOS ESTATUTÁRIOS, QUANDO OS JULGAR PREJUDICIAIS AOS INTERESSES DO CLUBE DE MÃES DOS MORADORES DO JARDIM SAYONARA, COMUNIDADE OU A SI PRÓPRIA;
- F) - REQUERER INFORMAÇÕES SOBRE AS ATIVIDADES DA ENTIDADE ASSIM COMO OS RELATÓRIOS.

ART. 08º - SÃO DEVERES DAS SÓCIAS:

- A) - OBEDECER AS DISPOSIÇÕES DO ESTATUTO E O REGIMENTO INTERNO DO CLUBE DE MÃES DOS MORADORES DO JARDIM SAYONARA;
- B) - PAGAR DENTRO DO PRAZO PREVISTO AS MENSALIDADES E/OU A TAXA FIXADA PELO CLUBE DE MÃES, SE ASSIM FOR ESTABELECIDO E APROVADO EM ASSEMBLÉIA GERAL;
- C) - PROTEGER O BOM NOME DA ASSOCIAÇÃO E ZELAR PELO PATRIMÔNIO.
- D) - COOPERAR COM TODAS AS ATIVIDADES QUE VISEM A CONSECUÇÃO DOS OBJETIVOS DOS QUAIS O CLUBE DE MÃES SE PROPÔE;
- E) - APRESENTAR AOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO QUALQUER IRREGULARIDADE CONSTATADA.
- F) - ACATAR AS DELIBERAÇÕES DAS ASSEMBLÉIAS GERAIS E DA DIRETORIA.

ART. 09º - SERÃO EXCLUÍDAS DO QUADRO SOCIAL:

- A) - MEDIANTE SOLICITAÇÃO PÔR ESCRITO.
- B) - AQUELES QUE PREJUDICAREM O BOM NOME DO CLUBE DE MÃES, EM VIRTUDE DO DESCUMPRIMENTO DAS DISPOSIÇÕES ESTATUTÁRIAS, ASSIM COMO, A PRÁTICA DE ATOS LESIVOS AOS INTERESSES E OBJETIVOS DA ASSOCIAÇÃO.
- C) - PÔR FALECIMENTO.
- D) - PELA MUDANÇA DO JARDIM SAYONARA.
- E) - AS ASSOCIADAS QUE SE DESLIGAREM DO QUADRO SOCIAL NA FORMA DO ITEM (A), PODERÁ SER READMITIDA, MEDIANTE APROVAÇÃO DA DIRETORIA.

CAPÍTULO IV
DAS COMPETÊNCIAS E ESTRUTURAS DOS ÓRGÃOS QUE ADMINISTRAM A ENTIDADE.

ART. 10º - O CLUBE DE MÃES DOS MORADORES DO JARDIM SAYONARA EXERCERÁ SUAS FUNÇÕES ATRAVÉS DOS SEGUINTE ÓRGÃOS:

I - ASSEMBLÉIA GERAL.



3
Adolfo da Silva
OAB/MS 8930

II - DIRETORIA EXECUTIVA.
 III - CONSELHO FISCAL.

ART. 11º - A ASSEMBLÉIA GERAL É O ÓRGÃO MÁXIMO DO CLUBE DE MÃES E REUNIR-SE-Á ORDINARIAMENTE OU EXTRAORDINARIAMENTE COM TODAS AS ASSOCIADAS NO PLENO GOZO DE SEUS DIREITOS E QUITES COM SUAS OBRIGAÇÕES ESTATUTÁRIA TENDO COMO FACULDADE DE RESOLVER DENTRO DA LEI E DOS DISPOSITIVOS ESTATUTÁRIOS, TODOS OS PROBLEMAS CONCERNENTE ÁS ATIVIDADES E FINS DO CLUBE DE MÃES.

ART. 12º - A DIRETORIA EXECUTIVA É O ÓRGÃO DE EXECUÇÃO DAS DECISÕES DA ASSEMBLÉIA, E É COMPOSTA DE:

- I - PRESIDENTE,
- II - VICE - PRESIDENTE;
- III - 1^ª E 2^ª SECRETÁRIA.
- IV - 1^ª E 2^ª TESOUREIRA.

ART. 13º - O CONSELHO FISCAL É RESPONSÁVEL PELA FISCALIZAÇÃO DOS ATOS DA DIRETORIA EXECUTIVA EM TODOS OS ÂMBITOS E É COMPOSTA PÓR TRÊS MEMBROS EFETIVOS (PRESIDENTA, SECRETÁRIA E RELATORA) E TRÊS SUPLENTES E TEM O MANDATO IGUAL AO DA DIRETORIA EXECUTIVA.

ART. 14º - A ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA REALIZAR-SE-Á UMA VEZ AO ANO, CONFORME EDITAL DE CONVOCAÇÃO.

ART. 15º - COMPETE A ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DELIBERAR SOBRE.

- A) - PRESTAÇÃO DE CONTAS DA GESTÃO FINANCEIRA E/OU DE ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO ANO ANTERIOR.
- B) - PARECER DO CONSELHO FISCAL.
- C) - PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA DA RECEITA E DESPESAS DO CLUBE DE MÃES E PLANEJAMENTO DE ATIVIDADES PARA O ANO EM EXERCÍCIO.
- D) - ELEIÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA, CONSELHO FISCAL E OS RESPECTIVO SUPLENTES.
- E) - OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE DO CLUBE DE MÃES E/OU DA COMUNIDADE.

ART. 16º - A ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA SERÁ CONVOCADA EM QUALQUER OCASIÃO PELA DIRETORIA, PELO CONSELHO FISCAL OU PELAS ASSOCIADAS ATRAVÉS DE REQUERIMENTO COM NO MÍNIMO DE 10% DAS MESMAS, EM PLENO GOZO DE SEUS DIREITOS ESTATUTÁRIOS SENDO A MESMA CONVOCADA COM ANTECEDÊNCIA DE (15) QUINZE DIAS, MEDIANTE COMUNICADO AS ASSOCIADAS.

ART. 17º - COMPETE A ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, E MEDIANTE A APROVAÇÃO DE 50% MAIS UM DAS SÓCIAS PRESENTES PARA DELIBERAR SOBRE.

- A) - DESTITUIÇÃO DE QUALQUER MEMBRO DA DIRETORIA E CONSELHO FISCAL.
- B) - EXTINÇÃO DO CLUBE DE MÃES DOS MORADORES DO JARDIM SAYONARA;
- C) - DECIDIR SOBRE A CONVENIÊNCIA DE ALIENAR, TRANSIGIR, HIPOTECAR OU PERMUTAR OS BENS PATRIMONIAIS;
- D) - QUALQUER ASSUNTO DE INTERESSE DO QUADRO SOCIAL E/OU DA COMUNIDADE.

ART. 18º - A REFORMA DO ESTATUTO, PODERÁ SER FEITO EM QUALQUER MOMENTO, PODENDO SER DEFINIDA EM ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA OU EXTRAORDINÁRIA.

ART. 19º - AS ASSEMBLÉIAS GERAIS REALIZAR-SE-ÃO EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO COM 2/3 DAS SÓCIAS, EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO A SER REALIZADA QUINZE MINUTOS APÓS A PRIMEIRA, COM QUALQUER NUMEROS DE PRESENTES.



Adelmo da Silva
 Advogado
 OAB/MS 8530

ART. 20º - COMPETE A DIRETORIA EXECUTIVA DECIDIR COLETIVAMENTE SOBRE:

- A) - ADMINISTRAR A ENTIDADE DENTRO DAS LEIS ESTATUTÁRIAS E DO REGIMENTO INTERNO, TOMANDO AS MEDIDAS NECESSÁRIAS;
- B) - CUMPRIR E FAZER CUMPRIR O PRESENTE ESTATUTO, O REGIMENTO INTERNO E AS DELIBERAÇÕES DAS ASSEMBLÉIAS GERAIS, ORDINÁRIAS E EXTRAORDINÁRIAS;
- C) - ADMITIR OU RECUSAR CANDIDATAS A SÓCIAS, E PROPOR EXCLUSÃO DE SÓCIAS QUE COMETEREM FALTAS GRAVES.
- D) - ELABORAR O REGIMENTO INTERNO DO CLUBE DE MÃES DOS MORADORES DO JARDIM SAYONARA, SUBMETENDO-O A APRECIAÇÃO DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA.
- E) - ELABORAR AS PROPOSTAS DE DEFESAS EXTRAORDINÁRIAS SUBMETENDO-AS À APROVAÇÃO DO CONSELHO FISCAL E DA ASSEMBLÉIA GERAL.
- F) - REUNIR-SE BIMESTRALMENTE COM OS MEMBROS DA DIRETORIA PARA APRESENTAR, DISCUTIR E ELABORAR PROPOSTA DE TRABALHOS.
- G) - RESOLVER OS CASOS OMISSOS NESTE ESTATUTO E PROPOR À ASSEMBLÉIA GERAL MODIFICAÇÃO QUE JULGAREM NECESSÁRIAS.

PARÁGRAFO 1º - TODOS OS MEMBROS DA DIRETORIA EXECUTIVA, CONSELHO FISCAL OU DIRETORIA DE DEPARTAMENTOS NÃO PODEM EM NOME DO CLUBE DE MÃES FAZER USO DA MESMA PARA FINS DE BENEFÍCIOS PRÓPRIOS EM NENHUMA HIPÓTESE.

PARÁGRAFO 3º - O CLUBE DE MÃES DOS MORADORES JARDIM SAYONARA NÃO REMUNERA OS MEMBROS DE SUA DIRETORIA EXECUTIVA, CONSELHO FISCAL OU AUXILIAR, NÃO DISTRIBUI LUCROS, VANTAGENS OU BONIFICAÇÕES AOS DIRIGENTES, ASSOCIADAS OU MANTENEDORA SOB NENHUMA ESPECIE;

PARÁGRAFO 4º - O CLUBE DE MÃES DOS MORADORES DO JARDIM SAYONARA, NÃO RESPONDERÁ PELAS OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS CONTRAÍDAS PELAS ASSOCIADAS.

ART. 21º - COMPETE A PRESIDENTE DA DIRETORIA EXECUTIVA;

- A) - REPRESENTAR O CLUBE DE MÃES EM TODOS OS ATOS OFICIAIS, ADMINISTRATIVOS E JUDICIAIS, SENDO SUBSTITUÍDA PELA VICE-PRESIDENTE OU NOMEAR UM MEMBRO DA DIRETORIA PARA REPRESENTÁ-LA;
- B) - CONVOCAR E PRESIDIR AS SESSÕES DA DIRETORIA E ASSEMBLÉIA GERAL;
- C) - AUTORIZAR O PAGAMENTO DAS DESPESAS PREVISTAS E/OU APROVADAS PELA DIRETORIA;
- D) - ASSINAR JUNTO A TESOUREIRA TODAS AS OPERAÇÕES FINANCEIRAS.
- E) - SOLUCIONAR OS CASOS DE URGÊNCIAS, SUBMETENDO-AS A APRECIAÇÃO DA DIRETORIA;
- F) - CUMPRIR E FAZER CUMPRIR O PRESENTE ESTATUTO;
- G) - ZELAR PELOS INTERESSES DO CLUBE DE MÃES DOS MORADORES JARDIM SAYONARA.;

PARÁGRAFO 01 - A VICE-PRESIDENTE COMPETE:

- A) - SUBSTITUIR A PRESIDENTE EM SEU IMPEDIMENTO E ASSESSORÁ-LA EM TODAS AS ATIVIDADES.
- B) - PARTICIPAR DIRETAMENTE EM TODAS AS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO CLUBE DE MÃES DOS MORADORES JARDIM SAYONARA.

ART. 22º - COMPETE A PRIMEIRA SECRETÁRIA:

- A) - ORGANIZAR E MANTER SOB A SUA GUARDA OS ARQUIVOS E DOCUMENTOS DO CLUBE DE MÃES DOS MORADORES JARDIM SAYONARA;



Valdir Lacerda da Silveira
Advogado
OAB / MS 8930

- B) - REDIGIR ATOS, CORRESPONDÊNCIAS E OUTROS DOCUMENTOS DE SUA COMPETÊNCIA, ASSIM COMO, REDIGIR TODAS AS NOTÍCIAS DAS ATIVIDADES DO CLUBE DE MÃES;
- C) - SECRETARIAR AS REUNIÕES DE DIRETORIAS E ASSEMBLÉIAS GERAIS LAVRANDO AS RESPECTIVAS ATAS;
- D) - FAZER FILIAÇÕES DE NOVAS ASSOCIADAS RESPEITANDO AS LEIS ESTATUTÁRIAS;
- E) - SUBSTITUIR A PRESIDENTE OU A VICE - PRESIDENTE EM SUA FALTA OU IMPEDIMENTO LEGAL.

PARÁGRAFO 01 - COMPETE A SEGUNDA SECRETÁRIA ASSESSORAR EM TODAS ATIVIDADES E REPONSABILIDADE DA SECRETARIA E SUBSTITUI-LA EM SUA AUSÊNCIA OU IMPEDIMENTO LEGAL.

ART. 23º - COMPETE A PRIMEIRA TESOUREIRA:

- A) - MANTER SOB A SUA GUARDA E RESPONSABILIDADE O PATRIMÔNIO DA ENTIDADE;
- B) - ARRECADAR E CONTABILIZAR AS CONTRIBUIÇÕES DAS ASSOCIADAS, RENDAS, AUXILIOS, DONATIVOS E CONVÊNIOS, MANTENDO EM DIA AS ESCRITURAÇÕES.
- C) APRESENTAR A DIRETORIA E CONSELHO FISCAL SEMESTRALMENTE OS BALANÇETES DE RECEITA E DESPESAS;
- D) - ASSINAR EM CONJUNTO COM A PRESIDENTE, DOCUMENTOS REFERENTES A MOVIMENTOS FINANCEIROS, ASSIM COMO: PAGAR CONTAS AUTORIZADAS PELA PRESIDENTE;
- E) - ELABORAR BALANÇETE ANUAL E INVENTÁRIOS DE PATRIMÔNIOS PARA O BALANÇO DO CLUBE DE MÃES DOS MORADORES DO JARDIM SAYONARA;

PARÁGRAFO 01 - COMPETE A SEGUNDA TESOUREIRA, ASSESSORAR EM TODAS AS ATIVIDADES E REPONSABILIDADE DA TESOURARIA E SUBSTITUI-LA EM SUA FALTA OU IMPEDIMENTO LEGAL.

ART. 24º - COMPETE AS SUPLENTES DA DIRETORIA EXECUTIVA:

- A) SUBSTITUIR A VICE-PRESIDENTE; 2º SECRETÁRIA, 2º TESOUREIRAS OU COORDENADORAS EM SUA FALTA OU IMPEDIMENTO LEGAL, NA ORDEM DE SUPLÊNCIA.
- B) - O NÚMERO DE SUPLENTES DA DIRETORIA EXECUTIVA DEVE SER IGUAL AO NÚMERO DE CARGOS EFETIVOS.

ART. 25º - COMPETE AO CONSELHO FISCAL:

- A) - EXAMINAR AS CONTABILIDADES DO CLUBE DE MÃES, DANDO O SEU PARECER NOS BALANÇETES E RELATÓRIOS DE ATIVIDADES.
- B) - EXAMINAR LIVROS, DOCUMENTOS, CORRESPONDÊNCIAS EM FAZER INQUÉRITOS.
- C) - APROVAR DESPESAS EXTRAORDINÁRIAS, EM CASO DE URGÊNCIAS, E QUE NÃO POSSAM AGUARDAR A REALIZAÇÃO DE ASSEMBLÉIA;
- D) - CONVOCAR A ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA E DOS MEMBROS DO CONSELHO.
- E) - FISCALIZAR AS ATIVIDADES DA DIRETORIA EM TODAS AS SUAS AÇÕES, BEM COMO OPINAR SOBRE A AQUISIÇÃO E ALIENAÇÃO DE BENS CONVÊNIOS, TAXAS, DOAÇÕES E OUTROS.

ART. 26º - O CONSELHO FISCAL REUNIR-SE-Á, ORDINARIAMENTE A CADA BIMESTRE, EXTRAORDINARIAMENTE SEMPRE QUE FOR NECESSÁRIA.

ART. 27º - AS DIRETORAS DE DEPARTAMENTOS SERÃO INDICADAS PELA DIRETORIA EXECUTIVA, CABENDO A ELAS NO EXERCÍCIO DE SUAS FUNÇÕES;

- A) - ELABORAR O PLANO DE AÇÃO DE SEU DEPARTAMENTO, E SUBMETE-LA A APRECIAÇÃO DA DIRETORIA;

(Assinatura)

6
Lucas Cândido da Silva
Advogado
OAB/MS 8930

- B) – RESPONSABILIZAR-SE PELA ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS E COMPETIÇÕES QUE REPRESENTEM A SUA COMUNIDADE A NÍVEL MUNICIPAL REGIONAL, INTERESTADUAL, QUANDO ESTIVER AO SEU ALCANCE.
- C) – FORMAR A SUA EQUIPE DE APOIO, QUE IRÁ SERVIR DE SUPORTE PARA A REALIZAÇÃO DOS TRABALHOS E EVENTOS A SEREM DESENVOLVIDOS.

ART. 28º O CLUBE DE MÃES DOS MORADORES DO JARDIM SAYONARA CONSTARÁ DE 08 (OITO) DEPARTAMENTOS, QUAIS SEJAM:

- A. DEPARTAMENTO CULTURAL
- B. DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER
- C. DEPARTAMENTO JURÍDICO
- D. DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO SOCIAL E ASSUNTOS COMUNITÁRIOS;
- E. DEPARTAMENTO DE SAÚDE.
- F. DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E IMPRENSA,
- G. DEPARTAMENTO DA TERCEIRA IDADE;
- H. DEPARTAMENTO SEGURANÇA E TRANSPORTES.

PARÁGRAFO ÚNICO – A CRIAÇÃO DE NOVOS DEPARTAMENTOS POR PARTE DA DIRETORIA EXECUTIVA, TERÁ QUE SER, OBRIGATORIAMENTE, APROVADO PELO REFERENDUM DA ASSEMBLÉIA GERAL.

CAPÍTULO V – DAS ELEIÇÕES E MANDATO.

ART. 29º - A CONVOCAÇÃO PARA ELEIÇÃO DA NOVA DIRETORIA E POSSE, DEVE SER FEITA COM (30) TRINTA DIAS DE ANTECEDÊNCIA, ATRAVÉS DE EDITAL DE CONVOCAÇÃO;

- A) – OS EDITAIS PARA ASSEMBLÉIA REFERENTE À ELEIÇÃO, POSSE, REFORMA DE ESTATUTO, OU DE INTERESSE JURÍDICO, DEVE SER PUBLICADO NOS ÓRGÃOS DE IMPRENSA DE CIRCULAÇÃO NO MUNICÍPIO, COM OS ASSUNTOS A SEREM DELIBERADOS, CUIAS CÓPIAS DEVERÃO SER AFIXADAS EM PONTOS FACILITEM A SUA DIVULGAÇÃO;
- B) – OS EDITAIS DEVEM DIA, HORA, LOCAL E DEVE CONSTAR PRAZO DE INSCRIÇÕES DE CHAPAS COM 10 DIAS ANTES DO PLEITO;
- C) – QUANDO HOUVER MAIS DE UMA CHAPA CONCORRENDO, O NÚMERO SERÁ DE ACORDO COM A ENTRADA DE REGISTRO DA CHAPA;
- D) – DEVE SER FEITA UMA COMISSÃO ELEITORAL, COMPOSTA (PRESIDENTE, SECRETÁRIA E DOIS MEMBROS) PARA O PLEITO ELEITORAL SENDO QUE OS MESMOS, NÃO PODERÃO PERTENCER A NENHUMA CHAPA.

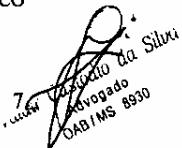
ART. 30º - A VOTAÇÃO SERÁ FEITA POR SUFRÁGIO DIRETO E SECRETO EM DIA, LOCAL PRÉ-ESTABELECIDO DE ACORDO COM ESTE ESTATUTO.

ART. 31º - A VOTAÇÃO SERÁ SIMBÓLICA OU NOMINAL, QUANDO HOUVER SOMENTE UMA CHAPA INSCRITA.

ART. 32º - A RELAÇÃO DE VOTANTES SERÁ COMPOSTA PELA LISTAGEM GERAL DAS ASSOCIADAS, E AQUELAS QUE NÃO SE ENCONTRAREM NA RELAÇÃO PREVIAMENTE FEITA PELA DIRETORIA EXECUTIVA EM EXERCÍCIO, PODERÁ VOTAR APÓS COMPROVAR A SUA CONDIÇÃO, CONFORME PREVISTO NESTE ESTATUTO.

PARÁGRAFO ÚNICO – EM CASO DE NÃO SER POSSÍVEL O DISPOSITIVO ACIMA, A COMISSÃO ELEITORAL JUNTAMENTE COM AS CHAPAS CONCORRENTES EM REGIMENTO INTERNO PARA ELEIÇÃO ESCOLHERÁ UM OUTRO QUE OFEREÇA SEGURANÇA E QUE SEJA PRÁTICO NO SEU DESENVOLVIMENTO.




7. José Geraldo da Silveira
Advogado
DAB/MS 8930

ART. 33º - O MANDATO DA DIRETORIA SERÁ DE (04) QUATRO ANOS, A CONTAR DO DIA DA POSSE DA DIRETORIA.

ART. 34º PERDERÁ O CARGO, QUALQUER DOS MEMBROS DA DIRETORIA EXECUTIVA OU DO CONSELHO FISCAL QUE:

- A. FALTAR SEM JUSTIFICATIVA A (03) REUNIÕES CONSECUTIVAS OU 05 (CINCO) ALTERNADAS;
- B. DESEMPENHAR COM INEFICIÊNCIA AS ATRIBUIÇÕES DE SEU CARGO;
- C. DEIXAR DE RESIDIR NO JARDIM SAYONARA;
- D. PRATICAR ATOS LESIVOS AO BOM NOME DO CLUBE DE MÃES DOS MORADORES DO JD. SAYONARA

PARÁGRAFO ÚNICO - A DECISÃO DA ASSEMBLÉIA GERAL QUE DECRETAR A PERDA DE MANDATO DE ALGUM MEMBRO DA DIRETORIA EXECUTIVA OU DO CONSELHO FISCAL É IRRECORRÍVEL.

ART. 35º - NO CASO DE AFASTAMENTO DEFINITIVO POR MORTE, RENÚNCIA OU PERDA DO CARGO DE ALGUM MEMBRO DA DIRETORIA EXECUTIVA OU CONSELHO FISCAL DO CLUBE DE MÃES DOS MORADORES DO JARDIM SAYONARA, A VAGA SERÁ PREENCHIDA AUTOMÁTICAMENTE, OBEDECENDO À ESCALA HIERÁRQUICA DO PRESENTE ESTATUTO, EXCETO OS DE DEPARTAMENTOS.

ART. 36 - EM CASO DE RENÚNCIA COLETIVA DA DIRETORIA EXECUTIVA DA ASSOCIAÇÃO, A PRESIDENTE DO CONSELHO FISCAL, OU UM DE SEUS MEMBROS, IMEDIATAMENTE PODERÁ CONVOCAR A ASSEMBLÉIA GERAL, PARA PROCEDER NOVAS ELEIÇÕES NO PRAZO MÁXIMO DE 10 (DEZ) DIAS, PARA CONCLUIR O MANDATO DA GESTÃO EM CURSO.

ART. 37º - TODOS OS MEMBROS DA DIRETORIA TEM DIREITO A REELEIÇÃO EM QUALQUER CARGO.

ART. 38º - AS CHAPAS COM PRETENSÕES DE CONCORRER AS ELEIÇÕES DEVERÃO APRESENTAR A COMISSÃO ELEITORAL, O REQUERIMENTO SOLICITANDO O REGISTRO DA MESMA JUNTO COM A COMPOSIÇÃO DE CHAPA DE SEUS RESPECTIVOS CARGOS EXIGIDOS CONFORME O ESTATUTO SOCIAL E DEVERÁ CONSTAR: CARGO, NOME COMPLETO, END, RG, CIC, PROFISSÕES, NACIONALIDADE, DATA DE NASCIMENTO E TÍTULO ELEITORAL.

PARÁGRAFO ÚNICO - NA COMPOSIÇÃO DE CHAPA NÃO PODERÁ CONCORRER A ELEIÇÃO A MORADORA QUE NÃO POSSUI RESIDÊNCIA FIXA NO JARDIM SAYONARA, TENDO APENAS O DIREITO DE VOTAR.

ART. 39º - QUANDO O MANDATO DA DIRETORIA ESTIVER VENCIDA, E A EX-DIRETORIA NÃO SE PRONUNCIAR NO PRAZO DE (30) TRINTA DIAS PARA UMA NOVA ELEIÇÃO, PODE-SE FORMAR UMA COMISSÃO ELEITORAL E PROMOVER A ELEIÇÃO DA MESMA.

CAPÍTULO VI - RECEITAS E PATRIMÔNIO SOCIAL E SUA DESTINAÇÃO.

ART. 40º - CONSTITUEM A RECEITA E O PATRIMÔNIO DO CLUBE DE MÃES:

- a) - AS CONTRIBUIÇÕES VOLUNTÁRIAS DOS ASSOCIADOS;
- b) - AS DOAÇÕES, LEGADOS, AUXÍLIOS, SUBVENÇÕES, DIREITOS OU CRÉDITOS E OUTRAS AQUISIÇÕES PROPORCIONADAS POR QUAISQUER PESSOAS FÍSICAS OU JURÍDICAS, PÚBLICAS OU PRIVADAS, NACIONAIS OU ESTRANGEIRAS, SEJAM ASSOCIADOS OU NÃO;

(Assinatura)

8
Valdir C. da Silveira
Advogado
OAB/MS 8930

- c) - OS BENS MÓVEIS E IMÓVEIS, TÍTULOS, VALORES E DIREITOS PERTENCENTES OU QUE VENHAM A PERTENCER À ASSOCIAÇÃO;
- d) - OS RENDIMENTOS PRODUZIDOS, POR TODOS OS SEUS BENS DIREITOS, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E EVENTOS DESTINADOS À CAPTAÇÃO DE RECURSOS.

PARÁGRAFOS PRIMEIRO - AS RENDAS DO CLUBE DE MÃES SERÃO INTEGRALMENTE APLICADAS NO PAÍS, NA CONSECUÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE SEUS OBJETIVOS E FINALIDADES.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O CLUBE DE MÃES NÃO REMUNERARÁ, POR QUALQUER FORMA OS CARGOS DE SUA DIRETORIA E CONSELHO FISCAL, SENDO TAMBÉM VEDADA À DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS, BONIFICAÇÕES OU VANTAGENS, SOB QUALQUER FORMA OU PRETEXTO, A DIRIGENTES CONSELHEIROS, MANTENEDORES, ASSOCIADOS E COLABORADORES.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A ALIENAÇÃO OU EXONERAÇÃO DE QUALQUER IMÓVEL, OU BENS INTEGRANTES AO PATRIMÔNIO DA ASSOCIAÇÃO DEVERÁ SER APROVADO EM ASSEMBLÉIA EXTRAORDINÁRIA, MEDIANTE A DELIBERAÇÃO DE 51% DOS ASSOCIADOS.

PARÁGRAFO QUARTO - TODOS OS BENS, IMÓVEIS OU VERBAS E/OU DOAÇÕES RECEBIDAS EM NOME DA ASSOCIAÇÃO DEVE SER REGISTRADA EM ATA E EXPOSTOS NAS ASSEMBLÉIAS.

CAPÍTULO VII – DA REFORMA DO ESTATUTO, LIQUIDAÇÃO E DISSOLUÇÃO;

ART. 41º - A ASSEMBLÉIA GERAL ESPECIALMENTE CONVOCADA PARA ESTE FIM PELO SEU PRESIDENTE OU POR 51% DAS SÓCIAS COM DIREITO A VOTO, PODERÁ DELIBERAR SOBRE A REFORMA DO ESTATUTO SOCIAL E A LIQUIDAÇÃO DO CLUBE DE MÃES DOS MORADORES DO JARDIM SAYONARA, A QUAL TAMBÉM PODERÁ OCORRER NOS CASOS PREVISTOS EM LEI.

ART. 42º - OS BENS E IMÓVEIS DA ASSOCIAÇÃO NÃO PODERÃO SER VENDIDOS OU RATEADOS ENTRE OS ASSOCIADOS.

ART. 43º - EM CASO DE DISSOLUÇÃO, SEUS BENS PATRIMONIAIS SERÃO DESTINADOS A UMA ASSOCIAÇÃO CONGÊNERE, COM PERSONALIDADE JURÍDICA, SEDE E ATIVIDADES NO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE, MATO GROSSO DO SUL, E REGISTRADA NO CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CNAS).

ART. 44º - O PRESENTE ESTATUTO SOCIAL PODERÁ SER REFORMULADO NO TODO OU EM PARTE, DESDE QUE OBEDEÇAM AOS OBJETIVOS SOCIAIS DO CLUBE DE MÃES E DA COMUNIDADE, E DEVE SER CONVOCADA ATRAVÉS DE EDITAL DE CONVOCAÇÃO E EM CONFORMIDADE COM O ART. 41º E O MESMO ENTRARA EM VIGOR NA DATA DE SEU REGISTRO EM CARTÓRIO.

CAPÍTULO VIII – DO EXERCÍCIO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DO CLUBE DE MÃES

ART. 45º - O EXERCÍCIO SOCIAL TERÁ INÍCIO EM 01 DE JANEIRO E TERMINARÁ EM 30 DE DEZEMBRO DE CADA ANO. NO FIM DE CADA EXERCÍCIO SERÃO LEVANTADAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PREPARADO O RELATÓRIO DA DIRETORIA REFERENTE AO PERÍODO, RELACIONANDO AS RECEITAS E DESPESAS VERIFICADAS DURANTE O EXERCÍCIO EM QUESTÃO, PARA A MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL E POSTERIOR REMEÇA PARA APRECIAÇÃO E APROVAÇÃO DA ASSEMBLÉIA GERAL.

ART. 46º - A PRESTAÇÃO DE CONTA DO CLUBE DE MÃES OBSERVARÁ NO MÍNIMO:

USilva

9
Silva
Silva
Advogado
OAB/MS 8930

- I. OS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DE CONTABILIDADE E AS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE;
- II. A PUBLICIDADE, POR QUALQUER MEIO EFICAZ, NO ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO FISCAL, AO RELATÓRIO DE ATIVIDADE E DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA ENTIDADE, INCLUINDO AS CERTIDÕES NEGATIVAS DE DÉBITOS JUNTO AO INSS E AO FGTS, COLOCANDO-AS À DISPOSIÇÃO PARA EXAME DE QUALQUER CIDADÃO;
- III. A REALIZAÇÃO DE AUDITORIA, INCLUSIVE POR AUDITORES EXTERNOS INDEPENDENTES SE FOR O CASO, DA APLICAÇÃO DOS EVENTUAIS RECURSOS OBJETO DE TERMO DE PARCERIA, CONFORME PREVISTO EM REGULAMENTO;
- IV. A PRESTAÇÃO DE CONTAS DE TODOS OS RECURSOS E BENS DE ORIGEM PÚBLICA RECEBIDOS SERÁ FEITA, CONFORME DETERMINA O PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 70 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

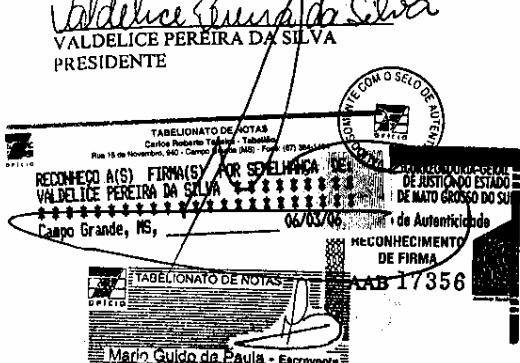
CAPÍTULO IX – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

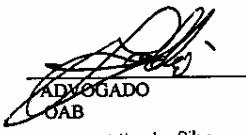
ART. 47º - OS CASOS OMISSOS NO PRESENTE ESTATUTO, SERÃO RESOLVIDOS PELA DIRETORIA EXECUTIVA E POSTERIORMENTE REFERENDADOS PELA ASSEMBLÉIA GERAL, DENTRO DE UM PRAZO MÁXIMO DE 90 (NOVENTA) DIAS.

ART. 48º - ESTE ESTATUTO ENTRA EM VIGOR NA DATA DE SUA APROVAÇÃO REVOGADAS INTEGRALMENTE AS DISPOSIÇÕES CONTIDAS NO ESTATUTO SOCIAL APROVADO EM 23/02/1.988.



CAMPO GRANDE/MS, 11 DE JULHO DE 2.004.




 Valdir Custódio da Silva
 Advogado
 OAB/MS 8930